

ABRALIN

***BOLETIM DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE LINGÜÍSTICA***

COMPONENTES DA DIRETORIA E CONSELHO
GESTÃO 85/87

Diretoria:

Presidente: *Carlos Alberto Faraco*

Secretário: *José Luiz Mercer*

Tesouraria: *Cecília I. Erthal*

Conselho:

Dino Pretti (USP)

Miriam Lemle (UFRJ)

Maria Cristina Magro (UFMG)

Ulf Baranow (UNB)

Luiz Antonio Marcuschi (UFPE)

Rosa Virginia Mattos e Silva (UFBA)

Endereço para correspondência:

Departamento de Lingüística – UFPR

Caixa Postal 756

80000 – Curitiba – PR

APRESENTAÇÃO

A REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA (ABRALIN) NA 38ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC

Rosa Virgínia Mattos e Silva
UFBA

Ao contrário do ocorrido na 37ª Reunião, a ABRALIN, graças ao auxílio financeiro (saído a tempo neste ano) do CNPq, pôde executar toda a programação planejada para seu encontro anual.

Uma avaliação, embora rápida, do programado e realizado, revela animadores indícios dos caminhos atuais da atividade dos lingüistas no Brasil que pode ser delineada em duas direções complementares, essenciais para o amadurecimento dos estudos lingüísticos aqui: a preocupação com os avanços teóricos da ciência e a necessidade de sua aplicação prática aos problemas que a nossa realidade oferece à Lingüística e aos lingüistas.

O curso sobre "Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras", ministrado pela especialista do Museu Nacional da UFRJ, Yonne de Freitas Leite, ultrapassando as 10 hs previstas trouxe à discussão um dos campos mais importantes de investigação, ainda incipiente, devido às dificuldades materiais sobretudo decorrentes do trabalho de campo, no caso, essencial; a conferência sobre "Uma nova gramática da Língua portuguesa", a cargo de M. Perini (UFMG), abordando um problema hoje crucial que é o da adequação entre uma gramática pedagógica da Língua portuguesa e os avanços descritivos e explicativos da Lingüística contemporânea; e a conferência de Bernadete Gnerre (UNICAMP) sobre "Lingüística e Alfabetização" em que demonstrou como a Lingüística pode servir à alfabetização e como os fenômenos lingüísticos que se depreendem no processo

alfabetizador podem ser fonte de reflexão para teoria lingüística, foram três eventos importantes que se inscrevem na segunda das direções que destacamos no parágrafo anterior.

Na primeira das direções delineadas, se destacaram os dois Simpósios realizados: sobre a "Modularidade da Mente" e sobre "A Questão da Variação Lingüística". O primeiro deles, coordenado por Miriam Lemle (UFRJ) com os participantes da UNICAMP, Carlos Franchi, Eleonora Maia e Edson Françoço, trouxe à discussão uma das linhas mais instigantes e plenas de questões a serem respondidas pela Lingüística atual e que coloca problemas interdisciplinares que envolvem para além da Lingüística, disciplinas da Psicologia e da Biologia Humana. O segundo, coordenado por Sírio Possenti (UNICAMP) com os participantes L. A. Marcuschi (UFPE), Marco Antônio de Oliveira (UFMG) e José Luiz Mercer (UFPR) apresentou um balanço crítico aprofundado dos avanços que a Lingüística vem desenvolvendo no âmbito da vertente social do fenômeno da linguagem humana. O grande desenvolvimento que essa área da Lingüística tem assumido atualmente, disso decorrendo uma enorme massa de dados reunidos sob várias orientações metodológicas e analisados sob várias orientações teóricas, em toda parte e nisso o Brasil não é exceção, já permite uma revisão crítica das teorias e dos métodos de investigação que vêm sendo utilizados na área. A conferência de L. A. Marcuschi da UFPE sobre "Lingüística de texto: uma retrospectiva" foi o outro evento que inserimos também na primeira das direções delineadas e que se destacou por deixar bem claro que as orientações da chamada lingüística transfrástica, relativamente recentes e roação natural aos limites impostos à ciência lingüística pelos modelos estruturalistas e gerativistas, estão em fase de intensa busca de definição de princípios, tanto no âmbito da teoria como do método, refletido isso nos encontros e desencontros dos modelos propostos.

Além das duas direções de atividades destacadas, merece especial atenção a Mesa Redonda sobre "Lingüística no Brasil: mera importação de modelos estrangeiros", coordenada por José Borges Neto (UFPR) e da qual participaram K. Rajagopalan (PUC - SP), Cláudia Lemos (UNICAMP), Ulf Baranow (UNB) em que se iniciou um balanço crítico questionador da Lingüística que fazemos aqui e agora e sua relação de dependência com os modelos importados. O debate desencadeado por

A MODULARIDADE DA MENTE: ABERTURA DO SIMPÓSIO

Miriam Lemle
UFRJ

Cabe-me, nestas poucas palavras de abertura deste Simpósio, justificar a escolha do tema "A modularidade da mente" para um dos encontros de estudo lingüístico promovidos pela Abralín nesta Reunião da SBPC.

A primeira razão para discutirmos o tema é que nos últimos cinco ou seis anos apareceram vários trabalhos importantes que giram em torno da discriminação entre capacidades gerais do intelecto e capacidades lingüísticas, bem como da questão da representação destas capacidades na fisiologia do cérebro. As publicações que me chegaram às mãos e que me instigaram a propor este Simpósio foram as seguintes:

- 10) *Biological Studies of Mental Processes* — editado por David Kaplan. Cambridge: MIT Press, 1980.
- 20) *Language and Learning — the debate between Jean Piaget and Noam Chomsky*. Editado por Massimo Piattelli-Palmarini. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- 30) *The Modularity of Mind — an Essay on Faculty Psychology*. Cambridge: MIT Press, 1983. (A este texto se deve o título do Simpósio).
- 40) *A cross-linguistic study of aphasia*. Yossef Grodzinsky. Tese de Doutorado, inédita. Brandeis University, 1984.
- 50) *Knowledge of Language: its nature, origin and use*. Noam Chomsky. New York: Praeger Publishers, 1986.

A segunda razão para discutirmos o tema é a de que se a teoria racionalista da mente estiver, afinal, cientificamente correta, certos programas de pesquisa continuarão plausíveis, enquanto que outros ficarão abalados, por se fundamentarem em pressupostos incorretos. Como pesquisadores numa área científica (pois lingüística é ciência), precisamos estar atentos à veracidade das proposições que formam os alicerces das nossas investigações.

Ora, muitos projetos de pesquisa em curso no Brasil e no resto do mundo se fundam, cada qual a seu modo, na hipótese de que o saber lingüístico e o saber não-lingüístico constituem um continuum de categorias que não requerem fronteiras específicas entre domínios específicos, domínios regidos por princípios próprios e obedecendo a mecanismos particulares. Estão neste caso muitos projetos de estudo de discurso, de sintaxe, de aquisição da capacidade lingüística, de aprendizagem da leitura, de alfabetização, de sociolingüística, de lingüística de texto, e assim por diante, desde que assumam uma continuidade epistemológica entre o que é lingüístico e o que é não-lingüístico, onde entendo por não-lingüístico coisas tais como intenção do falante, interação mãe-filho, história, cultura, esquemas de ação, partituras, atos de fala, competência comunicativa e assim por diante.

Parece-me, portanto, que temos boas razões para não nos descuidarmos de dar atenção a recentes passos dados pela hipótese do modelo cartesiano da mente.

Antes de passar a palavra aos colegas desta mesa, quero oferecer ao público uma idéia sucinta do livro que motivou e cujo título foi tomado de empréstimo para batizar este Simpósio.

Fodor analisa o problema da arquitetura da mente, e o faz ressuscitando uma tradição que andava desmoralizada na psicologia: a psicologia das faculdades, que é uma teoria segundo a qual a nossa vida mental seria organizada em torno de diversos mecanismos fundamentalmente heterogêneos. Fodor propõe uma versão da teoria das faculdades, à qual denomina a tese da modularidade.

Basicamente, segundo esta tese, a arquitetura de nossa mente consistiria de: a) vários módulos de entrada de informação perceptual com especificidade de domínios; b) um módulo central que não é específico para qualquer domínio, e que tem acesso às informações provenientes de

da sua cabeça, você não terá a percepção de que as coisas se moveram. A explicação desta diferença é a de que o sistema motor e o sistema visual se comunicam, e o sistema visual recebe do sistema motor a informação necessária para interpretar o **input**. No entanto, o sistema visual é incapaz de processar a informação de que a rotação do globo ocular foi causada por uma pressão feita com o dedo, e, nesse caso, o que ele registra é o deslocamento do objeto.

Uma outra consideração favorável à modularidade do sistema de input lingüístico é a de que ele pode funcionar mesmo sem nenhuma redundância com outros estímulos. O exemplo oferecido por Fodor para isto é que se alguém disser: "Tenho no meu bolso uma girafa", todo o mundo entenderá a frase, mesmo que não haja nada no ambiente externo permitindo a previsão quer da forma quer do sentido da frase. Ou seja, a percepção é indiferente à previsibilidade.

Um outro exemplo, até bem divertido, que Fodor dá para o encapsulamento é o seguinte: suponha que somos velhos conhecidos, desde a infância. Suponha que em vista desta nossa antiga confiança mútua, você tem a mais absoluta das certezas de que eu jamais seria capaz de enfiar o meu dedo no seu olho. Apesar desta sua profunda convicção, se eu aproximar rapidamente o meu dedo do seu olho você não deixará de piscar. O sistema de input não tem acesso a informações gerais, esta é a moral desta historinha.

Algumas palavras sobre o sistema central. Este corresponderia ao mecanismo destinado a levar em conta as representações fornecidas pelos vários sistemas de entrada e pelas informações armazenadas na memória, e chegaria à melhor das hipóteses sobre o estado do mundo. Estas crenças da percepção precisam resultar de mecanismos que não são específicos para qualquer domínio. Fodor faz uma analogia entre estes mecanismos gerais de fixação de crenças sobre o mundo e a fixação de crenças no trabalho científico. Para este trabalho de fixação de crenças ele sugere duas características distintivas: a fixação de crenças tem caráter **isotrópico** e **quineano**. Isotrópico significa que pode haurir fatos de qualquer domínio do saber. A isotropia é uma propriedade global que corresponde ao grau de inteligência do sistema cognitivo. Quineano significa que para qualquer hipótese, o seu grau de confirmação pode depender de propriedades do sistema total.

REFLEXÕES SOBRE A HIPÓTESE DA MODULARIDADE DA MENTE

Carlos Franchi
IEL - UNICAMP

Nunca me senti tão inseguro ao desenvolver um tema relativo à linguagem como neste texto e me consola o fato de haver, na mesa deste simpósio, especialistas que compensem minha improvisação. Tenho considerado a modularidade como um método de representação teórica e, certamente, me seria mais fácil discorrer sobre as vantagens de construir uma teoria gramatical como o resultado da interação de diferentes módulos, como o faz hoje Chomsky. Mas não é o que se pede neste simpósio: trata-se de discutir uma hipótese extremamente forte, relativa à organização da mente humana. Não basta avaliar um sistema modular de representação lógico-formal em termos de meta-critérios de simplicidade, economia e elegância, porque se está diante de uma hipótese empírica que se deve avaliar pela sua adequação aos fatos. Ora, estes nos vêm dos mais diferentes domínios de investigação, cada qual com uma larga história e bibliografia, com diferentes pontos de vista e métodos, com técnicas heurísticas próprias e variadamente instrumentadas: biologia, neurofisiologia, afasiologia, psicologia, lingüística, frenologia, embriologia, ciência da computação, epistemologia, que conheço muito mal de oitava.

A que pode servir neste debate a reflexão que venho fazendo, como lingüista, sobre a linguagem? Anima-me, porém, a continuar a observação de que, no campo extremamente complexo das relações entre a organização funcional do sistema nervo-cerebral e as operações ativas ou cognitivas do sujeito sobre o mundo, tem-se avançado muito mais via extrapolação e especulação. Mesmo os que defendem a modularidade, entre eles

Fodor e sobretudo Chomsky, prudentemente o reconhecem. De algum modo, pois, me sobra algum espaço para especular com alguma seriedade. No mínimo, como diria Piaget (1979, p. 407), "considero a especulação útil para combater outras especulações, porque de sua contraposição podem nascer as tomadas de consciência de novos problemas"; e, sobretudo "em domínios onde a observação e a experimentação não são mais possíveis, como o da formação histórica dos comportamentos, uma consciência crítica dos problemas não é de nenhum modo negligenciável."

Não apresento, com isto, somente escusas pessoais. Proponho também que, nesse tema, não se assumam posições e concepções sem os "caveat" indispensáveis: sobram mistérios e faltam elementos decisivos tanto à confirmação da hipótese da modularidade, quanto a perspectivas holísticas e interacionais. Umhas e outras proposições explicativas de um pólo a outro, incluindo as intermediárias de compromisso, não dão conta de fatos já bem estabelecidos e os argumentos (tirado o calor das disputas paradigmáticas) não são decisivos e concludentes.

Na proposta mais audaciosa de Fodor (1983), e ficando na linguagem, diferentes órgãos cerebrais se organizam verticalmente, isto é, correlacionam-se em seqüência para tratar as informações que recebemos do ambiente, associá-las a representações estruturais especificamente lingüísticas e passá-las a um processamento central em que essas representações se interpretam com a correlação de diferentes sistemas de conhecimentos e crenças inespecíficos. Para usar sua metáfora computacional (ibid., p. 41 e segs.), transdutores iniciais tomam informações dos sinais-estímulos mais ou menos covariantes dos neurônios periféricos do corpo e, sem reorganizá-las ou correlacioná-las a quaisquer outras mediante transformações construtivas ou inferenciais, compilam o conteúdo informacional em um formato apropriado ao tratamento computacional dos sistemas intermediários ou "sistemas de input". Assim, os outputs dos transdutores preservam o conteúdo informacional e poderiam ser interpretados "como especificando a distribuição dos estímulos à "superfície" do organismo". Módulos intermediários, ao contrário, funcionam para passar a informação a processadores centrais: mediam os outputs dos transdutores e os mecanismos cognitivos mais gerais, codificando as representações mentais sobre as quais estes operam. Nesse sentido, transformam as informações em esquemas estruturais abstratos mediante processos infe-

tas, ele opera com base em restrições específicas que caracterizam a linguagem, ou mais precisamente, que caracterizam a classe das linguagens humanas nomologicamente possíveis. Em outros termos, deve ele satisfazer a um conjunto (contingente) de generalizações que não parecem explicáveis por afinidades históricas entre línguas de uma mesma família, nem pelo apelo a condições lógicas ou pragmáticas de qualquer natureza. Tomemos dois exemplos à Chomsky (1984a, p. 11-12). Na oração:

(1) John is too clever to expect us to catch Bill.

a interpretação é inequívoca: João é quem é tão esperto que não se pode supor que espere que venhamos a prender Bill. Considerem, entretanto, uma oração bastante parecida:

(2) John is too clever to expect us to catch.

Agora, o que se quer significar é que João é tão esperto que alguém não irá esperar que possamos prendê-lo. E é essa a única interpretação que faz sentido. Ora, essa interpretação obrigatória de (2), com um sujeito indeterminado de "expect" e o objeto direto vazio de "catch" relacionado anaforicamente a "John", decorre de uma série de princípios gerais bem conhecidos na teoria da "vinculação" que envolvem a natureza dos "vazios" estruturais na posição de sujeito ou de objeto, a regras de "construal" que os associam a seus antecedentes e que estão estreitamente correlacionados a uma determinada descrição estrutural (por exemplo, das orações reduzidas de infinito) e a outros princípios gerais de regência, de atribuição das funções temáticas, de condições de movimento ou de posição das categorias na estrutura. O mesmo se dá com outra oração bastante simples como:

(3) John bought Mary a dog to play with.

Na infinitiva, apesar de nenhuma menção explícita do sujeito de "play" e do objeto da preposição "with", sabe-se bem que se quis dizer que João comprou um cachorro para Maria brincar com o cachorro. E por que a oração não quer dizer que João comprou o cachorro para Maria para o cachorro brincar com ela? "To play with" é um predicado simétrico: poder-se-ia inferir que, se A brinca com B, B também brinca com A. Não existem, pois, razões lógicas para optar por uma determinada interpretação. E se se alega que "to play with" induz a pensar em um "agentivo" humano, por que não se interpreta a oração como querendo dizer que João comprou o cachorro para Maria brincar com ele mesmo,

ou para ele mesmo brincar com ela? Também não há recurso visível a condições semânticas internas. Nem se pode apelar para a situação discursiva porque a oração, tal como está construída, orienta para um contexto determinado, no que diz respeito aos aspectos de interpretação envolvidos na discussão acima. Outra vez estão em jogo restrições específicas derivadas da identificação referencial das "categorias vazias", além de outros princípios gerais da gramática que Chomsky vem desenvolvendo. (cf. por exemplo, o apêndice em Chomsky (1980) ou Chomsky (1981)). Considerem, ainda, um exemplo do português. Comparem as orações:

(4) a - Virou-se o barco para apanhar mais facilmente os peixes,
b - ??? O barco virou-se para apanhar mais facilmente os peixes.
O que responde pela estranheza de (4b) e, ao contrário, pela naturalidade de (4a)? Por que, nesta, têm-se condições de recuperar contextualmente um "agentivo" implícito, responsável por "apanhar mais facilmente os peixes", enquanto em (4b) de pouco vale o contexto para permitir essa recuperação? Em que contribuem para isso a ordem das palavras, o valor funcional do clítico "se", a natureza das categorias vazias envolvidas, as regras de atribuição de funções temáticas, o princípio de visibilidade e as regras de atribuição de caso, etc.? (Cf. entre outros Roeper (1983)). Observa-se, em todos esses exemplos, um cálculo sutil, que leva em conta propriedades estruturais inclusive as não observáveis à superfície da oração: e é justamente esse cálculo de que a teoria sintática da Gramática Gerativa visa a dar conta.

Esses e muitíssimos outros fatos, que os gerativistas vêm estudando cuidadosa e detalhadamente, os compelem "a atribuir à mente um sistema de regras e um sistema de princípios de um certo tipo que de algum modo compute representações das expressões lingüísticas de uma forma altamente específica". Em outros termos, compelem-nos "a concluir que existe um sistema de regras que engendra essas representações e a postular uma "gramática" como teoria abstrata que simule esse sistema. Como observa bem Chomsky, isso não ocorre por uma razão lógica necessária, mas simplesmente porque outras tendências não oferecem qualquer outra alternativa explicativa. Há uma grande soma de discussão e debate na literatura filosófica, psicológica, epistemológica e lingüística sobre a legitimidade desse passo audacioso, mas na verdade há sempre bem pouco

se ultrapassam os processos de identificação categorial, de ordenação dos elementos na sequência, e de princípios restritivos gerais que condicionam a estrutura sintagmática e as relações e transformações internas ao domínio oracional. Em termos semânticos, limita-se à atribuição das funções temáticas, a regras estritas de referência e correferência, ao tratamento de algumas delimitações modais e quantificadoras que permitem associar as representações sintáticas à forma lógica dos enunciados.

Fodor sabe, como todos sabem, que, no curso da computação da descrição estrutural das expressões, pode-se recorrer a informações especificadas em outros ou mais altos níveis de representação e pode haver "feedbacks" que determinam a análise de níveis anteriores (id., *ibid.*, p. 67). Mas, embora isso seja possível em princípio, ele opta por uma concepção do módulo da linguagem em que a análise não seja modificada ou afetada por tais contribuições "exteriores". Assim, ele está de acordo em que as representações construídas no módulo da linguagem sejam de algum modo "reconciliadas" com o conhecimento prévio do sujeito mas sem que este interfira nos processos iniciais de construção (id., *ibid.*, p. 73-74). Em outros termos, não é necessário supor que as contribuições de outros domínios do conhecimento e de outros aspectos do contexto interfiram no processamento de entrada, embora sejam indispensáveis para os resultados finais da produção e da interpretação. No estudo de fatos mais particulares que têm servido de elementos de convicção para a hipótese da interpenetrabilidade dos sistemas, a argumentação segue a mesma. Por exemplo, no caso do completamento ou reajuste de informações imperfeitas ou sob ruído, o processamento mental se dá na direção da melhor hipótese e a representação de entrada é assim levada ao sistema central para a correlação decisiva com os aspectos semânticos e contextuais não considerados. No caso da identificação da força ilocucional dos enunciados ou das intenções do falante, as representações do sistema modular de input não consideram senão os aspectos explícitos por um verbo performativo ou um índice formal (como a inversão do sujeito na interrogativa do inglês). Ou ainda, referindo-se à necessidade de um recurso a estruturas semânticas complexas, como as dos esquemas conceituais de que fazem uso Fillmore, Lakoff e pesquisadores em inteligência artificial, Shank, Winograd, Minsky e outros, Fodor prefere mesmo adotar, nesse particular, uma solução associacionista: a idéia de

que se podem tratar as relações dos esquemas exclusivamente em termos de interconexões lexicais. Claro que ele reconhece a forte tendência a correlacionar "pimenta" e "sal", "gato" e "cachorro", "aluno"- "professor" e "aula", etc. Mais ainda: reconhece que tratar essa correlação como mera associação ou interconexão no léxico não corresponde a um **conhecimento**, sendo simplesmente um mecanismo de ajustamento contextual. Mas se sua hipótese está correta, então tais conexões têm um papel, modesto embora, na facilitação da análise perceptual da fala. Assim, "a tradicional, fundamental e decisiva objeção à associação é que ela é uma relação muito burra para formar a base da vida mental. A estupidez, porém, quando não indulgenciada em excesso, é uma virtude na rapidez dos processos periféricos", como Fodor supõe que sejam tais processos (ibid., p. 81-82).

Em toda essa argumentação, sobretudo no que diz respeito à semântica, a modularidade fica um pouco na defensiva, em relação a uma concepção holística em que se envolvam diretamente outros domínios cognitivos, aspectos contextuais e inferências pragmáticas na interpretação. Não se pode, porém, ignorar um argumento positivo de fato. Fodor e outros têm chamado a atenção para um tipo de interpretação "a frio" em que, realmente, é difícil pensar nessa contribuição exterior. Suponham que neste momento eu interrompa o curso da exposição com expressões do tipo:

(5) a - Não devem conversar com o camelo que escondem no bolso.

b - Minha fala está sendo levada a remo pelas colinas da Baía de Paranaguá.

Não existem razões contextuais imediatas, nem conhecimentos prévios que me auxiliem a fazer que tais expressões façam sentido. Mas quando sugerimos aqui que essas expressões "não fazem sentido", queremos dizer que não podemos correlacioná-las a qualquer evento, propriedade ou relação entre elementos em nosso mundo atual, o que quer dizer que já lhes demos algum sentido: não podemos dizer que (5a) e (5b) são falsas, ou que não são nem verdadeiras nem falsas se já, em algum sentido, não as interpretamos. Talvez, supondo que eu esteja querendo dizer alguma coisa, conversacionalmente cooperativo, alguns estão agora **buscando o contexto** em que as expressões se tornem significativas. Isto é, buscando as correlações que tornem as expressões possíveis enquanto parte de

um artefacto, nem que água é uma composição molecular de oxigênio e hidrogênio, nem precisamos dispor de regras de especificação para a estrita caracterização da pertinência a um conjunto ocluso, nem distinguir com precisão propriedades definidoras necessárias e suficientes. Tudo isso é tarefa da construção de sistemas de referência para propósitos muito específicos. A linguagem, ao contrário, se contenta com sistemas de referência fatuais não necessariamente consistentes e completos, porque se exerce em condições pragmáticas suficientes para a determinação da interpretação na maioria das situações discursivas. Mas a isto eu volto.

Fica claro que, com minha observação final, estou deslocando o eixo da reflexão para um objeto teórico diferente do que têm em mente Fodor e Chomsky. De fato, este diria que nos estamos servindo de uma noção de linguagem não científica, própria do senso-comum, "com uma crucial dimensão político-social". Diria mais que é bem duvidoso que se possa construir uma teoria coerente que dê conta da "linguagem" nesse sentido. Nossa concepção é uma instância da concepção de uma linguagem "externa" ("externalized languages") que não lhe interessa a Chomsky. Interessa-lhe a linguagem interna ("internalized language"), qualquer coisa na mente de quem a conhece e usa, um objeto estrutural e sistemático que guia o usuário na sua atividade de organizar sua expressão por si mesmo e interpretar as dos demais (Cf. Chomsky (1984b, p. 5-8 e 1986, cap. 2, p. 15 e segs.)). Em suas próprias palavras: "Do ponto de vista da gramática gerativa, a linguagem pode mesmo sequer existir. De fato, de meu ponto de vista, não está nada claro a que se refere o termo linguagem, se é que se refere a qualquer coisa. A linguagem não é algo no mundo real. Talvez seja uma espécie de noção complexa derivada, talvez nenhuma noção, pelo menos lingüisticamente definível. ... Nós não temos uma linguagem em nossas cabeças. Antes, o que temos em nossas cabeças é um certo tipo de sistema de regras que determinam as propriedades das expressões ... A esse sistema de regras é que chamo gramática ... parte da caracterização do estado atual de um certo organismo. ... Talvez mesmo lingüística seja um termo inapropriado para essa nova disciplina" (Chomsky (1984a, p. 26-27)).

Por trás da hipótese da modularidade reencontram-se diferentes dicotomias de debates recentes; uma perspectiva histórica e social e uma perspectiva biológica e psicológica da linguagem, uma perspectiva holística

mas pensando o trabalho que a linguagem **faz**; não as ações entre as quais "todo falar concreto" **está**, mas a ação que "ela mesma é" (como diria Bühler (1934)). Há, assim, uma atividade de linguagem indispensável para a construção dos meios de expressão, e um trabalho ulterior (num sentido reflexivo) a que ela serve de instrumento (Cf. a concepção de Rossi-Landi (1968, pg. 63)). Por esse trabalho se constitui o conjunto de recursos expressivos que se organizam historicamente nas diferentes línguas humanas (e falo aqui na dimensão social e política de língua); ao mesmo tempo, cultural e antropológicamente, se constitui um sistema de referência em que essas expressões podem ser interpretadas; finalmente, se selecionam as coordenadas lingüísticas (delimitativas e dêiticas) pelas quais essas expressões podem dizer respeito a determinadas situações de fato. Vou tentar retomar sobre essa base conceitual os problemas que vimos levantando na primeira parte de nossa exposição e talvez, em um movimento de marcha-a-ré, retornar à modularidade. (E nisto acompanho muito a reflexão feita sobre a mesma passagem acima em Hadler-Coudry (1986, p. 80 e sgs.)).

Um primeiro passo é reelaborar, nessa dimensão histórica e coletiva, as condições de sistematicidade da linguagem: explicar o fato de que a linguagem é uma atividade sujeita a regras sutis de produção e interpretação, escapando à postulação de uma "gramática" na mente do sujeito. Mesmo assumindo alguns riscos, vale a pena citar Wittgenstein: "Seguir uma regra não é coisa que **uma pessoa só** possa fazer **uma única vez** na vida". Nem pode ser "que uma pessoa tenha uma única vez seguido uma regra". "**Seguir uma regra é uma praxis**. E **acreditar** seguir uma regra não é seguir a regra. É daí que não podemos seguir a regra **privadamente**, porque, senão, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra" (Wittgenstein, 1945, itens 199-202). Chomsky conhece a passagem e a discute (Chomsky 1984b, IV) bem como as conseqüências para a noção "competência" dos paradoxos wittgensteinianos. De fato, esta noção é dependente de nossa compreensão de "como seguir uma regra": se no caso de Chomsky ela se baseia em um estado da mente/do cérebro individual, no caso de Wittgenstein ela é considerada crucialmente em termos de uma comunidade de usuários da linguagem. Para aquele, a concepção envolve asserções suscetíveis de verificação empírica e de critérios de verdade. Para Wittgenstein, essa avaliação depende sempre de um aqui e

agora, por mais que se estenda no tempo e no espaço. E certamente Chomsky não oferece uma explicação que Wittgenstein aceitaria.

Não posso aqui seguir toda a discussão de Chomsky ou, em posição contrária, de Kripke (1982). O fundamental é lembrar que Chomsky não aceita, em ponto algum, a possibilidade de uma construção histórica e social dessas regras: Wittgenstein se referiria (mas não se refere) a um tipo de regras extremamente superficiais e que dizem respeito à particularidade das línguas naturais, estas sim passíveis de uma exposição social e histórica, enquanto ele se refere a regras muito mais profundas e que possibilitam elas mesmas a existência das línguas naturais. A Chomsky, aborrece-lhe a possibilidade de um jogo livre diante da clara presença na linguagem de regras tão abstratas e gerais como as que descobre em suas análises. Mas escapa-lhe ver um outro lugar onde justificá-las. De fato, o jogo da linguagem não se joga sem compromissos. Suas regras não são convencionais no sentido de que circunstancialmente seus usuários possam acordar mudanças, mesmo que isso fosse possível em princípio: a linguagem atravessa a história e é atravessada pela história enquanto instrumento de ação individual e social sobre o mundo e sobre os outros. A necessidade (contingente) de suas regras não é biológica nem lógica, mas histórica, cultural e antropológica.

Contra essa hipótese de construção coletiva e histórica do sistema, Chomsky objetaria como o faz em relação a Piaget e ao Grupo de Genebra (Chomsky (1979), (1984a, p. 15)). De fato, ela faz supor que o que os homens possuem de congênito não são regras e operações especificamente lingüísticas mas condições muito mais gerais que propiciam não somente a emergência da linguagem como a de outros processos sistemáticos inteligentes. Ora, diz Chomsky, isso não explicaria a universalidade e nem mesmo a generalidade do sistema de princípios que restringem a classe das linguagens possíveis nem explicaria que o conhecimento, por exemplo, de que tais e tais expressões significassem quais e quais coisas, orienta-se em uma mesma direção. Mas há pelo menos duas diferentes hipóteses compatíveis com nossa concepção de linguagem que podem oferecer uma base explicativa a esse fato (suponhamos, indiscutível para não alongar a discussão). Em primeiro lugar, não se podem ignorar essas restrições fortes à construção da linguagem; mas, em vez de situá-las em um módulo específico e inato, podemos derivá-las de outros

Essa construção na história não supõe somente a possibilidade de um grande número de opções mas também a realidade da estereotipia. Retomemos, como exemplo, as investidas contra a literalidade. Se já não é verdade que a interpretação decorra exclusivamente da decodificação das expressões pelo seu léxico e pela sua sintaxe, também não é verdade que as palavras flutuam por aí a procurar o seu contexto. E se as expressões são, por força de sua forma de construção, indeterminadas em muitos sentidos, nem por isso elas deixam de orientar a interpretação, de modo muito preciso, para uma certa "regionalidade". A idéia vaga de que a significação se constrói em cada contexto não é só irrealista; é anti-histórica, anti-sociológica, anti-antropológica. É por isso que os "camelos" são camelos e não cabeças de alfinete.

O que estou, no fundo, propondo é que não substituamos uma hipótese radical por outra inteiramente contrária. Os fatos que suportam a primeira certamente servirão de contra-exemplos à substituta. Por exemplo: se substituimos uma hipótese fundada na regularidade das expressões e sua computabilidade autônoma por outra de uma inteira flutuação das expressões conforme os contextos, teríamos certamente problemas em outros lados da teoria: como delimitar a classe dos contextos possíveis? como estabelecer os critérios de seleção no discurso dos conhecimentos prévios e partilhados? a imagem dos interlocutores se dá ou se constrói em cada situação discursiva? etc. etc. De um lado, colocam-se as expressões interpretadas em seu sentido literal e tudo o mais é questão de correlações e ajustes posteriores segundo o contexto e as condições pragmáticas do discurso. De outro se colocam os contextos que fazem variar o valor das expressões. O equívoco parece o mesmo e a argumentação insustentável. Por que não supor que fatores contextuais, conhecimentos partilhados, imagem recíproca dos interlocutores e todos os demais fatores que interferem na atividade da linguagem, mas também as expressões lingüísticas com sua indeterminação e regionalidade, se conjugam para os processos complexos de produção e interpretação do discurso? Há certamente aí um espaço para uma teoria da gramática: descrever e explicar as regras e princípios restritivos impostos à construção e interpretação pela forma mesma das expressões, os limites textuais (e nesse caso penso que Chomsky, mesmo sem o querer, faz no âmbito da teoria gramatical uma excelente lingüística). E há lugar para uma teoria do dis-

curso: descrever e explicar como é que, pela correlação dos mais diversos fatores da significação, as expressões indeterminadas se determinam nas situações discursivas. Não se vá substituir uma língua sem discurso por uma ingênua contrafação de um discurso sem língua.

Também não se pode substituir a inércia do sujeito, que tem impressas na mente as condições da ação lingüística possível, pela inércia do sujeito que recebe essa impressão em uma prensa social. De fato, não há condições para uma linguagem possível fora da interação e a teoria da aquisição sócio-interacionista que De Lemos, Camaioni, e outros (Cf. Camaioni e outros, 1980; De Lemos, 1981) vêm propondo é a que me parece a única compatível com a concepção de linguagem por mim adotada. A construção dos objetos lingüísticos é vista nessa psicolingüística, pelo menos nas primeiras fases da aquisição da linguagem, não como algo que o sujeito elabora por si mesmo mas como a construção conjunta com o interlocutor em situações dialógicas e discursivas. Desde logo, porém, se observa uma intensa atividade epilingüística no sujeito, que explora possibilidades de construção das expressões, que formula hipóteses sobre as regras de sua língua, que experimenta a fruição da divergência e da conformidade (e a tese de Attié-Figueira (1985) mostra isso tão bem!). Mais do que isso, observa-se que, ao pôr em marcha os processos criativos do sujeito, a mesma interação com o interlocutor começa logo a impor-lhe seus limites (como mostra a tese de Perroni (1983) no caso dos processos narrativos). É, pois, na atividade do sujeito com os outros, sobre os outros e sobre o mundo que a linguagem se constitui. E, neste ponto, reencontro minhas leituras de Piaget, mesmo consciente da falha de não ter ele considerado mais de perto a base fundamental da interação sobre a qual e somente sobre a qual pode o indivíduo "apropriar-se" do sistema lingüístico.

Para Piaget as teorias da pré-formação dos conhecimentos e mesmo de um conhecimento especificamente lingüístico são tão vazias de verdade concreta como as teses empiristas. Aos "dados de entrada" ele prefere uma teoria das "aberturas sucessivas". É a atividade, e no caso a atividade concreta sobre os outros e sobre o mundo e a atividade simbólica que estende essa ação e a atividade epilingüística que se faz já sobre as representações, que vai introduzindo uma ordem suplementar nas estruturas em desenvolvimento. É das operações e das relações que se estabelecem

a partir dessas operações que é possível construir não somente o sistema lingüístico que dá condições ao exercício da linguagem mas também os sistemas de referência nocionais em que o primeiro pode vir a ser interpretado. É desse processo relacional e nocional que derivam não somente as categorias lingüísticas como também as categorias do pensamento.

Tendo feito o passo fundamental para explicar a conformidade e a regra, resta-me fazer o passo para a especificidade. Como explicar, então, que de processos ativos mais gerais se constituam esses domínios específicos de que pretende dar conta a hipótese da modularidade? Como dar conta de regras tão singulares e próprias ao funcionamento da linguagem e à construção das expressões lingüísticas? Como não conheço biologia, escolho o biólogo que mais me convém. Changeux (1972; 1984) contrapõe à hipótese de que a interação com o mundo exterior não age senão como uma espécie de detonador de programas pré-estabelecidos, uma epigênese funcional que conduz a uma grande economia de genes pelo fato de que é a atividade do sujeito que introduz modificações em um envelope genético de contorno flácido, permeável. A organização genética do sujeito está relativamente aberta e informe, embora virtual: é a atividade que constrói sistemas com finalidades específicas. Trata-se pois de um modelo de regulação em que as possibilidades de desenvolvimento e diferenciação das diferentes categorias de neurônios não estão sujeitas a um determinismo radical. De fato, enquanto esse determinismo é quase absoluto em um pequeno invertebrado, ele é bem menos rigoroso no cérebro de um vertebrado e menos ainda no cérebro humano. Deste modo, a atividade do próprio sistema nervoso em desenvolvimento participa do estabelecimento da conectividade final do sistema. Há uma redundância inicial, generalizada, e toda primeira atividade dos circuitos estabelecidos (espontânea no embrião ou evocada nas atividades após o nascimento) aumentam a especificidade dos sistemas reduzindo a redundância transitória. Entre outras vantagens, essa hipótese de estabilização seletiva apresenta a de permitir uma importante economia de genes que comandam as regras gerais de desenvolvimento, as propriedades de estabilização das sinapses imaturas, as propriedades de integração do neurônio postsináptico: podem ser os genes distribuídos entre diferentes neurônios e mesmo ser comuns a todos eles. Em outros termos, "o envelope genético oferece um esquema vagamente desenhado, a atividade lhe define os

reseaux des neurones: existe-t-il un compromis biologique possible entre Chomsky et Piaget?". Em Piattelli-Palmarini (org.), 1979.

Chomsky, N. (1979) — "A Propos des Structures Cognitives et de leur Développement: une Réponse à Piaget". Em Piattelli-Palmarini (org.), 1979, p. 65-86.

Chomsky, N. (1980) — "On Binding". Em *Linguistic Inquiry*, 11.1.

Chomsky, N. (1981) — **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris.

Chomsky, N. (1984a) — **Modular Approaches to the Study of Mind**. San Diego: San Diego State University Press.

Chomsky, N. (1984b) — "Changing Perspectives on Knowledge and Use of Language". Mimeografado. MIT.

Chomsky, N. (1986) — **Knowledge of Language — Its Nature, Origin and Use**. New York: Praeger [Convergence Series, 1].

Davidson, D. (1967) — "Truth and Meaning". *Synthese*, XVII, 304-323.

de Lemos, C. T. G. (1981) — "Interactional Processes in the Child's Construction of Language". Em W. Deutsch (org.), **The Child's Construction of Language**. London: Academic Press, 57-76.

Fodor, J. A. (1983) — **The Modularity of Mind**. Cambridge: MIT Press.

Hadler-Coudry, M. I. (1986) — **Diário de Narciso. Avaliação e Acompanhamento Longitudinal de Sujeitos Afásicos, de uma Perspectiva Discursiva**. Tese de Doutorado. Depto. de Lingüística, IEL-UNICAMP, Campinas (SP).

Kripke, S. (1982) — **Wittgenstein on Rules and Private Language**. Cambridge: Harvard University Press.

Perroni, M. C. — (1983) **Desenvolvimento do Discurso Narrativo**. Tese de Doutorado. Depto. de Lingüística, IEL-UNICAMP, Campinas (SP).

Piattelli-Palmarini, M. — org. (1979) — **Théories du Langage. Théories de l'Apprentissage**. Paris: Seuil.

Wittgenstein, L. (1945) — **Philosophische Untersuchungen**. (Tradução Portuguesa: **Investigações Filosóficas**. Coleção Pensadores, 46. São Paulo: Abril Cultural, 1975).

cerebral específico da função telegrafística, automobilística, ou seja que outro exercício de uma invenção moderna "(Bloomfield, 1933: 37)".

(Câmara, *ibidem*)

Não obstante o nosso respeito por Mattoso Câmara, reunimo-nos hoje para discutir seriamente aquilo que ele, a exemplo de Bloomfield, preferia ironizar, ou seja: a possibilidade de a base orgânica da linguagem não ser meramente "excrecente" e constituir, por si só, um "órgão especializado" ou "módulo" da mente humana. É digna de nota a mudança de perspectiva que nos separa do mestre brasileiro de seus inspiradores.

Aparentemente, a razão é muito simples. Entre esses pioneiros e nós, há o que se convencionou chamar "a revolução chomskyana". A tese da modularidade — dir-se-ia — é uma versão específica e explícita do neocartesianismo pregado por Chomsky.

Nada mais errôneo. Essa tese, pelo menos na versão oficial de Jerry Fodor (1983), é, antes, de inspiração kantiana: diz mais sobre como a mente opera do que sobre o que ela contém. É uma teoria do modo como o organismo processa a informação proveniente do meio. Seus pressupostos são compatíveis com os do inatismo chomskyano, mas não decorrentes deles.

Conseqüentemente, a relação entre a gramática gerativa e a teoria psicológica em questão é de afinidade e não de implicação. Assim como a adesão ao behaviorismo não fez de ninguém um melhor estruturalista, a adesão à modularidade não fará de ninguém um melhor gramático gerativo.

Pelo contrário. O que este trabalho pretende mostrar é que a proposta de Fodor (op. cit.) e suas seqüelas (em particular, Liberman & Mattingly 1985) criam tamanha confusão conceitual que o mínimo que pode acontecer a um bom lingüista é tornar-se um mau psicólogo ou um mau filósofo ao aderir a elas. E mais: a sua concepção de linguagem ficará de tal forma empobrecida que alguns fenômenos bastante comuns na **linguagem falada** obrigatoriamente lhe escaparão.

Para promover essa redução ao absurdo da tese de Fodor, procederei por etapas. Primeiro, farei a resenha da proposta propriamente dita e

exporé as suas principais conseqüências. Depois, mostrarei a fragilidade de uma boa parte da evidência experimental que tem sido aduzida em seu favor (especificamente, aquela que concerne à percepção da fala). Em seguida, apontarei os fenômenos que a levam ao colapso e discutirei o alto custo das hipóteses *ad hoc* que se poderiam invocar para salvá-la. Finalmente, indicarei como a rejeição da modularidade abre caminho para visões de linguagem filosófica e ideologicamente mais interessantes do que o inatismo.

E assim nos reconciliaremos, pelo menos em parte, com as raízes da nossa formação. Pois o que vou defender, embora não tenha compromisso teórico com o estruturalismo, poderia tomar de empréstimo as palavras de Mattoso Câmara na conclusão do parágrafo acima citado:

"Quer do ponto de vista mental, quer do ponto de vista vocal, não há fugir à concepção da linguagem como uma espécie de ARTE, elaborada pelo esforço criador do homem."

(Câmara, op. cit., p. 20)

1 — A proposta de Fodor

Embora Chomsky tenha várias vezes utilizado a metáfora da linguagem como órgão (Chomsky 1975, 1980, Piattelli-Palmarini 1979), quem a converteu numa teoria psicológica foi Jerry Fodor, no livro citado, cujo título, **The Modularity of Mind**, foi rapidamente incorporado ao vocabulário da lingüística gerativa.

Será útil lembrar que o psicólogo Fodor começou sua carreira colaborando com o filósofo Jerrold Katz na formulação de um modelo semântico compatível com a teoria-padrão da gramática gerativa (Katz & Fodor 1964). A semântica pouco a pouco o conduziu ao problema da representação mental, que ele perseguiu nos seus dois primeiros livros (1975, 1981). Sobre eles basta dizer que se preocupam mais com a questão do que se representa do que com a de como se produzem as representações².

No livro que nos concerne, Fodor dá um passo decisivo no sentido de restringir o tipo de representação que vinha propondo. Para isso, combina as suas antigas especulações sobre o conhecimento inato da linguagem e do mundo com algumas sugestões da pesquisa recente em

psicologia da percepção. O resultado é um quadro da mente em que os sistemas perceptuais (visão, audição, etc.) mais a linguagem constituem microprocessadores (módulos) que alimentam mas não interagem com os processadores centrais (as estruturas do pensamento e da memória a longo prazo). Em outras palavras, além de crenças específicas sobre a estrutura dos estímulos ambientais (lingüísticos e outros), possuíríamos processadores especializados que utilizariam tais conhecimentos da maneira mais eficiente possível para construir uma representação do meio possível de ser utilizada e transformada pelos processos cognitivos gerais.

Uma pergunta impõe-se neste ponto: por que reduzir a linguagem a um literal "sexto" sentido³, isto é, a um canal a mais de comunicação entre organismo e meio? Segundo Fodor, só isso nos salvaria do caos que poderia resultar da extrema variabilidade dos estímulos ambientais aliada à enorme potência do nosso pensamento. Processadores de estímulos lingüísticos e sensoriais tão flexíveis quanto os nossos mecanismos cognitivos facilmente cairiam numa cadeia infinita de hipóteses sobre a natureza de um simples estímulo ambiental (p. ex., um som vocal), dada a ausência de invariância física entre os estímulos que percebemos como idênticos. Assim, seria desejável que as estruturas incumbidas de mediar o nosso contato com o meio fossem suficientemente rígidas para: (1) gerar um conjunto finito de hipóteses sobre os estímulos que processam; (2) operar obrigatoriamente; (3) operar rápida e eficientemente; (4) não ter acesso a estruturas de ordem superior; (5) não aceder qualquer estágio das suas operações àquelas estruturas; (6) produzir como **output** representações suficientemente "rasas" (isto é, sem excesso de estrutura) para serem interpretadas e manipuladas conforme o contexto pelos processos cognitivos gerais. É importante notar que o cerne da proposta reside nos itens (4) e (5), que correspondem à propriedade que Fodor denominou "encapsulamento informacional", isto é, o isolamento e a independência dos módulos em relação ao resto da cognição.

Aplicadas à percepção, essas idéias causam menos estranheza do que aplicadas à linguagem. Mas Fodor defende-se alegando semelhanças funcionais entre os dois tipos de sistemas (como a percepção, a linguagem teria a função de fornecer representações do mundo ao pensamento) e aproximando-os do ponto de vista genético e neurofisiológico. Para esse último argumento, limita-se a lançar mão de três clichés chomskianos

nosso insucesso em aprender a discriminar certos estímulos cuja diferença é foneticamente irrelevante constitui argumento para a impenetrabilidade do processador fonético ao controle central (p. 59). Mais adiante, a possibilidade de que certas latências encontradas em experimentos fonéticos indiquem um tempo de processamento relativamente longo do material lingüístico é cuidadosamente descartada (pp. 61-2). Por fim, certos vieses cognitivos que afetam os resultados de experimentos fonéticos são interpretados como pós-perceptuais, isto é, operantes somente sobre o **output** do módulo (p. 77).

A razão para essa insistência sobre o fonético é simples: os demais componentes do alegado módulo lingüístico são bem menos acessíveis à investigação experimental. Vale notar que a introspecção e os métodos naturalistas pouco serviriam a um modelo cuja "essência" reside no "encapsulamento informacional" dos "sistemas de **input**" (módulos) em relação aos processos cognitivos gerais (p. 71). É, aliás, a própria dificuldade de estabelecer critérios comportamentais claros para distinguir entre processamento lingüístico e processamento cognitivo que permite a Fodor reinterpretar toda a evidência corrente de interação entre esses níveis como meros reflexos de conexões puramente lingüísticas entre entradas lexicais (pp. 64-86).

O que Fodor ignora (não importa se deliberadamente ou não), ao apoiar-se tão fortemente em evidências fonéticas, é a fragilidade da posição do grupo de Haskins. Como vimos, essa posição interessa a Fodor por postular um modo de percepção estritamente fonético, isto é, distinto, independente e às vezes até conflitante com a percepção auditiva em geral, (o que é uma forma bastante clara de encapsulamento informacional). Mas, embora ela tenha alcançado um enorme prestígio nos meios concernidos com a fala durante a década de 70, sua aceitação incontestada é hoje restrita à esfera de influência do próprio laboratório Haskins. Para melhor compreendê-lo, recapitemos a história recente do estudo da percepção da fala.

2 — O estado da arte em percepção da fala

Nas décadas de 50 e 60, coube ao grupo de Haskins, através da utilização pioneira do espectrográfo de som, do **pattern playback** e dos primeiros sintetizadores, descobrir que as pistas acústicas para a identifi-

auditivos⁶;

Mas o auge da popularidade da hipótese de um modo fonético de percepção só foi atingido quando os resultados de experimentos de percepção categorial realizados com adultos foram replicados com bebês e recém-nascidos⁷ (Eimas et al. 1971). Se infantes apresentavam as mesmas curvas de discriminação que falantes (isto é, alta entre as categorias fonéticas e baixa dentro delas), o próprio fenômeno da percepção categorial não podia ser resultado de experiência lingüística. Parecia autorizada a conclusão de que o modo fonético de percepção é inato.

Não tardou que a fogueira inatista fosse realimentada por novas descobertas. A mais notória delas é um fato conhecido como "adaptação seletiva" (Eimas & Corbit 1973), que foi tomado como evidência da existência de "detectores neurais de propriedades fonéticas" (isto é, estruturas neurofisiológicas especializadas em processar estímulos fonéticos específicos). Trata-se do deslocamento temporário das fronteiras entre categorias, obtida através da exposição repetida do sujeito a estímulos pertencentes a uma única categoria: o efeito é que, repentinamente, estímulos da categoria saciada passam a ser tratados como se pertencessem à categoria não-saciada. A explicação aduzida postulava uma espécie de fadiga neurológica, por analogia com resultados de experimentos de visão e audição em outras espécies animais (para referências, V. Studdert-Kennedy 1976, pp. 272-278).

Uma conseqüência de tantos desenvolvimentos inesperados é que a hipótese de um modo fonético de percepção passou a ser defendida independentemente da teoria motora. A questão agora era descobrir mais e mais idiosincrasias perceptuais na fala, para distingui-la claramente de outros fenômenos auditivos. Essa tarefa tornou-se, porém, cada vez mais difícil, pois adversários de todo o mundo passaram a tentar encontrar, em estímulos auditivos outros, todas as propriedades excepcionais atribuídas à fala (V. a resenha de Fujisaki 1979).

A meu ver, os dois maiores golpes dados à hipótese em questão foram a descoberta do fenômeno da percepção categorial em outros mamíferos (Kuhl & Miller 1975) e a replicação do mesmo fenômeno com certos estímulos não-fonéticos (Cutting & Rosner 1974, Miller et al. 1974). Seguiu-se uma acirrada controvérsia a respeito da metodologia dos experimentos de ambas as facções (Rosen & Howell 1981, Cutting

3 – Uma teoria fonética circular

Como vimos, a teoria motora e a hipótese de um modo fonético de percepção estiveram associadas desde o início. A razão lógica para isso é que a primeira implica a segunda, embora a recíproca não seja verdadeira. A razão histórica para isso é que ambas resultaram da manipulação experimental de pistas acústicas variáveis para fones invariantes. Descobriu-se, nesses experimentos, que, além de contribuir diferencialmente para a identificação dos fones, tais pistas podem ser ouvidas como fala em certas condições e como ruído em outras. Um modo especial de percepção racionalizaria, portanto, a sua duplicidade perceptual, enquanto um elo percepto-motor lhes devolveria a invariância apenas no caso de serem ouvidas como fala.

Diante desta solidariedade, não surpreende que as duas hipóteses se tenham unido mais decisivamente. Num artigo recente, intitulado "The Motor Theory of Speech Perception Revised", Alvin Liberman e Ignatius Mattingly (1985) propõem que o modo fonético de percepção é o **output** de um módulo que computaria diretamente as relações entre os sinais acústicos da fala e os comandos motores subjacentes à articulação. O débito teórico à Fodor é cuidadosamente reconhecido e justificado.

Ao remeter à invariância ao nível abstrato dos comandos motores, os autores abdicam de qualquer tentativa de encontrá-la no sinal acústico ou mesmo nos gestos articulatórios concretos. E a única razão alegada para isso é o caráter deformador da coarticulação, que mascararia, por assim dizer, as nossas "intenções motoras". Como os recentes sucessos na detecção de invariâncias acústicas são mencionados somente de passagem no artigo (pp. 4-7), cabe supor que os autores tenham alguma razão para desprezá-los. De fato, mais adiante descobre-se que essa razão é uma crença na simultaneidade dos modos fonético e auditivo de percepção.

É evidente que a percepção simultânea de um estímulo como fala e não-fala é muito mais desconcertante para uma teoria que derive o fonético do auditivo (como, p. ex., Aslin & Pisoni 1980 e Stevens 1975) do que para a teoria motora. De qualquer forma, toda teoria que admita um tal fato terá de explicar por que ele viola uma restrição psicológica, aparentemente muito geral, contra perceptos contraditórios simultâneos⁶.

Ignorando essa dificuldade, Liberman e Mattingly concentram a sua argumentação num fenômeno que denominam "percepto duplo", a exemplo de Liberman et al. (1981) e Mann & Liberman (1983). Trata-se, mais uma vez, de uma manipulação experimental da fala sintética. Os estímulos são partes complementares das sílabas **da** e **ga**: de um lado, tem-se a vogal estacionária mais a transições do primeiro e segundo formantes, que são idênticas nas duas sílabas; de outro, tem-se a transição do terceiro formante, que é crucial para distingui-las (uma transição descendente é ouvida como **da**; uma transição ascendente é ouvida como **ga**). Um par constituído da "base" constante mais um exemplar da transição variável é apresentado aos sujeitos dicoticamente. Esses relatam ter ouvido uma espécie de silvo sobre o fundo simultâneo de **da** ou **ga**, conforme a transição apresentada.

Os autores enfatizam que (1) o ruído é o mesmo que se ouve quando a transição é apresentada isoladamente e (2) a percepção da sílaba varia, como já se disse, com a transição apresentada, embora a "base" isolada soe como **da**. Daí concluem que a transição é tratada, ao mesmo tempo, como estímulo auditivo e fonético: num caso, soa por si mesma; no outro, integra o percepto da sílaba graças à operação simultânea de dois módulos sobre o mesmo estímulo). A partir dessa conclusão, o fato do "percepto duplo" é visto como estabelecido e uma série complicada de experimentos é erigida sobre ele.

O que os autores deixam de considerar, contudo, é a hipótese de que não haja percepto duplo, mas, simplesmente, dois perceptos. Na verdade, eles a descartam levemente, afirmando que, nesse caso, dever-se-ia ouvir sempre **da**, independentemente da transição apresentada. Mas o fato é que a "base" isolada é um mau **da**, identificado assim num vago número de casos, que os autores se limitam a descrever como "mais comumente" (Mann & Liberman 1983 p. 214). Além disso, não houve controle do tempo gasto pelos estímulos para atingir os centros cerebrais de integração, pois a transição foi sempre dada a um ouvido e a "base", ao outro. Não se pode, portanto, excluir a possibilidade de que a transição **não integre** a percepção da sílaba (por razões de assincronia entre os estímulos dicóticos), mas simplesmente a **influencie**, enviesando um processo automático de restauração⁹ de estímulos incompletos (no caso, a "base"). O experimento relevante aqui deveria variar

lingüístico. A eles, então!

4 – A hora e a vez da modulação

Deixemos de lado, agora, a insistência de Fodor sobre o processamento fonético e examinemos as implicações da sua tese para a questão do processamento semântico, que ele abordou apenas de passagem. Vale notar, a propósito, que esta é uma guinada recente do pensamento do autor: como já foi mencionado, seus dois primeiros livros tratam essencialmente do problema da representação mental da significação. Guinada que nos parecerá sintomática se considerarmos a potência exagerada do tipo de representação aí proposto. Mas vejamos primeiro como Fodor contorna esse problema no livro que nos concerne:

"So the present proposal is that the language input system specifies, for any utterance in its domain, its linguistic and maybe its logical form. It is implicit in this proposal that it does no more than that – e.g., that it doesn't recover speech act potential (except, perhaps, insofar as speech act potential may be correlated with properties of form, as in English interrogative word order). As I suggested, the main argument for this proposal is that, on the one hand, type/token relations surely must be computed in the course of sentence comprehension and, on the other, it is hard to see how anything richer than type/token relations could be computed by an information encapsulated processor. All this comports with the strong intuition that while there could perhaps be an algorithm for parsing, there surely could not be an algorithm for estimating communicative intentions in anything but their full diversity. Arguments about what an author **meant** are thus interminable in ways in which arguments about what he **said** are not.

(Fodor 1983, p. 90)

Fica claro aqui que a tese da modularidade está comprometida com as teorias do significado literal. Propõem-se limites rígidos entre os significados computados pelo módulo lingüístico e aqueles computados pelos processadores centrais com base no conhecimento do contexto e do mundo em geral. Exceto pela terminologia, a proposta é tão velha quanto

a própria semântica. Haveria, então, algum ganho em transformá-la numa teoria psicológica?

Ganho existe, sim, mas para os adversários. Pois é fácil demonstrar o absurdo de um tal modo de encarar a compreensão. Basta pensar em três fenômenos onipresentes na fala cotidiana: a ambigüidade lexical, a ambigüidade fonética e a ambigüidade sintática delas decorrentes. Começemos considerando o seguinte exemplo:

(1) Não escutei a vovozinha!

É óbvio que a ambigüidade deste enunciado depende da interpretação da expressão "a vovozinha". Se ela apenas denota a velha senhora, tem-se uma leitura verbo/objeto. Mas se ela, além disso, conota um desejo de ofender o interlocutor ou um terceiro, tem-se, ainda, duas leituras possíveis: uma idêntica à primeira exceto pela ofensa e outra onde o objeto, vazio, é recuperável no discurso, tendo a expressão ofensiva a função de contestar um ato de fala precedente (como em enunciados análogos com verbos intransitivos, p. ex.: Estou saindo a vovozinha!). Conforme o texto acima citado, a segunda e a terceira leituras dificilmente poderiam ser computadas pelo módulo lingüístico, na medida em que envolvem julgamentos sobre atos de fala. Observe-se, porém, que a terceira implica uma divisão em constituintes inteiramente diferentes das demais, supondo, portanto, um mecanismo de **análise sintática** que possa operar **após** a atribuição dos atos de fala.

No que toca a esta frase particular, poder-se-ia ainda salvar o módulo lingüístico apelando para o léxico (Cf. Fodor 1983, pp. 64-86). Dir-se-ia, então, que certas expressões ofensivas tais como "a mãe", "a avó", "a vovozinha" são lexicalizadas e que a sua entrada lexical contém a informação de que podem ser sinônimas de "nada", "coisa nenhuma" e outras expressões que operam a negação externa. Mas esse argumento não resistiria ao enorme elenco de expressões que se podem cunhar para substituir "a vovozinha", "a mãe" e outras ofensas desse tipo no mesmo contexto. Vejamos alguns exemplos:

(2) Não escutei uma certa velhinha que faz tricô!

(3) Não entendi a respeitável senhora que você venera!

Embora as leituras sarcásticas sejam aqui favorecidas, a ambigüidade que nos concerne permanece: pode-se estar declarando não ter escutado

fronteiras sintáticas ou discursivas ou, ainda, para expressar atitudes em relação ao enunciado ou ao interlocutor. Uma pista de pausa¹¹, por exemplo, pode ser meramente delimitativa, sinalizar suspense, hesitação, etc. ou ainda, expressar emoções fortes como estarecimento. Como saber? Só levando em consideração todo o contexto discursivo e situacional (o que, aliás, produz hipóteses, não certezas).

Consideremos, agora, o alto preço que o módulo lingüístico paga pela sua falta de inteligência. Sua alegada rapidez teria de ser realmente extraordinária para dar conta de todas as ambigüidades que é forçado a computar. Vejamos, por exemplo, a solução discutida acima para os casos de expressões lexicalizadas referentes a "mãe" e "avó". Chegar-se-ia ao absurdo de computar uma negação externa para todos os enunciados terminados por uma expressão de parentesco próximo (p. ex., Encontrei tua mãe). Far-se-ia, também, algo semelhante a cada indício foneticamente viável de pausa: neste caso, seria necessário computar uma infinidade de elipses para acomodar constituintes desgarrados. Mas, como a hipótese de construções anacolúticas não pode ser inteiramente descartada, essas também deveriam ser contempladas. O resultado é um módulo freneticamente ativo nas situações mais simples do cotidiano, como, por exemplo, quando uma mãe exausta faz uma admoestação no limite da sua paciência:

(5) Pega ele larga a mão fica quieta.

Como nos exemplos anteriores, há muitas pronúncias que ajudariam a desambiguar os constituintes possíveis neste caso. Mas outras há, também, que permitiriam múltiplas agregações das palavras envolvidas: são justamente as mais monótonas e mecânicas (vagarosas ou rapidíssimas), que, na nossa cultura, costumam sinalizar exasperação. É digno de nota que as crianças dificilmente se confundem em situações como essa, embora a teoria modular da compreensão preveja uma grande dificuldade de processamento neste exemplo.

Mas para que sobrecarregar o estúpido módulo, se os processadores centrais precisam saber lidar com a sintaxe de qualquer maneira? Exemplos como (2) e (3) escapam até às mais *ad hoc* das soluções modulares. Não há como fugir ao impasse fatal: para salvar o módulo, é preciso duplicar algumas de suas operações em níveis superiores. Mas isso é decretar a sua morte, pois não se poderá mais distinguir entre as análises

sintáticas realizadas pelo módulo e aquelas realizadas pelos processadores centrais.

A idéia que norteou toda a argumentação acima é simples: cálculos mecânicos como os postulados por Fodor para o módulo lingüístico supõem uma segmentação prévia do discurso em períodos ou sentenças. Isso parece fácil porque, na linguagem escrita, há uma inteligência humana que já fez metade do trabalho. Mas estender essa proeza à linguagem oral por meio de mecanismos de ação estritamente limitada é impossível, porque a fala, além de carregar informação gramatical, está preñe de modulações que, apesar de regradas, são altamente ambíguas, só podendo ser interpretadas com base no contexto discursivo e situacional. É esta ambigüidade mesma que tem levado a tradição lingüística a excluí-las, relegando-as ao domínio vago da paralinguagem.

Mas não tarda o momento em que a Lingüística poderá abrir espaço para as riquezas da fala, pois muitos dos seus setores já estão tendendo a alargar seu objeto. Assim como já temos teorias do significado não-literaI (Searle 1969, Ducrot 1973), também podemos ter teorias do **significante não-literaI** (isto é, variável, elástico). É preciso encarar a mobilidade e a fluidez da fala não como epifenômenos, que as teorias deveriam abstrair, mas como dados, que elas devem explicar (prenúncios dessa consciência encontram-se em Firth 1948 e Donegan & Stampe 1979). O fracasso de teorias deterministas como a de Fodor, serve, ao menos, para encorajar esta outra via. Via que, como veremos abaixo, tem também razões não científicas para se encorajar.

5 — Repensando a criatividade

A principal razão teórica alegada por Fodor para atribuir à linguagem um componente de cálculo inteiramente mecânico é uma suposta inacessibilidade da inteligência à investigação científica:

"I am suggesting that the reason why there is no serious psychology of central cognitive processes is the same as the reason why there is no serious philosophy of scientific confirmation. Both exemplify the significance of global factors in the fixation of belief, and nobody begins to understand how such factors have their effects. In this respect, cognitive science hasn't even **started**; we are literally no further advanced than we were in the darkest days of behaviorism

evita o ônus de explicar como os termos primitivos e as operações elementares do cálculo são adquiridos. Na verdade, porém, todas as questões aí envolvidas — isto é, a da criatividade, a da aprendizagem e a do cálculo — são logicamente independentes. A prova disso é que convivemos hoje com visões da linguagem que pregam um cálculo criativo aprendido (p. ex., Schank & Abelson 1977), uma atividade criativa inata (p. ex., Vossler 1932) ou, ainda, uma atividade criativa aprendida (p. ex., Vygotsky 1978).

Seria farrucoso dizer que um compromisso com questões de liberdade e criatividade nos força a escolher esta ou aquela teoria lingüística no momento. Se a chamada "revolução chomskyana" teve um efeito, foi o de instigar o aparecimento de uma multidão de teorias suficientemente vagas e abstratas para conviver com qualquer ideologia. Tanto é assim que Fodor, aliado histórico e propalador das campanhas anti-behavioristas de Chomsky, acaba reduzindo uma boa metade do nosso processo de compreensão a uma série de operações inteiramente mecânicas e previsíveis. Onde estaria, aí, a oposição ao behaviorismo?

Para terminar, eu gostaria de sugerir, como, aliás já fizeram muitos colegas de outros setores da Lingüística (V., especialmente, Vogt 1980 e Franchi 1986), que uma boa maneira de aliar preocupações com liberdade, criatividade e justiça social é explorar as conseqüências de uma teoria da **linguagem como ação**¹². Meu voto de fé vai para esta perspectiva. Minha contribuição, neste artigo, para abrir-lhe as portas da discussão racional, foi mostrar que os cálculos psicolingüísticos já ameaçam nos embrutecer. Mattoso Câmara neles, minha gentel

NOTAS:

- 1 - Adotar este termo é hoje uma forma de reconhecer a importância histórica da contribuição de Chomsky. Não vai aqui, contudo, nenhuma adesão à tese de que a gramática gerativa teria constituído uma revolução kuhiana (Kuhn 1970, Hymes 1974).
- 2 - Para uma crítica ao tipo de mentalismo implícito nessas propostas, ver Maia (1984).
- 3 - Fodor obviamente distingue entre sensação e percepção (pp. 38-46), mas, dentre os módulos que postula, apenas o lingüístico parece se utilizar de mais de um canal sensorial.

Referências:

- Aslin, R. N. & D. B. Pisoni "Some developmental processes in speech perception". In G. Yeni-Komshian, J. F. Kavanagh & C. A. Ferguson **Child Phonology**. Nova Iorque: Academic Press 1980, vol. 2, 67-96.
- Bever, T. G. "Broca and Lashley were right: cerebral dominance is an accident of growth". In D. Caplan **Biological studies of mental processes**. Cambridge: The MIT Press, 1980, 186-230.
- Bloomfield, L. **Language**. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston, 1933 (apud Câmara 1969).
- Blumstein, S. E. & K. N. Stevens "Acoustic invariance in speech production: evidence from measurements of the spectral characteristics of stop consonants". **Journal of the Acoustical Society of America** 66, 1001-1017, 1979.
- "Perceptual invariance and onset spectra for stop consonants in different vowel environments". **Journal of the Acoustical Society of America**, 67, 648-662, 1980.
- Câmara Jr., J. M. **Princípios de lingüística geral**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.
- Chomsky, N. **Current issues in linguistic theory**. Haia: Mouton, 1964.
- ___ **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge: The MIT Press, 1965.
- ___ **Reflections on language**. Nova Iorque: Pantheon, 1975.
- ___ **Rules and representations**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1980.
- Cooper, F. S., P. C. Delattre, A. M. Liberman, J. M. Borst & L. J. Gerstman "Some experiments on the perception of speech sounds". **Journal of the Acoustical Society of America**, 24, 597-606, 1952.
- Ducrot, O. **La preuve et le dire**. Paris: Mame, 1973.
- Cutting, J. E. "Plucks and bows are categorically perceived, sometimes". **Perception & Psychophysics**, 31, 462-476, 1982.
- ___ & B. S. Rosner "Discrimination functions predicted from categories in speech and music". **Perception and Psychophysics**, 20, 564-570, 1976.

- Delattre, P., A. M. Liberman & F. S. Cooper "Acoustic Loci and transitional cues for consonants". **Journal of the Acoustical Society of America**, 27, 769-773, 1955.
- Donegan, P. J. & D. Stampe "The study of natural phonology". In D. A. Dinnsen (org.) **Current approaches to phonological theory**. Bloomington: Indiana University Press, 1979, 126-173.
- Eimas, P. D., J. D. Corbit "Selective adaptation of linguistic feature detectors". **Cognitive Psychology**, 4, 99-109, 1973.
- Eimas, P. D., E. R. Siqueland, P. Jusczyk & J. M. Vigorito "Speech perception in infants". **Science**, 171, 303-306, 1971.
- Firth, J. R. "Sounds and prosodies". In W. E. Jones & J. Laver (org.) **Phonetics in linguistics**, Londres: Longman, 1973, 47-65.
- Fodor, J. A. **The language of thought**. Nova Iorque: Crowell, 1975.
- _____**Representations**. Cambridge: The MIT Press, 1981.
- _____**The modularity of mind**. Cambridge: The MIT Press, 1983.
- Franchi, C. "A hipótese da modularidade da mente". Neste volume, 1986.
- Françoço, E. "Afasia e modularidade". Neste volume, 1986.
- Fujisaki, H. "Some remarks on recent issues on speech perception research". **Ninth International Congress of Phonetic Sciences**, Status Report on Speech Perception, 1979, 93-99.
- _____**& S. Shigeno** "Context effects in the categorization of speech and non-speech stimuli". Trabalho apresentado no 509 encontro da **Acoustical Society of America**, 1979, Ms.
- Guillaume, P. **Psicologia da forma**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.
- Hymes, D. (org.) **Studies in the history of linguistics: traditions and paradigms**. Bloomington: Indiana University Press, 1974.
- Jakobson, R., G. Fant & M. Halle **Preliminaries to speech analysis**. Cambridge: The MIT Press, 1951.
- Katz, J. J. & J. A. Fodor "The structure of a semantic theory". In Fodor, J. A. & J. J. Katz (orgs.) **The structure of language**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1964, 469-518.

- of the **Acoustical Society of America**, 60, 410-417, 1976.
- Nottebohm, F., T. M. Stokes & C. M. Leonard "Central control of song in the canary *Serinus Canarius*". **Journal of Comparative Neurology**, 165, 457-486, 1976.
- Perkell, J. S. **Physiology of speech production**. Cambridge: the MIT Press, 1969.
- Piatelli-Palmarini, M. (org.) **Théories du langage, théories de l'apprentissage**. Paris: Seuil, 1979.
- Rosen, S. M. & P. Howell "Plucks and bows are not categorically perceived". **Perception & Psychophysics**, 30, 156-158, 1981.
- Sapir, E. **Language**. Nova lorque: Harcourt, Brace & World, 1921. (apud Cãmara 1969).
- Schank, R. C. & R. P. Abelson **Scripts, plans, goals and understanding**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1977.
- Searle, J. **Speech Acts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- Stevens, K. N. "Quantal nature of speech". In E. E. David & P. B. Denes (orgs.) **Human communication: a unified view**. Nova lorque: McGraw-Hill, 1972.
- "The potential role of property detectors in the perception of consonants". In G. Fant & M. A. Tatham (orgs.) **Auditory analysis and perception of speech**. Nova lorque: Academic Press, 1975, 303-330.
- & S. Blumstein "Invariant cues for place of articulation in stop consonants". **Journal of the Acoustical Society of America**, 64, 1358-1368, 1978.
- "The search for invariant acoustic correlates of phonetic features". In P. Eimas & J. L. Miller (org.) **Perspectives on the study of speech**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1-38.
- Studdert-Kennedy, M. "Speech perception". In N. J. Lass (org.) **Contemporary issues in experimental phonetics**. Nova lorque: Academic Press, 1976, 243-293.
- , A. M. Liberman, K. S. Harris & F. S. Cooper "Motor theory of

AFASIA E MODULARIDADE DA MENTE

Edson Françoze
IEL - UNICAMP

0. As tarefas que o presente trabalho se propõe são duas: (a) mostrar a relação que existe entre o nascimento da afasia como uma entidade patológica e a tradição de pensamento científico e filosófico que hoje se conhece por hipótese da modularidade da mente; e, (b) mostrar como as atuais interpretações da afasia vinculam-se a uma das versões da hipótese da modularidade. Essas duas tarefas servirão para sugerir a idéia de que a tese da modularidade aplica-se a domínios da investigação científica diferentes daquele para o qual ela é atualmente pensada. Isto é, diferentes da gramática gerativa e das assim chamadas "ciências cognitivas".

Certamente, cumprir esse objetivo à risca implica em dispor de um espaço muito maior do que aquele de que aqui disponho. Por essa razão coloco, desde o início, algumas restrições ao escopo desta discussão. A primeira delas tem a ver com questões de natureza histórica. A primeira tarefa implicará em incursões pela história das idéias científicas e filosóficas. Para isso, vamos nos valer, na maioria das vezes, de fontes secundárias, que nos oferecem já prontas a reconstrução desse contexto. A consciência que se faz necessária não deixa outra alternativa. A segunda restrição concerne à segunda tarefa; mais especificamente, concerne à versão da tese da modularidade subjacente aos estudos afasiológicos. Há várias possibilidades de se entender o conceito de modularidade (ver Marshall 1984: 209-212), a mais genérica das quais talvez seja a de dizer que qualquer processo complexo deve ser dividido e implementado como um conjunto de subpartes relativamente independentes umas das outras. Essa definição genérica, contudo, é vazia (como nota Marshall) no sentido em que não especifica quais aspectos da cognição, em nosso caso, "são modulares" e muito menos quais seriam os traços distintivos que definem os módulos. A discussão que essas questões sugerem, embora pertinente ao objetivo geral deste trabalho, alongaria demais o texto. Proponho então (i) tomar como referência, para a discussão de trabalhos em afasia que se movem no quadro da teoria gerativa (mais especialmente na versão da teoria de Regência e Vinculação), a tese da modularidade como defendido por Fodor (1983) e; (ii) fornecer, ao longo do próprio texto, algumas indicações sobre a forma da tese da modularidade que poderia relacionar-se aos estudos afasiológicos que não se vinculam à teoria gerativa. Com res-

pelto especificamente às teses de Fodor, nenhuma tentativa será feita de resenhá-las ou criticá-las: prefiro remeter o leitor ao texto de Maia (1986). Apenas lembraria que o próprio Fodor (1983: 9) reconhece não haver uma incompatibilidade radical entre sua versão da tese da modularidade e aquela assumida por Chomsky (e.g. 1984).

1. A primeira tarefa é, então, relacionar o nascimento da afasia à tese da modularidade. Vamos aos fatos históricos, antes de mais nada. A visão histórica clássica é a de que o estudo da afasia como entidade clínica **de jure** nasceu com a publicação de um trabalho clínico por Paul Broca, em 1861. Broca, entretanto, não foi o primeiro a observar casos de perturbação da linguagem correlacionados a algum tipo de lesão cerebral. Um dos precursores do nascimento da afasia é Bouillaud, cujas idéias acerca da localização cortical da linguagem são explicitamente endossadas por Broca (1861, ver Hécaen & Dubois 1969: 88), cujo mérito é ter estabelecido de forma inequívoca a relação entre a perturbação da linguagem e uma determinada região do córtex cerebral. Mas o que interessa ressaltar aqui, e logo abaixo retomar em maiores detalhes, é que as idéias de Bouillaud (1825) acerca da relação entre a linguagem e cérebro são retomadas de Gall, o "pai" da moderna versão da tese da modularidade da mente segundo Fodor (1983).

Vamos então nos deter sobre a relação entre as idéias de Bouillaud e Gall num primeiro momento, e depois sobre as de Broca. (Antes de mais nada, uma advertência: a tese da modularidade, no séc. XIX, corresponde à idéia de uma psicologia das faculdades mentais.) Em sua "mémoire" de 1825, Bouillaud coleciona uma série de evidências que, segundo ele, comprovam a existência de dois distintos "centros" cerebrais relacionados à linguagem, cada um correspondendo a uma faculdade mental distinta:

"...il est de toute nécessité de distinguer, dans l'acte de la parole, deux phénomènes différents, savoir, la faculté de créer des mots comme signes de nos idées, d'en conserver le souvenir, et celle d'articuler ces mêmes mots. Il y a pour ainsi dire une parole intérieure et un parole extérieure; celle-ci n'est que l'expression de la première." (Bouillaud 1825, in Hécaen & Dubois (eds.) 1969: 29-30).

Aí temos pois uma faculdade de articular palavras que se diferencia daquela de criar signos de pensamento. Mais ainda, temos aí a definição de duas legítimas **faculdades** mentais à la Gall, isto é, "órgãos" mentais que se definem mais pela especificidade do domínio dos fatos a que se ligam do que pelas funções que possam cumprir enquanto mecanismos mentais (como seria o caso típico de uma faculdade como a da memória, segundo a visão clássica da psicologia das faculdades mentais - ver e.g. Marshall 1984 213-14). Vale lembrar que, para Gall, as "faculdades" tradicionais não seriam mais que propriedades dos órgãos mentais como a linguagem, a habilidade musical, etc. Assim, a memória é uma faculdade neste **segundo** sentido, mas não no primeiro; ao contrário, a linguagem é

uma faculdade apenas no primeiro sentido, mas não no segundo.

No contexto de sua pretendida confirmação da existência de duas faculdades especiais relacionadas à linguagem, Bouillaud abre uma polêmica com o próprio Gall, ao criticá-lo por ter chamado a faculdade de articular palavras de "memória da linguagem articulada". De fato, o uso da palavra "memória" neste contexto é, no mínimo, estranha, uma vez que a memória não é uma faculdade no sistema defendido por Gall, mas apenas uma propriedade de um órgão ou faculdade. É claro que a pretensa polêmica de Bouillaud não passa de uma querela terminológica. No entanto, ela aponta para um fato: que ambas as possibilidades de interpretar o conceito de faculdade mental estavam bastante claras no próprio texto de Bouillaud e, talvez, fizessem parte do "espírito da época".

Podêr-se-ia pensar que essa dupla possibilidade de interpretação parece ter passado despercebida. Apenas Fodor (segundo Marshall 1984: 216) notou isso ao fazer a distinção entre faculdades "horizontais" e "verticais". Mas há uma diferença entre o fato de um conceito não ter sido explicitamente percebido e o de ter estado presente de modo latente na história das idéias. Se isto é verdade, talvez então seja hora de reconhecer, seguindo o caminho aberto por Fodor (1983), que a noção de faculdades "verticais", individuadas segundo o domínio específico a que se referem, teve um papel na história da afasia, mais precisamente, na sua gênese enquanto entidade nosológica.

Abordemos então o artigo clássico de Broca. Nesse trabalho, que (lembro) ratifica as conclusões de Bouillaud, Broca reconhece a existência de três quadros clínicos que normalmente implicavam, dizia-se na época, na "perda da palavra":

- a) paralisia dos músculos buco-faciais, que impede não apenas a fonação, mas também a mastigação, deglutição, protusão da língua, etc., sem qualquer afecção das capacidades intelectuais ou da compreensão do paciente;
- b) "perda da palavra" não acompanhada por paralisia muscular ou déficits intelectuais ou de compreensão; e,
- c) "perda da palavra" não acompanhada por paralisia, mas com comprometimento intelectual e de compreensão concomitantes.

Qual o quadro teórico, ou melhor, psicológico, que Broca adota para explicar essas diferenças? No melhor estilo da psicologia das faculdades mentais, ele propõe reconhecer duas delas, que deveriam interagir com certos órgãos de emissão e recepção diferentes para cada modalidade de comunicação, isto é, diferentes quer se trate de comunicação efetuada através de gestos, através da fala, etc. Sem me alongar na questão da natureza desses "órgãos", diria que à primeira vista eles também seriam módulos ou faculdades verticais no sentido que Fodor (1983) dá ao termo. A função desses órgãos de emissão e recepção, no sistema de Broca, é claramente o de dar conta da "perda da palavra" em função de déficits peri-

enquanto objeto de investigação, diagnóstico e terapia para os neurologistas. Num artigo clássico, O. Marx [1966] investiga as relações entre os estudos sobre afasia e sobre teoria lingüística no séc. XIX e conclui que [a] ela inexistiu, para todos os efeitos práticos, e [b] que tanto os poucos médicos quanto lingüistas que se ocuparam do assunto concluíram pela necessidade de desenvolvimento de uma "metodologia psicológica" que viesse a permitir o estudo da capacidade humana para a linguagem [O. Marx 1966:349.] Parece que nesse ponto O. Marx acabou por aceitar "despolimentos" literais quanto à necessidade de uma metodologia ou teoria psicológica, sem se aperceber de que ela já existia. Senão, vejamos. Até o aparecimento da doutrina frenológica de Gall, aceitava-se basicamente o ensino medieval de que as faculdades mentais eram três, e localizavam-se anatomicamente nos três ventrículos cerebrais. Tratava-se das faculdades do *sensorium commune*, da razão e da memória. Essa lista básica de faculdades, definidas funcionalmente, foi sendo aumentada [mais ou menos como M. Jourdain definia faculdades dormitivas] durante toda a vigência de empirismo britânico. É claro que entre essas faculdades não se encontrava a linguagem. Como então poderiam os médicos investigar a nosologia de uma perturbação da linguagem se esta não era uma das faculdades da mente que tinham assento nos ventrículos ou nos lobos cerebrais? Parece que a linguagem era "invisível" para os médicos. Como conseqüência, somente após a novidade conceitual introduzida por Gall é que a linguagem, ou seu distúrbio, pode adquirir um estatuto nosológico próprio.

Em resumo, creio ter fornecido alguns elementos decisivos para sustentar a hipótese de que foi o surgimento da noção de faculdade mental enquanto mecanismo subjacente a um domínio específico de comportamentos humanos que tornou a linguagem acessível aos neurologistas como um objeto de investigação científica.

2. Passemos agora à segunda de nossas tarefas, que é a de verificar como a tese da modularidade relaciona-se a estudos afasiológicos atuais, especialmente àqueles que se situam no interior do quadro da gramática gerativa. Nessa tarefa, vou privilegiar o estudo do síndrome do agramatismo efetuado por Grodzinsky [1984a,b].

Comecemos por caracterizar o agramatismo de maneira aproximada e não exaustiva [ver Tissot, Mounin & Lhermitte 1973]. Neurologicamente, esse síndrome é conseqüente a acidentes vasculares que afetam a artéria cerebral média do hemisfério dominante [em geral o esquerdo]. Os pacientes apresentam então uma fala não-fluente, limitada a pequenas frases em que freqüentemente estão omitidas as palavras da assim chamada "classe aberta" [pronomes, artigos, etc.], bem como morfemas flexionais. Parece também haver distúrbios de compreensão relacionados a passivas e construções com encaixamento central.

Grodzinsky [1984a, b] propõe dar conta dos déficits de produção e

é noção de módulo que se pode depreender da teoria chomskyana e a que aparecia nos trabalhos fundadores do estudo da afasia. Na aparência há duas noções distintas em jogo. Por um lado, os módulos da teoria de Regência e Vinculação poderiam ser considerados como construtos abstratos, lingüísticos, e que se justificam em função de necessidades internas da teoria. Por outro, a noção de módulo utilizada por Gall, Bouillaud e Broca poderia caracterizar-se como mecanismos ou capacidades psicológicas responsáveis pela linguagem. Considere porém a seguinte consequência que se tira da tendência histórica [acima referida] de "empobrecer" o componente transformacional da teoria:

"The main import of this strategy is that it brings closer a solution to the language acquisition problem: the expressive possibilities of transformational rules are drastically reduced, thereby reducing the options from which the language learner (the child) must choose in the process of grammar construction. The general principle, which take over the burden of regulating when and how the rules apply, are assumed to be part of the Universal Grammar and hence constitutes linguists first crude attempt at characterizing the biological endowment with which the child can face his overwhelming task" [van Riemsdijk & Williams 1986: 110].

Parace claro nesse trecho que a tarefa do lingüista [que adote essa perspectiva] é parte de uma tarefa mais ampla que Chomsky [1984: 1] diz que pode ser chamada de "psicologia cognitiva". Nesse sentido, essa teoria lingüística mais do que um construto teórico privativo do estudo da linguagem, parecem ter uma face mental tanto quanto as faculdades de Gall. Mas, note bem, é a linguagem [ou gramática "descoberta" pela teoria lingüística de que se dispõe] que adquire um caráter mental, por oposição a outras "faculdades" ou módulos como os de reconhecer faces, melodias, fazer cálculos aritméticos, etc. Quanto aos sub-componentes da gramática [eles também "módulos"], esses não precisam assumir necessariamente algum paralelismo com fenômenos mentais. Pelo menos é assim que se deve entender a contenção de van Riemsdijk & Williams [1986: 157] de que a introdução e.g. do conceito de "filtros" no modelo não deve ser vista como postulação de mecanismos mentais que teriam a função de efetuar a filtragem de construções agramaticais [o que, ao complicar a teoria da linguagem, complicariam a teoria dos mecanismos mentais]; ao contrário, dizem eles, o modelo gramatical não é um modelo de produção, mas apenas de competência. Em outras palavras, a relação que a teoria sintática quer assumir com modelos de processamento da linguagem não é de transparência estrita, mas apenas de um paralelismo algo frouxo. Assim, o critério pelo qual se julgam os componentes internos do modelo dizem respeito somente ao grau com que esses sub-componentes explicam e caracterizam corretamente certos fenômenos gramaticais.

A questão é certamente complexa, e talvez seja interessante recolocá-

las de outra maneira. Parece que há aqui implicadas duas versões da noção de modularidade, ou pelo menos duas concepções que diferem basicamente quanto ao domínio dos mecanismos [teóricos ou mentais?] aos quais se referem. De um lado temos a noção de que a linguagem é um módulo e de outro temos a noção de que sub-partes da teoria pela qual descrevemos a linguagem são módulos. A primeira dessas noções pode ser imediatamente equiparada [ou comparada] à concepção de faculdade mental de Gall [que, lembremos, informa o conceito de afasia na fase de seu aparecimento] e é dotada de um conteúdo "psicológico" próprio. Já a segunda concepção tem um estatuto epistemológico diferente do de faculdades mentais: ela apenas diz que uma teoria [lingüística] complexa pode ser subdividida em partes mais simples e relativamente autônomas. Se é assim, a conclusão de que a proposta de descrição da afasia de Grodzinsky funda-se numa teoria à qual subjaz a noção de módulo da mesma forma que a teoria de Broca uma tal concepção também subjazia é absolutamente trivial, no sentido em que ela apenas diz que ambas as teorias, para serem bem sucedidas, dividem aquilo que parece ser um processo complexo em subpartes mais simples. A natureza dessas subpartes, no entanto, é distinta. Esse seria um resultado negativo mas aceitável de nossas inquirições se não tivéssemos, ao final da primeira parte deste trabalho, proposto que foi a introdução do conceito de faculdade vertical [ou modularidade no sentido de Fodor] que possibilitou o surgimento da afasia como uma entidade nosológica. Haverá ainda possibilidade de manter essa conclusão no que concerne a Grodzinsky e, portanto, sugerir que estamos diante de um traço essencial para a caracterização da afasia como entidade nosológica ainda hoje?

Creio que sim, e a chave para isso está na relação que Grodzinsky propõe existir entre a Condição de Agramatismo e questões psicolingüísticas concernentes ao processamento da linguagem. No geral, a estratégia de Grodzinsky [1984b: 7-21] consiste em reconhecer a impossibilidade de um mapeamento estrito entre construtos lingüísticos e entidades psicológicas [lembre-se, por exemplo, do fracasso da psicolingüística que procurava pela "realidade psicológica" das regras de transformação], ao mesmo tempo em que admite a possibilidade de um mapeamento mais "frouxo", um vago paralelismo entre entidades gramaticais e psicológicas. O argumento que permite a Grodzinsky [1984b: 18] passar de uma para outra interpretação dessa relação são as conclusões de Fodor, Bever & Garrett [1974] de que as regras gramaticais [por exemplo as regras de transformação] não exibem realidade psicológica, mas as estruturas lingüísticas sim. Na medida em que, no modelo chomskyano, "estruturas" são "representações" subjacentes, tudo o que o modelo de Grodzinsky precisa para assegurar-se um mínimo de relação com entidades mentais é assumir que o agramatismo pode ser lingüisticamente descrito a partir de "condições" sobre essas representações, e não por exemplo como um eventual

na história da afasia, e saber que foi em decorrência do surgimento da tese de modularidade [ou faculdade vertical] que os distúrbios de linguagem passaram a ter um estatuto clínico próprio. Com isso, espero ter mostrado que houve, e que talvez ainda haja uma utilidade para a tese da modularidade. Em segundo lugar, pretendia mostrar como a atual versão da psicologia das faculdades mentais [ou modularidade da mente] relaciona-se ao estudo lingüístico da afasia no interior daquela que é a teoria hoje mais amplamente estudada, isto é, o gerativismo. No que concerne a esta segunda pretensão, parece que falhei na medida em que concluí que os módulos mentais podem ser relacionados a, mas não integram crucialmente, a explicação lingüística do agratismo defendida por Grodzinsky [1984a,b]. Na verdade, isso não é bem uma falha: por outros caminhos, e de modo muito convincente, Maia [1986] chega a uma conclusão semelhante, ao postular que a modularidade deve ser vista apenas como compatível mas não necessariamente decorrente ou determinante da teoria lingüística. Vou explorar essa questão com um pouco mais de detalhe.

Vamos observar que na verdade, o problema da relação entre a teoria lingüística e a tese de modularidade envolve, entre outras coisas, o problema da relação entre linguagem e cognição ou pensamento. Dascal [1983: 3-4] classifica essas relações como externas ou internas. Em primeiro lugar, a relação entre linguagem e pensamento será *externa* sempre que se considerar que elas são logicamente independentes entre si: por exemplo, se tomarmos a linguagem como a roupagem com que o pensamento é vestido para propósitos de comunicação. Não importa que, nesse caso, a linguagem reflita de alguma maneira a estrutura do pensamento: o importante é que o pensamento é visto como anterior e independente da linguagem. Em segundo lugar, a relação entre linguagem e pensamento será *interna* em um dos seguintes casos: [a] se, numa relação de instrumentalidade, ela for considerada como uma ferramenta do pensamento - isto é, pode-se considerar que certas operações mentais seriam extremamente difíceis de serem levadas a bom termo sem a ajuda dos signos lingüísticos, de tal forma que o papel da linguagem em relação ao pensamento seria, por assim dizer, psicotécnico; e, [b] se, numa relação muito íntima, o pensamento for considerado como sendo, em grande medida, uma manipulação de signos nesse caso, pelo menos as "idéias" ou raciocínios mais complexos seriam impossíveis sem o concurso da linguagem - de tal forma que se pode dizer que a relação entre linguagem e pensamento é de construtividade.

Fazendo uma transposição, que penso ser razoavelmente adequada, dessa classificação das relações entre linguagem e pensamento, para o domínio da relação entre a tese da modularidade e as teorias acerca da linguagem, teremos resultados interessantes. Não deve ser muito necessário mencionar que a relação entre a modularidade e a teoria da linguagem como se infere do trabalho de Grodzinsky [1984a,b] deve caracterizar-se,

nos termos de Dascal, como **externa**. Penso que o mesmo tipo de relação deve ser atribuída ao modo como Broca concebe a afasia. Lembremos que ele propõe a existência de duas faculdades mentais: uma, geral, que relaciona signos a pensamentos, e outra, específica, que responde pela articulação das palavras. Note a diferença: uma das faculdades diz respeito a palavras [signos da linguagem], e a outra diz respeito a signos em geral. Uma possível interpretação dessa diferença é a de que a faculdade geral de relacionar signos a pensamentos assemelha-se, em natureza, ao "processador central" [responsável pelo "pensamento"] de Fodor [1983]. Se assim for, então a faculdade específica é um módulo à la Fodor **tout court**, e a relação linguagem-pensamento, ou teoria lingüística e faculdade mental é externa, na acepção de Dascal [1983].

É muito provável que uma revisão da história da afasia acabe por revelar que as teorias lingüísticas ou neuro-lingüísticas tendem a relacionar linguagem e pensamento de modo predominantemente externo. Mas, fica a pergunta: não será possível encontrar uma teoria que possa prever uma relação interna entre linguagem e pensamento e para a qual, portanto, a tese da modularidade seja necessária [quer no sentido psicotécnico, quer no sentido constitutivo, como estabelece Dascal]? Não vou aqui enveredar novamente pela história, para responder a essa pergunta. Quero contudo deixar registrado que certamente Luria [e.g. 1977] foi um dos que concebeu, no interior dos estudos da afasia, uma relação interna entre linguagem e pensamento.

Essa menção a Luria não é gratuita. Em verdade a faço para sugerir que a resposta à pergunta acima tem que ser procurada no quadro de uma postura epistemológica muito determinada, e que na literatura psicológica procura colocar-se como alternativa entre o racionalismo e o empirismo, isto é, o interacionismo que distingue-se das duas outras vertentes:

"...na medida em que assume a interação entre o organismo humano e o ambiente, concebido como externo a ele, como matriz de transformações qualitativas desse organismo capaz, por isso, de explicar a gênese das atividades mentais superiores e do conhecimento" [de Lemos 1986].

Essa passagem é muito rica e permite, ou cobra de seu leitor, a meu ver, uma reflexão muito longa ... e muito necessária. Um dos pontos mais instigantes é a expressão "atividades mentais superiores". Penso que é por aí que se pode ligar o interacionismo às considerações que vimos fazendo sobre a tese da modularidade. Para colocar a questão de modo grosseiro, e certamente muito pouco apropriado, as "atividades mentais superiores" não seriam modulares? Mas note que esses módulos, ao contrário da concepção cognitivista ou gerativista, é **produto** de uma matriz de transformações, i.é., de um **processo** de desenvolvimento ao mesmo tempo social e cognitivo ou biológico. Por isso, a diferença de um módulo concebido exclusivamente como cognitivo, a modularidade que emerge do interacio-

- Franchi, C. 1975 "Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem", tese de doutorado, Unicamp.
- Grodzinsky, Y. 1984a "The syntactic characterization of agrammatism", *Cognition* 16: 99-120.
- 1984b "Language deficits and linguistic theory", tese de doutoramento, Brandeis University.
- Hécaen, H. & Dubois, J. (eds.) 1969 *La naissance de la neuropsychologie du langage (1825-1865)*, Paris: Flammarion.
- Luria, A.R. 1977 *Neuropsychological Studies in aphasia*, Amsterdam: Swets & Zeitlinger.
- Maia, E.A.M. 1986 "Modulado contra modular: contribuição ao debate do inatismo", neste volume.
- Marsahall, J.C. 1984 "Multiple Perspectives on Modularity", *Cognition*, 17: 209-242.
- Marx, O.M. 1966 "Aphasia studies and language theory in the 19th century", *Bulletin of the History of Medicine* 40: 328-349.
- Osakabe, H. 1979 *Argumentação e discurso político*, São Paulo: Kairós.
- Riemsdijk, H.v. & Williams, E. 1986 *Introduction to the theory of grammar*, Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Tissot, R.J., Mounin, G. & Lhermitte, F. 1973 *L'Agrammatism*, Bruxelas: Dessart.

A música popular está atenta para este sentimento:

“Ficar de frente para o mar, de costas pro Brasil,
Não vai fazer deste lugar um bom país”.

(Notícias do Brasil, Milton Nascimento e Fernando Brant)

O melhor resumo deste sentimento xenófilo, a meu ver, encontra-se na seguinte quadrinha de Millôr Fernandes, que sintomaticamente se intitula **Poesia com Lamentação do Local de Nascimento**:

“Tudo o que eu digo, acreditem,
teria mais solidez
se em vez de cárioquinha
eu fosse um velho chinês”.

(Papáverum Millôr)

A segunda característica da cultura brasileira a nos interessar é a nossa “não digestão” (ou “má-digestão”) das idéias estrangeiras. Nós nos voltamos para as idéias estrangeiras sem vermos para que ela nos servem; sem nos preocuparmos com o que poderemos fazer com elas. As idéias estrangeiras valem por si mesmas. Num texto admirável, denominado “as idéias fora do lugar” (1º capítulo do livro **Ao Vencedor as Batatas**, Liv. Duas cidades, 1977), Roberto Schwarz nos mostra como a incompatibilidade entre a ideologia liberal que dominava o pensamento brasileiro no século XIX e a realidade escravagista que vivíamos criou um mundo de faz-de-conta em que não só essa incompatibilidade era escamoteada como, e pior, a ideologia liberal era usada para legitimar uma sociedade obviamente anti-liberal, porque escravagista. O descompasso entre a ideologia e a realidade era ocultado em função da necessidade de ‘ver com bons olhos’ nossa realidade e da necessidade de ser moderno – pensar a realidade como se fazia na ‘metrópole’.

“Nada melhor, para dar lustre às pessoas e à sociedade que formam, do que as idéias mais ilustres do tempo, no caso as européias”.

(Schwarz 1977: 17).

Nestor Goulart Reis Filho, num texto chamado **Arquitetura Residencial Brasileira no Século XIX** (citado apud Schwarz 1977:20) nos diz o seguinte:

“Sobre as paredes de terra, erguidas por escravos, pregavam-se papéis decorativos europeus... Em certos exemplos, o fingimento atingia o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos – pilastras, arquitraves, colunats, frisas, etc. – com perfeição de perspectiva e sombreamento; sugerindo uma ambientação neo-clássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local”.

Ou seja, criava-se um mundo de faz-de-conta, à imagem e semelhança da metrópole, e vivia-se, esquizofrenicamente, nesse mundo.

Não nos parece que a situação tenha mudado radicalmente do século

Aqui talvez seja relevante uma pequena pausa para discutir o que é nosso e o que é estrangeiro. A Gramática Gerativa Transformacional surgiu nos Estados Unidos, mas pode-se considerá-la um 'modelo estrangeiro' hoje na Holanda? Num sentido próprio, sim. Mas é preciso não esquecer que grande parte do trabalho teórico 'de ponta', no quadro deste modelo, surge do trabalho de holandeses (Koster, van Riemsdijk, Huybregts, etc) e é desenvolvido em universidades holandesas. Se o ponto de difusão das idéias inovadoras em Gramática Gerativa deixasse de ser o MIT e passasse a ser, digamos, o UNICAMP ou a UFMG, poderíamos continuar considerando a Gramática Gerativa um 'modelo estrangeiro'? Creio que não. O futebol é um esporte estrangeiro, mas o assimilamos de tal forma que podemos praticá-lo - e bem - sem que precisemos a todo instante saber o que este ou aquele técnico inglês está fazendo com seu time. Mas, fechemos o parêntese e voltemos ao nosso assunto.

A relação do lingüista brasileiro com as teorias é sempre superficial: é importante saber o que elas dizem, mas não é importante **dizer junto**, não é importante **dizer além**, não é importante **dizer o contrário**. No Brasil, as teorias lingüísticas estrangeiras perdem o interesse no exato momento de sua apresentação (acompanhada de algumas poucas aplicações aos dados do português a guisa de exemplificação). A regra é o lingüista 'novidadeiro', que após apresentar uma nova teoria - e exemplificá-la no português - tem sua atenção voltada para outra teoria, mais recente ou, a seus olhos, mais interessante, que receberá o mesmo tratamento.

O resultado disso é que a pesquisa lingüística no Brasil não cria raízes. A evolução constante que as teorias lingüísticas apresentam é acompanhada 'de fora' pelo lingüista brasileiro - mero espectador - que não é capaz de se integrar neste processo evolutivo a partir de seu trabalho.

Quanto à terceira característica do brasileiro, o ecletismo, é óbvia sua vinculação com a lingüística que se faz no Brasil. Na medida em que o lingüista é um espectador do fazer lingüístico estrangeiro, sem se comprometer com esse fazer, não há 'laços de fidelidade' que o prendam a determinado modelo, a determinada teoria. O lingüista brasileiro pode ser gerativista hoje e fazer sociolingüística quantitativa amanhã. Pode fazer sintaxe segundo a teoria de Regência e Ligação de Chomsky, semântica na linha da semântica cognitiva de Lakoff e usar as regras variáveis de Labov quando faz fonologia. Vivemos num mundo fantástico em que não existem incompatibilidades e em que a ortodoxia é vista com maus olhos. Somos todos camaleões - "Zelligs", como diz Fernando Tarallo (cf. DELTA 2 (1):127-144).

É neste quadro, então, que devo responder à questão colocada pelo título da mesa-redonda.

Se eu responder **NÃO**, deixo aberta a porta para que se entenda que há mais lingüística no Brasil do que a que nos chega do exterior. Se eu responder **SIM**, deixo supor que se faz lingüística no Brasil como se faz no

exterior. Ambas as respostas são falsas. Mas a resposta deve ser SIM, porque importamos modelos estrangeiros, bem como deve ser NÃO, porque não se trata de mera importação, mas de recolocação, para parafrasear Schwarz, das idéias estrangeiras num sentido impróprio "idéias fora do lugar". A resposta deve ser SIM e NÃO ou talvez NEM SIM NEM NÃO.

Para finalizar, gostaria de destacar que não sou contra a importação de modelos estrangeiros. Creio que nos fecharmos às idéias estrangeiras seria um erro tão grave quanto adotarmos acriticamente quaisquer idéias que se nos apresentem, simplesmente porque provêm deste ou daquele lugar. Neste sentido, a ciência lingüística não tem fronteiras. O impedimento da importação da lingüística estrangeira só viria retardar a emancipação do nosso pensamento lingüístico e reforçar a situação de dependência. A postura xenófoba dá as mãos ao colonialismo.

Ao discorrer sobre o lado irracional da atitude anticolonialista, Sérgio Rouanet nos afirma:

"Ao desvalorizar a grande cultura estrangeira, num país que em geral não dispõe ainda de uma produção cultural equivalente, essa atitude está desvalorizando, na verdade, a cultura como tal: atrás do gesto xenófobo, esconde-se um ressentimento populista contra a alta cultura em si. Ao rejeitar uma teoria de alcance universal, pelo fato de ter sido desenvolvido no exterior, essa atitude está, na prática, privando-se dos meios de interpretar a realidade brasileira, e optando pela não teoria, pelo mais cego (e irracional) dos empirismos"
(Rouanet, p. 7).

Devemos estar atualizados com o que se faz no exterior, mas esta atualização deve servir para a implementação de um trabalho que fazemos independentemente do exterior. É preciso que nosso trabalho filtre as idéias que importamos.

É fundamental, então, o estabelecimento de **linhas de pesquisa**, bem delimitadas, bem fundamentadas teoricamente, que dêem base, que estabeleçam raízes para a pesquisa lingüística em nosso país. Se um determinado grupo de lingüistas decidir orientar sua pesquisa pelos cânones da Gramática Gerativa Transformacional, que o faça. Mas que o faça de um modo competente e conseqüente, que assuma os pressupostos de tal linha de pesquisa, que busque seus próprios caminhos, suas próprias soluções, nessa linha de pesquisa. Ai sim a atualização fará sentido. Não será uma atualização com fim em si mesma, mas uma atualização que permitirá o diálogo com o exterior, porque, então, teremos também algo a dizer.

Como últimas palavras queria dizer que a abordagem deste texto é propositalmente polêmica, e certamente injusta com uma série de colegas. Dada a natureza da comunicação, não havia como comportar-me de outro modo. Talvez o debate sirva para atenuarmos algumas posições e para que sejam feitas as ressalvas que devem ser feitas.

Referências:

1. ROUANET, S.P. Verde-amarelo é a cor do nosso irracionalismo. **Folhetim** 453 (Folha de São Paulo de 17 de novembro de 1985).
2. SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
3. TARALLO, F. Zelig: um camaleão-lingüista. **DELTA** 2 (1): 127-144, 1986.
4. VIANNA MOOG. **Bandeirantes e pioneiros**, vol. I. Rio de Janeiro: Ed. Delta, 1966 (Obras de Vianna Moog, vol VIII).

COMUNICAR É PRECISO

Kanavillil Rajagopalan
PUC-SP e UNICAMP

Gostaria de tomar como ponto de partida um fato óbvio demais para ser destacado, porém infelizmente nem sempre lembrado: a lingüística constitui, no fim das contas, um enorme empreendimento metalingüístico que tem como meta estudar a linguagem natural. No entanto, de antemão, o lingüista não dispõe de nenhuma metalinguagem especial para falar da linguagem. Por conseguinte, é da própria linguagem que o lingüista vai ter que se apropriar para formular sua metalinguagem. Significa isso que a metalinguagem dos lingüistas – ou, se quiser, a própria linguagem de que os lingüistas dispõem para conduzir seu discurso, para se comunicar entre si – está sujeita às mesmas regras que regem a linguagem natural e as possibilidades de comunicação que esta proporciona. Como diria Wittgenstein, o discurso dos lingüistas terá de refletir – mostrar – todas aquelas características que são atribuídas ao discurso em geral. Estranho seria se isso não acontecesse.

Da mesma maneira que a existência de uma determinada língua se deve à presença de uma comunidade de fala, a lingüística também necessita de uma "comunidade interpretativa" para garantir sua sobrevivência. Em ambos os casos estão envolvidos grupos de indivíduos que se tornam comunidades por meio de um processo constante e ininterrupto ao qual referir-me-ei pelo termo "interpretação". Trata-se de um processo verdadeiramente criativo no sentido de que gera sempre algo novo e inédito. Voltando ao nosso paralelo entre a comunidade de fala e a comunidade de lingüistas, podemos dizer então que, assim como a língua se criou como resultado da atividade interpretativa de uma comunidade de fala, a lingüística também nasceu como resultado da atividade interpretativa de um grupo de pessoas que se comunicaram entre si com maior empenho e chegaram a identificar-se com certos interesses comuns.

No que se refere a uma comunidade de fala ou uma comunidade lingüística, faz parte do nosso consenso, creio eu, a idéia de que existência de diversos dialetos dentro de uma mesma língua, constitui um fenômeno perfeitamente normal e natural. Ou seja, nada há de patológico sobre tal fenômeno. O que também é perfeitamente normal e natural é não-patoló-

"lingüística" no sentido "acadêmico-intelectual" em se tratando, como em qualquer outra parte do mundo, de uma paixão pela linguagem; seria "brasileira", porque os indivíduos que compõem a pequena sub-comunidade em questão teriam como denominador comum algo mais abrangente e preponderante – a saber, a cultura brasileira. Para que uma lingüística brasileira possa tornar-se realidade, é preciso interpretar, e não apenas praticar, a lingüística. É preciso procurar fazer sentido da lingüística.

A instituição pode, isto sim, garantir as condições mínimas para apressar o surgimento de uma lingüística brasileira – o surgimento, em outras palavras, de uma comunidade interpretativa. Trata-se de um esforço para criar possibilidades físicas de comunicação entre pesquisadores brasileiros. Não se refere apenas a uma questão de promover maior número de congressos e outros eventos do gênero. Seria interessante pensar em termos de criar mecanismos de intercâmbio de pesquisadores entre diferentes centros de pesquisa por um período razoável que, a meu ver, certamente propiciaria uma integração dinâmica entre diferentes centros.

Não basta, contudo, cuidar apenas da parte física, ou seja, das condições de comunicação. O apoio institucional, como já disse, não é suficiente, embora seja até necessário. É imprescindível que nos conscientizemos da importância de nos comunicarmos entre nós mesmos, não só para comparar, concordar e citar, mas, mais seriamente, para discutir, debater, discordar e defrontar concepções radicalmente opostas – enfim questionar. É de vital importância também deixar de lado a questão institucional de vez em quando e encarar a lingüística em seu aspecto acadêmico-intelectual. Ou, se quiser, mudar o enfoque do profissional para o vocacional. E, por fim, adotar como lema: **Comunicar é preciso**. É comunicando-se entre si que os diversos membros de uma agremiação formam uma comunidade e encontram uma linguagem comum.

Proseguindo a análise "sociológica" da nossa comunidade (em formação), parece-me que a nossa linguagem revela neste momento muitas das características de um "pidgin" – sua origem relativamente recente, a formação bastante heterogênea da grande maioria dos "falantes" e o caráter bastante precário e instável dos raros momentos de encontro e confraternização. Vamos esperar que a consciência comunitária que está começando a brotar desperte uma fase de "criolização". Pouco me importa se esse novo meio de comunicação, essa nova linguagem, venha a se chamar dialeto ou língua. Deixemos a questão da rotulação por conta dos futuros historiadores da lingüística. O surgimento de uma linguagem comum, se e quando isso vier a acontecer, poderá ser encarado como sintomático de algo muito mais importante e gratificante: os pesquisadores brasileiros estariam se comunicando entre si e formando uma comunidade verdadeiramente interpretativa. Teria nascido, a essa altura, uma lingüística brasileira. Uma "lingüística brasileira" não seria mais um mito? É claro que sim, respondo eu. Mais um mito entre tantos outros. Mas nem por isso a ser desprezada.

ra se explicar uma mudança lingüística é a mudança social, da qual as variações lingüísticas são apenas as conseqüências..."

Kurylowicz (1948), por sua vez, escreveu o seguinte:

"Devem-se explicar os fatos lingüísticos através de outros fatos lingüísticos, e não através de fatos heterogêneos... uma explicação que se utilize de fatos sociais é um desvio metodológico."

Embora estas duas citações se refiram à questão da mudança lingüística, elas podem ser transferidas, *mutatis mutandis*, para as propostas de descrições sincrônicas. Elas refletem, por exemplo, as diferentes opiniões com relação ao tipo de ingredientes que estamos dispostos a admitir em nossas descrições gramaticais. Conforme se tem mostrado nos estudos efetuados nos últimos 20 anos, os casos de variação lingüística detectados apresentam estreita correlação com fatores não-estruturais. E não há como correr disso. Alguém pode até fingir que não está vendo nada. Ou alguém pode até admitir que um caso ou outro necessita, em sua explicação, de referências a alguns fatores não-estruturais mas, mesmo assim, isto é algo mais ou menos marginal. Ou então alguém pode dizer claramente que as gramáticas devem incorporar unidades não-estruturais. E, como veremos adiante, não é verdade que estas unidades não-estruturais estão aí apenas para se lidar com casos de variação lingüística.

Vamos olhar o problema, agora, do lado da Sociolingüística. Posso estar profundamente errado no que vou dizer aqui mas me parece que a inclusão de fatores não-estruturais nas descrições gramaticais relaxou a nossa atenção quanto ao papel dos fatores estruturais nestas mesmas descrições. Não estou dizendo aqui que devemos abandonar os fatores não-estruturais nas descrições lingüísticas. Estou dizendo, apenas, que não devemos abandonar os estruturais. Em resumo, alguns casos de variação lingüística descritos na literatura às vezes me parecem assumir uma dimensão maior do que a que realmente têm.

Pretendo retomar, neste texto, a seguinte questão: onde começa a variação? Já diz o ditado popular que "nem tudo que reluz é ouro". Portanto, é justo perguntar quais são os casos que merecem o rótulo de **variável lingüística**, e qual é a sua dimensão. Pretendo discutir esta questão tendo como pontos de referência os seguintes aspectos:

- 1º - O isolamento de um conjunto de variantes como pertencentes a uma mesma variável lingüística, e
- 2º - A seleção dos parâmetros utilizados na análise das variáveis lingüísticas.

Podemos começar por uma definição de **variantes** e **variáveis**.

Tarallo (1985), em sua excelente introdução à Sociolingüística, escreve o seguinte:

"Variantes lingüísticas são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de 'variável lingüística'."

Nesta definição de **variantes e variáveis lingüísticas**, que é a definição encontrada na literatura, há dois pontos que devem ser destacados. O primeiro deles é a referência a **um mesmo contexto**, e o segundo é a referência ao **mesmo valor de verdade**.

Por que é necessária a alusão ao contexto? Simplesmente porque não queremos chamar de variação lingüística qualquer seleção de variantes que se dê em termos de um contexto claramente determinado. Por exemplo, em alguns dialetos do português o fonema /v/ se realiza de dois modos diferentes, ora como [v], ora como [f]. Mas, nestes dialetos, o fone [ð] só ocorre diante da vogal i, enquanto que o fone [ʎ] ocorre nos demais ambientes. Os contextos de ocorrência de [v] e [f] não são os mesmos, e os falantes destes dialetos não têm escolha quanto ao uso das duas formas. Este não é, portanto, um caso de variação lingüística. O que temos aqui são variantes condicionadas de um mesmo fonema.

A restrição em termos de valor de verdade também é necessária, já que não podemos chamar de variantes de uma mesma variável duas formas, A e B, se elas não significam a mesma coisa.

Admitamos, então, que as restrições em termos de contexto e valor de verdade são indispensáveis. O problema está em se operar com estas noções.

Consideremos em primeiro lugar a noção de contexto. O que é que vamos entender como contexto? E, uma vez isolados os contextos, até que ponto eles devem ser explorados? É claro que por **contexto** não podemos, ou pelo menos não devemos, entender unicamente o contexto estrutural. Há um outro tipo de seleção de formas que não se dá em termos estruturais. A literatura em lingüística antropológica aponta vários casos onde a seleção de formas se dá em termos da estrutura cultural da comunidade de fala. Podemos dar como exemplo o caso do Zuni (cf. Newman, 1956) onde a seleção de um item lexical, a partir de um conjunto potencial de sinônimos, se dá em termos do tipo de discurso. Por exemplo, um americano de origem hispânica, ou um chicano, pode ser referido por vários itens lexicais, dependendo da situação em que a referência é feita. Assim, se se quer referir a um chicano de maneira muito ofensiva, usa-se a forma **no-we**; se a referência é ofensiva e, ao mesmo tempo, mitigada, usa-se a forma **nopolo:wa**; se a referência é neutra, usa-se a forma **melika**, e se a referência é feita durante um cerimonial religioso, usa-se a forma **po?ya:k?a-pa**. Estes vários itens lexicais vão ocorrer num mesmo contexto estrutural, e com o mesmo valor de verdade. E, no entanto, não podemos dizer que eles sejam variantes de uma mesma variável, já que são todos eles controlados pragmaticamente.

O exemplo utilizado envolveu itens lexicais. Mas há casos em fonologia com um comportamento muito parecido. Por exemplo, o trabalho de Mary Haas (1944) sobre as diferenças de fala entre homens e mulheres, em

dências que sugerem exatamente isto. Por exemplo, Votrà & Naro (1984), examinando as ordens Sujeito-Verbo e Verbo-Sujeito, mostraram que estas duas construções – que já foram analisadas diversas vezes como variantes de uma mesma variável lingüística – estão, na verdade, em distribuição complementar, sendo que cada uma delas é selecionada por tipos diferentes de estruturação discursiva (em termos de topicidade, tematicidade, transitividade, etc.).

Um outro aspecto ligado à questão do contexto se refere ao ponto até onde ele deve ser explorado. Se deixamos escapar algum detalhe, corremos o risco de incluir como variação casos que não são de variação. Tenho um exemplo disso em meu próprio trabalho. Um dos pontos que investiguei há cerca de seis anos atrás foi o da vocalização do (lh). Eu estava interessado nas pronúncias alternativas como **palha** x **paia**. O problema foi tratado como um caso de variação e procurei cercá-lo com uma série de fatores condicionantes, tanto estruturais quanto não-estruturais. Alguns resultados finais da análise me deixaram surpreendido e, na época, não vi como explicá-los. Por exemplo, a vocalização se distribuía de um modo muito acentuado em termos de grupos sociais: na classe mais baixa ele atingia níveis próximos a 50%, enquanto que nas outras classes os níveis percentuais se aproximavam de zero. Em vez de uma linha inclinada, mostrando uma gradação paulatina de freqüências de classe para classe, tínhamos uma descida brusca, que indicava diferenças muito mais profundas. Revendo os dados, pude perceber que a diferença entre o grupo mais baixo e os outros se dava em termos de formas subjacentes diferentes, pelo menos para grande parte das palavras que contém (lh). Ou seja, se um favelado diz **paia**, não há evidência nenhuma que sugira a aplicação de uma regra variável de vocalização de (lh). Na verdade, ele só diz **paia**, e nunca diz **palha**. Seu léxico, no que se refere à representação subjacente das formas com (lh), é parcialmente diferente. Mas, note-se que a inclusão de **todas** as formas lexicais, para **todos** os grupos sociais, certamente aumenta a dimensão da variação neste caso.

Um outro exemplo de detalhe contextual pode ser dado pela questão da **ausência** vs **presença** do pronome sujeito em português. Este caso foi tratado, recentemente, dentro da Teoria da Variação, por Solange Lira (1982), no excelente trabalho que constitui sua dissertação de doutoramento. Lira investigou um total de 8.924 casos, dos quais 5.024 (ou 56%) se apresentavam com o pronome sujeito, e 3.900 (ou 44%) com o sujeito zero. O número de casos que examinei sobre este problema é muito menor, perfazendo 455 dados apenas. Mas as proporções de sujeito pronominal e sujeito zero são muito parecidas com as de Lira: 54% de sujeitos pronominais (246 casos) e 46% de sujeitos zero (209 casos). Lira tratou o problema através de uma regra variável de inserção de pronomes, utilizando-se de 9 grupos de fatores, sendo 3 sociais (classe, sexo e idade) e 6 estruturais (pessoa, tipo de cláusula, status informacional, referente do

sujeito, animado e inanimado e flexão verbal). Sem querer comentar os resultados atingidos por Lira em termos de cada grupo de fatores, assim como sua análise, que considero impecável, vou apenas indicar uma diferença entre o meu tratamento dos dados e o tratamento dado por Lira. Para cada dado encontrado, fosse ele um pronome sujeito ou a sua ausência, examinei a possibilidade de ter acontecido, ou não, o contrário. O que observei foi que em muitos dos casos individuais, que no final das contas constituíam o conjunto total dos dados, não havia possibilidade de variação. Isto, evidentemente, considerando-se cada caso no contexto de onde ele foi extraído. Vejamos um exemplo. Numa das narrativas utilizadas o informante descreve uma de suas experiências mal sucedidas na aula de Ciências. Depois de explicar em que consistia a experiência de se colocar um ovo cozido dentro de uma garrafa, ele diz o seguinte:

"Então **ela** falou assim: 'Quero ver... agora \emptyset quero ver quem tira..."

Al **eu** falei com **ela** que **eu** tirava, entendeu?"

Neste trecho ocorrem 3 pronomes. E nenhum deles poderia ter sido omitido. O mesmo informante, numa outra narrativa, se propõe a construir um vulcão de barro, e diz o seguinte:

"Então **eu** falei com **ela** que **eu** fazia o vulcão e \emptyset levava"

onde o pronome **eu** não poderia ter ocorrido antes de **levava**. Para que o pronome **eu** ocorresse antes de **levava** ele teria que ser seguido da palavra **mesmo**, por exemplo. Nos exemplos do texto de Lira encontramos também alguns casos onde a variável não poderia ter ocorrido de outra forma. Vejamos dois exemplos envolvendo o pronome **eu** em cláusulas coordenadas. O primeiro, na pg 143, é o seguinte:

'**Eu** apanhava plantas no Parque da cidade
e \emptyset guardava,
 \emptyset botava data e pedrinhas

Note-se que o pronome **eu** realmente não poderia ter ocorrido antes de **guardava** e **botava**. Vejamos agora o exemplo citado na pg 150:

'O povo aqui me sustenta,
e **eu** não fui.

Neste caso, o pronome **eu** simplesmente não poderia ter sido omitido. Mas o que acontece é que quando contamos os casos, contamos todos juntos. E isto pode distorcer, diminuindo ou aumentando a dimensão da variação. Não tenho nenhuma solução pronta para se resolver problemas deste tipo. Por outro lado, me parece claro que eles precisam ser resolvidos. No caso de **Votre & Naro** estarem certos, o que me parece bastante provável, talvez a solução para estes casos seja a de se incluir, como elemento a ser considerado como contexto, a estruturação do discurso.

Consideremos agora a não menos problemática noção de **valor de verdade**. Conforme vimos na definição apresentada anteriormente, as variantes linguísticas são "diversas maneiras de se dizer a mesma coisa".

Temos aí um outro problema: o que é dizer a mesma coisa? A resposta a esta pergunta depende, em grande parte, da noção de sinonímia. No caso das análises sociolinguísticas a sinonímia é limitada ao valor de verdade. O próprio Labov nos diz isto claramente quando escreve:

"Embora a linguística formal reconheça a existência de informação expressiva e afetiva, estas são, na prática, subordinadas àquilo que Bühler (1934) denominou de "significado representacional", ou aquilo que eu chamo de "estado de coisas". Para ser mais preciso, eu diria que dois enunciados que se referem a um mesmo estado de coisas têm o mesmo valor de verdade e, seguindo Weinreich, eu limitaria a este sentido o uso do termo 'significado'." (1978:2)

Um linguista formal, segundo Labov, fará exatamente o oposto:

"Ele lida com aquilo que ele sabe, ou seja, diferenças sutis no significado representacional. Ele está programado para encontrar uma diferença de significado entre **João comeu** e **O que João fez foi comer** ou entre **Invadiram a loja de bebidas** e **A loja de bebidas foi invadida**. Podemos ver em ação duas tendências opostas: o formalista estendendo o significado, e o sociolinguista limitando-o"

Como se pode ver, temos aqui um problema delicado. Se encolhermos a noção de significado, igualando-a a **valor de verdade**, então talvez possamos juntar duas formas, A e B, como variantes de uma mesma variável. Mas, se esticarmos a noção de significado além do **valor de verdade**, então as mesmas formas A e B poderão não ser chamadas de variantes de uma mesma variável. Mas, como é que vamos decidir entre uma abordagem ou outra? Pares de sentenças como **João comeu** e **O que João fez foi comer** têm o mesmo significado? São ou não são variantes de uma mesma variável? No caso de nos limitarmos ao **valor de verdade**, podemos ou não usar as nuances de significado como contexto? Dependendo das respostas que dermos a estas perguntas poderemos restringir bastante os candidatos possíveis a variáveis linguísticas.

Podemos passar agora ao ponto final, que é o da seleção dos parâmetros de análise. Suponhamos que já tenhamos examinado um certo problema, e que ele tenha se caracterizado realmente como um caso de variação. Ou seja, não há contexto que seja capaz de selecionar, entre duas formas A e B, somente a forma A ou somente a forma B. Admitamos também que A e B dizem a mesma coisa. Suponhamos agora que temos em mãos dois modos de se analisar a variação entre A e B, um através de um conjunto X de parâmetros, e outro através de um conjunto Y de parâmetros. Chamemos os dois casos de análise X e análise Y, respectivamente. Suponhamos agora que, pela análise X, os parâmetros $X_1...X_n$ mostrem que uma das variantes é ligeiramente favorecida em relação à outra, algo como .60 x .40, em termos probabilísticos. Suponhamos também que, pela análise Y, os parâmetros $Y_1...Y_n$ mostrem que uma variante é fortemente

Referências Bibliográficas

- HAAS, Mary R., 1944: "Men's and Women's Speech in Khasali", em Hymes, D. (1964: 228-233)
- HYMES, Dell H., (ed.), 1984: **Language in Culture and Society: A Reader in Linguistics and Anthropology**, New York, Harper & Row, Publishers.
- HYMES, Dell H., 1974: **Foundations in Sociolinguistics: And Ethnographic Approach**, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- KURYLOWICZ, J., 1948 (*Lingua* 1.84), citado em Weinreich, U., W. Labov & M. Herzog (1968:177)
- LABOV, W., 1972 **Sociolinguistic Patterns**, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- LABOV, W., 1978: "Where Does the Linguistic Variable Stop? A Response to Beatriz Lavandera", Working Papers in Sociolinguistics, number 44, Southwest Educational Development Laboratory, Austin.
- LIRA, S.A., 1982 **Nominal, Pronominal, and Zero Subject in Brazilian Portuguese**, Dissertação de Doutorado, Universidade da Pensilvânia.
- MEILLET, A., 1921: **Linguistique Historique et Linguistique Générale**, Paris, La Société Linguistique de Paris., citado em Weinreich, U., W. Labov & M. Herzog (1968:176)
- NEWMAN, S., 1955: "Vocabulary levels: Zuñi Sacred and Slang Usage", em Hymes, D. (1964: 397-406)
- TARALLO, F., 1985: **A Pesquisa Sociolingüística**, São Paulo, Ática.
- VOTRE, S.J. & A.J. NARO 1984: "Discurso e Ordem Vocabular", Mimeo.
- WEINREICH, U., W. LABOV & M. HERZOG, 1968: "Empirical Foundations for a Theory of Language Change", em W. P. Lehman & Yakov Malkiel (eds) **Directions for Historical Linguistics**, University of Texas Press, Austin, pp. 95-195.

DÉFICIT, DIFERENÇA, VARIAÇÃO OU CONTEXTUALIZAÇÃO?

Luiz Antonio Marcuschi

UFPE

Entre as grandes linhas de discussão que perpassam as duas últimas décadas no âmbito dos estudos sociolinguísticos estão a teoria do **déficit linguístico**, de origem bernsteineana, e a teoria da **diferença linguística**, na linha laboviana, que gerou a Teoria da Variação.

A teoria do **déficit linguístico cumulativo**, postulando a existência de dois códigos, um restrito (pertencente à classe operária e grande responsável pela desistência escolar) e outro elaborado (pertencente às classes média e alta e de maior prestígio social) (cf. B. Bernstein, 1971, 1973) não oferece hoje maiores interesses teóricos na sua forma original pelo forte componente ideológico negativo, pela limitada capacidade analítico-explicativa e inconseqüências políticas. De grande impacto no início da década de setenta, sobretudo na Alemanha Ocidental, a proposta Bernsteineana sofreu críticas de todo lado, principalmente por seu potencial altamente estigmatizador, dicotomizando deterministicamente seu objeto de análise. A noção de déficit mostrou-se muito mais avaliativa de condicionamentos sócio-psicológicos do que explicativa de fatos linguísticos. Não obstante sua importância histórica como motivadora de uma ampla reflexão da parte dos educadores, pouco vem rendendo para a teoria sociolinguística.

A concepção da **diferença linguística**, por ser menos estigmatizadora, mais decalcada em questões linguísticas e sobretudo amparada num aparato de base quantitacional, teve outra sorte. Obviamente, postular que o negro dos EUA fala diferente do branco dos EUA (cf. Labov, 1972), representa uma mudança qualitativa em relação à posição de deficiência e depravação linguística. Por outro lado, isto não significa ainda grande coisa em termos de vantagens políticas dentro das complexas relações da sociedade americana. A vantagem mais notável, porém, reside no desenvolvimento de uma metodologia e um procedimento teórico que constrói um objeto de análise estritamente linguístico sem envolver uma avaliação do indivíduo. Assim, na medida em que a teoria da diferença linguística não pos-

mo variante de que e quando. No fundo, trata-se de estabelecer **equivalências funcionais** que se organizam com base em diferenças lingüísticas regulares motivadas por fatores internos ou externos ao próprio objeto e atribuíveis ao contexto ou outras variáveis. Neste tipo de investigação pode-se detectar como se dá a introdução, eliminação, reordenação ou simplificação de uma regra. Pode-se inclusive postular tendências de novos padrões lingüísticos em que regras variáveis concorrem para a formação de regras categóricas (cf. Tarallo, 1985, Naro et al., 1984, e os textos de **Tempo Brasileiro 78/79**, bem como os textos do **Primeiro Encontro sobre Variação em Sintaxe, 1984**).

Deixando de lado todos os desenvolvimentos históricos e disputas teóricas, pretendo ater-me, daqui por diante, a um único problema. Pretendo mostrar que o **paradigma dos estudos variacionistas** tal como ele se encontra na maioria dos trabalhos de meu conhecimento permite uma reflexão crítica e talvez a sugestão de **modificações no ponto de vista da observação**. O problema reside basicamente na já apontada vocação da teoria variacionista de **confinar-se aos fatores de natureza estritamente lingüística** - quase físicos, criando com isso um certo fosso e talvez um viés na sua relação com os processos discursivos. Em outros termos, se a teoria da variação é uma descrição e explicação das variações lingüísticas no **uso** da língua, deve considerar com mais rigor o próprio uso, transformando-o em uma de suas categorias constitutivas. Assim, entre outras coisas, a noção de **contexto**, tal como vem sendo hoje postulada e definida parece demasiadamente estática e pouco eficaz na detecção de variações que se dão no **processo discursivo**.

Via de regra, o contexto foi tomado, na teoria da variação, como um conjunto de entidades **aprióricas** e independentes do processo de interação realizado **no uso**. Este é o caso por exemplo de fatores como lugar, tempo, sexo, idade, grau de instrução, profissão, formalidade/informalidade do evento de fala, ambiente morfofonológico, morfosintático e características estruturais do enunciado. Trata-se, pois, de uma noção com alto teor de **estaticidade**, o que lhe dá um **efeito unidirecional**, ou seja, este tipo de contexto influencia a produção lingüística, mas a produção lingüística efetiva não influencia o contexto assim definido. E nós sabemos que a produção lingüística gera contextos que influenciam a própria produção reflexivamente (cf. detalhes em P. Auer, 1986).

Para caracterizar a exemplificação acima podemos trazer o exemplo do proveitoso estudo de Naro e seus colaboradores (1984), sobre a variação de **nós** e **a gente** na correlação com a forma plural **-mos**. A questão ali analisada é "a distribuição da ocorrência de certas formas lingüísticas no que diz respeito a categorias estruturais" (p.28). Além dos contextos lingüísticos são considerados fatores como sexo, idade e instrução. As variações podem flutuar percentualmente de acordo com contextos lingüísticos

de realização que favorecem ou inibem certas formas. No presente caso, o fator determinante considerado foi a **saliência** compreendida em dois aspectos: (a) **saliência oposicional** ("grau de diferenciação fônica entre as formas niveladas e não niveladas") e (b) **saliência determinacional** ("o grau de coesão entre os elementos que estabelecem as condições necessárias para a realização da oposição") (p.32). Observe-se que os contextos lingüísticos e os fatores extra-lingüísticos são controlados previamente na independência dos processos discursivos em que tais fenômenos operam. Portanto, embora o material de análise tenha sido coletado em **situações de uso**, a análise não se deu na consideração do fluxo discursivo e sim no aspecto lingüístico formal. Daí ser possível aos autores afirmar que "cada estrutura de superfície usada por uma geração poderia ser usada por outra sem qualquer diferença de significado. A diferença está nas chances de uso das formas sob certos contextos gramaticais" (p.28).

Em termos teóricos, o e tudo aqui apontado é de indiscutível valor pela questão que coloca e inclusive pela hipótese de trabalho que levanta, mas é possível imaginar que algumas das formas usadas tenham sido motivadas não precisamente pelos fatores considerados, mas por outros de natureza mais discursiva, como é o caso por exemplo das observações de C. Emmerich (1984) sobre "contato lingüístico e variação" entre os grupos indígenas do Alto Xingu. Nesta investigação, C. Emmerich propõe, ao lado dos fatores tradicionalmente considerados em análises varacionistas, um outro por ela chamado de **traço propulsor** (Emmerich, 1984:41). Note-se que este fator não tem o mesmo status teórico que os demais, ou seja, enquanto os outros fatores são definidos previamente e apenas correlacionados, este do traço propulsor é apreendido pelo fato de estar havendo um processo interacional de tal ou qual natureza.

Segundo Emmerich, "enquanto a situação de diálogo parecia favorecer a não aplicação de regra [de concordância verbo/sujeito na 3ª pessoa], a fala espontânea ou discurso livre estimulava o uso de formas flexionadas. A observação (...) induziu a admitir maior autonomia no emprego da regra de concordância de pessoa verbal quando o locutor não estava na dependência direta da interpelação de um interlocutor. O Traço propulsor consiste basicamente em decalcar na resposta a forma não marcada da pergunta" (p.41). Assim, para fins de análise, Emmerich distinguiu a **situação de gatilho da situação de discurso livre**. A situação de gatilho foi definida como o "contexto em que o enunciado, contendo a forma verbal de primeira pessoa, era imediatamente precedido por pergunta do mesmo tipo de verbo" e a situação de discurso livre, como a da "fala espontânea, não dirigida" (p.41). Os resultados evidenciaram que a distinção era frutífera e a concordância verbo/sujeito na primeira pessoa baixava para números inferiores a 50% nos casos da situação de gatilho, enquanto subia a números sensivelmente mais altos na situação de discurso livre.

viamente definida, mas produzida interacionalmente. Segundo J.J. Gumperz (1982: 131), a contextualização ou as dicas contextualizadoras seriam todos os traços lingüísticos que contribuiriam para assinalar pressuposições contextuais. Embora Gumperz limite-se a postular esses traços contextualizadores convencionais como básicos sobretudo no processo de compreensão mútua entre os interlocutores, creio ser lícito estender a abrangência de ação de tais traços também para a própria organização da produção seguinte, ou seja, parece lícito supor que processos e formas se influenciam mutuamente (reflexivamente) no fluxo discursivo;

- (b) contexto assim gerado (contextualização) transforma-se num problema analítico, ou seja, as estratégias de uso e os processos de interação tornam-se também objeto de análise determinando por outro lado o próprio produto lingüístico. Isto invalida que o contexto seja conhecido em toda sua amplitude pelo analista e pelos interlocutores previamente, pois ele seria em parte gerado **durante** o processo de interação.

Obviamente, neste nível, a proposta é pouco clara, pois esses contextos assim gerados são de natureza processual e cognitiva e seus traços básicos ou padrões estão ainda por ser definidos. Parece-me no entanto que uma tal posição considera com mais rigor o caráter reflexivo da linguagem, o que possibilita correlacionar a **dependência** contextual com a **construção** contextual das variantes. Em suma, a contextualização ofereceria material relevante para uma análise diferenciada da **qualidade da variação**.

Para concretizar um pouco mais minhas observações, apresento alguns exemplos de um estudo de S. M. Bortoni-Ricardo (1984) sobre "aspectos da comunicação interdialetoal". Trata-se, de certo modo, de tirar vantagem da desvantagem do instrumento de coleta chamado "entrevista". Pois como sabemos, a entrevista geralmente é submetida ao paradoxo da assimetria entre o entrevistado e o entrevistador pelos desníveis sócio-culturais e outros. Por outro lado, a entrevista não é um evento de fala espontâneo como uma conversação casual entre amigos pela própria assimetria de papéis na interação em que um pergunta e o outro responde. Como observa Bortoni-Ricardo (1984: 13), isto é de certo modo compensado pela "disposição dos participantes de convergir sua linguagem" num "processo de acomodação" para minimizar as diferenças em função de uma cooperação mútua. As adaptações podem dar-se em vários planos, tais como

"mudança de código ou registro, alterações de pronúncia, de intensidade vocal, de padrões proxêmicos," etc. (p.13). Isto tanto por parte do entrevistado como do entrevistador. A regularidade de tais mudanças e a consistência dos padrões adotados *ad hoc* é precisamente o problema interessante para a análise da variação. Vejamos dois exemplos:

(1) /corresponde ao exemplo 9 de Bortoni-Ricardo (1984:19)

- 1 E: Depende de que o sucesso da gente? Pra gente conseguir alguma coisa, depende de quê? De quem?
- 2 MP: Uai, depende da ... sistença da gente e da boa vontade, né? Num disixti daquilo, i sempri...
- 3 E: Mas que tipo de assistência seria essa? Assistência assim de alguém?
- 4 MP: Não, assistência assim da gente mesmo falá: i'eu vô fazê aquilo, aquilo que i'eu tenho vontade, nê, de trabalha pra... pra se conseguí aquilo, a gente trabalha e consegue, o faz aquilo que a gente tem vontade de fazê, né?

Bortoni-Ricardo (1984:19) descreve a resposta da informante no turno 2, no caso da ocorrência da expressão **sistença** como uma "aférese da sílaba inicial e redução do ditongo crescente na sílaba átona final" de **insistên-cia**. Mas a entrevistadora interpretou erroneamente **sistença** como **assis-tência**, no turno 3, e a entrevistada repetiu a palavra no turno 4; desta vez com uma variação da forma para **assistência**. A entrevistada estava contudo bem consciente de que havia sido mal-interpretada e inferiu que isso se dera provavelmente pela forma errônea da expressão, daí sua variação, ou seja, reflexo do contexto (contextualização) sobre a própria produção.

Outro caso ainda de variação de regra fonológica é o seguinte:

(2) /correspondendo ao exemplo 10 de Bortoni-Ricardo (1984:19-20)/

- 1 E: Na sua opinião, o que é mais fácil criar: os filhos homens ou as filhas mulheres?
- 2 JJ: Ah, meu Deus! Agora é que tá ... São tudo igual. As filhas mulhé é mais fáci. Eu acho.
- 3 E: Por quê?
- 4 JJ: Porque as filha mulhé fica mais em casa. As filha mulhé é mais acurteis com as mãe em casa.
- 5 E: Que que tem as filha mulher?
- 6 JJ: As filha mulhé é mais curteis em casa.

Temos aqui várias questões: (a) no turno 1 a entrevistadora pergunta pelas **filhas mulheres** e a resposta, no turno 2 é produzida pela entrevistada com a mesma concordância **as filha mulhé**; talvez a contextualização do tipo **gatilho** apontada acima explique isto; (b) no turno 4 a entrevistada já não produz mais a concordância e diz **as filha mulhé** tal como fará depois

rença de sentido discursivo entre VS e SV. "Por outro lado, VS e SV são também "unidades comunicativas diferentes, com variação mais ou menos livre" (Votre/Naro, 1986: 196). Este "mais ou menos livre" é um tanto crítico, uma vez que se podem buscar fatores que interferem claramente na produção.

Em Votre/Naro (1986) nota-se uma mudança de paradigma metodológico e analítico em relação ao que os autores vinham fazendo na teoria da variação p. exemplo em Lemle/Naro (1977) e Votre (1978). Num trabalho muito mais recente, (Votre, 1986), ainda inédito, Votre frisa explicitamente a importância da "busca de fatores de natureza discursiva como determinantes centrais dos processos de variação e mudança" o que exige por sua vez "levar em conta o contexto maior de cada produção linguística" (p.1). Minha intensão não é tão abrangente, pois não tenho certeza de que as coisas se dêem com tal amplitude. As observações aqui feitas são antes de mais nada uma tentativa de sensibilizar os estudiosos da variação linguística para os processos discursivos envolvidos em seus dados. Em suma, o que se postula aqui é uma variação qualificada, isto talvez leve a que se limite sensivelmente o poder das regras variáveis ou das regras categóricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUER, Peter (1986), Kontextualisierung, *Studium Linguistik*, 19, 22-47
- BERNSTEIN, Basil (1971), *Class Codes and Control*, Vol. 1. London, Routledge & Kegan Paul Ltd.
- BERNSTEIN, Basil (1973), *Class Codes and Control*, Vol 2: Applied Studies towards a Sociology of Language. London, Routledge & Kegan Paul.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris (1984), Problemas de comunicação interdialetal, *Tempo Brasileiro*, 78/79, 9-32.
- EMMERICH, Charlotte (1977), Um traço propulsor numa língua de contato, in *Anais II Encontro Nacional de Linguística PUC/Rio*, Puc, Rio de Janeiro, 393-400.
- EMMERICH, Charlotte (1984), Contato Linguístico e variação, *Tempo Brasileiro*, 78/79, 33-53.
- GRICE, H.P. (1975), Logic and Conversation. In: Cole, P e J.L. Morgan(eds) *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York, Academic Press, 41-58.
- GUMPERZ, John J. (1982), *Discourse Strategies*. Cambridge, Cambridge Univ. Press.
- KLEIN, Wolfgang (1976), Sprachliche Variation, *Studium Linguistik*, 1, 29-46.

- LABOV, William (1972), **Language in the Inner City: Studies in the Black English Vernacular** Philadelphia, University of Pennsylvania Pres.
- LEMLE, Miriam/NARO, Anthony J. (1977), **Competências Básicas do Português**. Rio de Janeiro, MOBRAL (mimeo).
- NARO, A.J. /FERNANDES, E /SEVERO, E.M.G. (1984), Uma mudança lingüística em curso: a concordância com o sujeito nós/a gente. In: **Primeiro encontro sobre variação em sintaxe**. UFRJ, Rio de Janeiro, 28-52.
- PRIMEIRO ENCONTRO SOBRE VARIAÇÃO EM SINTAXE. Realizado na Faculdade de Letras da UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia e Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação. Promovido por Votre, S./Lemle/Heye, J. de 13-14 outubro de 1983. Rio de Janeiro, 1984.
- TARALLO, Fernando (1985), **A pesquisa Sociolingüística**. São Paulo. Ática.
- TEMPO BRASILEIRO 78/79 (1984) org. por Miriam Lemle e coord. por Lúcia M.P. Lobato. Temário geral: **Sociolingüística e Ensino do Vernáculo**.
- VOTRE, Sebastião (1978), **Aspectos da variação fonológica na fala do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado, mimeo, PUC, Rio, 222 pp.
- VOTRE, Sebastião (1986), Um novo espaço em lingüística: análise no discurso e discurso na análise. (inédito, mimeo) UFRJ/Rio.
- VOTRE, S/NARO, A.J. (1986), Propriedades semânticas e gramaticais da ordem VS em português. In: **Anais do I Encontro Nacional da ANPOLL**. Curitiba, 187-197.

UMA VARIANTE É VARIANTE DE QUÊ?

Sirio Possenti

IEL - UNICAMP

Não sou sociolinguísta. Trabalho com análise do discurso, razão pela qual meu arrazoado tomará em conta pontos de vista próprios dessa área, embora enfocando questões tradicionalmente pertinentes à sociolinguística e só recentemente considerados pertinentes pela análise do discurso. Este trabalho consta de três partes: 1) em primeiro lugar, explicitarei minimamente três pontos de partida básicas para a forma como penso que deve ser encarada a questão da variação (em especial enquanto possibilidade de estilos diversos); 2) em segundo, tentarei argumentar que as assim chamadas variantes não são variantes de nenhuma outra, e isto em consequência dos efeitos que produzem; 3) por último, tentarei a reanálise de um dado, tentando por primeiro salvar a noção estilística de **desvio**, ampliando seu alcance, com critérios sociolinguísticos ao invés de estritamente gramaticais, para, em seguida, propor a substituição de noção de desvio pela de **escolha** como constitutiva do estilo.

1. As três assunções básicas deste trabalho são: a) o discurso é um **acontecimento**, isto é, não é um fato repetível (na medida em que, pelo menos, as circunstâncias não se repetem exatamente). Como consequência, mesmo que viessemos a ter novamente o mesmo enunciado, não teríamos jamais o mesmo discurso. Por isso, o enunciado não deve ser confundido nem com a proposição, nem com o ato de fala e nem com a sentença (Foucault, 1969: 99-147). Assim, ele é retirado dos campos exclusivos da sintaxe e da semântica para, embora sem excluir a contribuição de cada uma dessas áreas para sua análise, remetê-lo basicamente às condições de sua produção, tarefa da análise do discurso, cuja questão básica é, segundo Foucault (1968:22): "como um enunciado apareceu e nenhum outro em seu lugar?". Assim, deve-se considerar como enunciados diferentes não só, p.ex. "Ninguém entendeu" e "É verdade que ninguém entendeu" (embora se trate da mesma proposição), mas também "Vamos chegar o reiho nesse turco" e "Vamo chegá o reiho nesse turco" (embora se trate do mesmo ato de fala e da mesma sentença). No primeiro caso, as diferenças são que o primeiro enunciado é uma constatação, e o segundo só é possível em situações como uma discussão, isto é, é um fragmento de diálogo e

ção, de forma que a falta de elementos, de um ponto de vista, leva à pleo-
ra dos mesmos, se se adota outros pontos de vista.

A assunção destes pressupostos coloca, porém, um sério problema, que deveria ser precipuamente um problema para a análise do discurso: implica em aceitar que o objeto da lingüística deveria ser confundido com o que Saussure chamou de matéria da lingüística, isto é, "todas as manifestações da linguagem humana" (Saussure, 1916:13). Mas, aceitar esta hipótese de trabalho não é regredir aos tempos pré-científicos da lingüística e renunciar a qualquer abstração, para considerar os dados lingüísticos na sua totalidade, com o risco de não se obter nada minimamente semelhante a uma regularidade? Penso que não, mas penso também que alguns tipos de abstração, embora necessários para certas tarefas da lingüística, pagam um preço relativamente alto à linguagem, pelo menos na medida em que relegam para as calendas a abordagens de fenômenos menos sujeitos a tratamento consistente com as metodologias disponíveis.

2. Talvez seja em função da dupla necessidade que a lingüística sente, a de construir modelos aparentados aos das ciências exatas e a de considerar o máximo possível de dados lingüísticos pertinentes nas situações de interlocução, que surgiram tão numerosas interdisciplinas (e mesmo paradisciplinas, como a estilística, no aguardo de ser incorporada). Consideremos um pouco a sociolingüística, os avanços que produziu e algumas deficiências que ainda apresenta, ou alternativamente, a estreiteza dos limites que se fixou.

Os avanços que produziu, em relação à lingüística tradicional, são basicamente dois, ambos simultâneos e interdependentes: a) a assunção da variabilidade da gramática (e numerosas corroborações) e b) a busca da explicação de fenômenos lingüísticos também fora dos fatos exclusivamente lingüísticos, isto é, a conjunção de fatores estruturais e de fatores externos para a explicação de por que os dados são como são (em geral, variantes). Em relação à lingüística *stricto sensu*, em especial em relação ao estruturalismo, a principal hipótese atingida foi a da variação livre, que a sociolingüística demonstrou ser sem fundamento.

Mas, a descoberta de que a gramática é um conjunto de regras variáveis parece ser apenas o primeiro, embora necessário, passo. Afinal, as expressões estão aí para executar algum papel, e não apenas para ser construídas pelos locutores. A sociolingüística, enquanto tal, ainda assume uma função basicamente referencial para a linguagem, e é neste sentido que as variantes são sempre relacionadas a uma variável que, embora abstrata e com função eminentemente metodológica, acaba por funcionar como subsumindo todas as variantes correlacionadas para carrear um sentido intocado pela materialidade da execução das expressões em situações concretas entre interlocutores concretos. As variantes são tratadas como espécies de sinônimas, distribuídas segundo determinados fatores (estru-

turais, ou de classe, de sexo, de formalidade), mas basicamente com a mesma função semântica, porque sua referência é a mesma (ver, por exemplo, Lavandera, 1984).

Não se trata de afirmar que nenhum sociolinguísta foi sensível a outras informações carreadas pelas formas lingüísticas. Bastaria lembrar a interpretação de Labov para o levantamento da primeira vogal dos ditongos /ay/ e /aw/ em Martha's Vineyard, o fato mais representativo de um 'estilo', falar "de boca fechada". Ele observa que isso significa: 'vineyardense' (Labov, 1973:86). Mas isso jamais é efetivamente incorporado como significação, até ao ponto, que me parece a consequência necessária, de não considerar uma pronúncia mais fechada e uma mais aberta como algo diferente de duas variantes de uma variável, já que pronunciar predominantemente /nef/ ao invés de /nalf/ (knife) (Labov, 1973:68) não é efetivamente a mesma coisa. Como se lê na epígrafe de Joos (1961), se fosse para marcar a mesma hora, para que seriam necessários dois relógios? Se o caso de Martha's pudesse ser considerado paradigmático (e não há razões para que não seja assim), creio que poderíamos considerar corroborada a hipótese de que as variantes não são variantes de nada, estão ali para executar exatamente o seu papel, e não o papel que poderia ser realizado por qualquer outra de um certo grupo.

Mas, para isso é necessário considerar mais seriamente a segunda das assunções deste trabalho, isto é, que o que a língua carrega são efeitos de sentido, e não informações. O próprio Labov nos fornece mais argumentos para pensar desta forma:

"A língua pode ser vista como um sistema de integração de valores. A lingüística teve seu maior desenvolvimento ao analisar o componente cognitivo; mas muitos elementos da língua (certamente não todos) estão igualmente imbuídos de valores não-cognitivos e a informação total transmitida nestas funções não-cognitivas pode ultrapassar a informação cognitiva" (Labov, 1966:70).

Labov refere-se a valores como identificação social com grupos, classes sociais, masculinidade, veiculadas pelas formas lingüísticas. Mas a admissão de que a língua veicula estas informações não cognitivas é ainda muito pouco. Mesmo quando se dedica especificamente ao estudo dos estilos contextuais, isto é, ao uso de variantes diferentes pelo mesmo locutor variando o contexto, para Labov trata-se simplesmente de estabelecer uma correlação entre grau de formalidade e uso de vernáculo ou distanciamento dele. A função do estudo dos estilos acaba reduzido ao estabelecimento da probabilidade estatística de um locutor utilizar uma ou outra variante segundo o contexto: em resumo, os falantes dizem a mesma coisa de maneira diferente, segundo os contextos em que falam. Na verdade, ao estudar os estilos contextuais, Labov parece mais interessado na exposição de sua metodologia e na definição, aliás extremamente interessante, da comunidade lingüística pelo critério da atitude lingüística (ver Labov,

alternância entre **uno** e **yo** como formas de a falante referir-se a si mesmo de várias maneiras: "... utiliza para produzir uma divisão da "pessoa que fala" e poder referir-se a si mesma de diferentes pontos de vista"; "**uno** descreve a conduta que esta falante consideraria normal ou adequada para si mesma, e a cláusula com **yo** indica que lhe é difícil adotá-la"; "a falante atribui a **uno** a parte de si mesma que compartilha dos preconceitos e a **yo** a parte de si mesma que os critica" (114). As alternâncias não são, pois, meras formas alternativas de referência, mas estão exatamente no seu lugar e produzem seu efeito específico (embora nem sempre fixo). Estes efeitos de sentido deveriam constituir-se no núcleo das pesquisas em variação linguística. Já se sabe, por numerosos exemplos e intuições, dos quais alguns poucos foram arrolados aqui, que produzem efeitos bastante diversos da mera adequação à situação. Esses efeitos são muito semelhantes aos efeitos perlocucionais, para utilizar um termo de Austin, e que são de importância capital na análise do discurso (ver Osakabe, 1979:50 e ss.). Por efeitos perlocucionais estou aqui querendo referir coisas como as que Gumperz enumera como consequência da escolha (apresentar-se como familiar, diferente, polido, grosseiro, etc) e outros tantos, como submisso, rebelde, agressivo, irônico, insistente, chato, repetitivo, pretensioso, cômico, petulante, pernóstico, etc. Efeitos de sentido como esses (e outros que decorrem da mesma fonte, isto é, da forma da expressão) foram chamados também de efeitos metafóricos, por exemplo por Gumperz (1982) e por Lyons (1977).

O fato comumente atestado que permite fazer avançar esta questão estilística para além da adequação ao contexto pode ser assim resumido: o estilo escolhido por um falante **pode**, em certas circunstâncias, ser como é em função do contexto. Isto é, há uma determinada situação e, conhecendo as regras de comportamento para essa situação, o falante escolhe o estilo adequado a ela. Neste caso, tudo corre dentro das expectativas normais. Mas, também **pode** ocorrer o inverso: dada uma certa situação, e sabendo que tipo de comportamento se espera, o locutor rompe as regras e escolhe um estilo considerado inadequado. Neste caso, que pode ser fruto da escolha consciente do locutor, por exemplo, para chocar, ou ser produto involuntário, porque o locutor se equivoca em relação à situação, o estilo não só não é adequado, como é, de fato, o criador do contexto, isto é, a situação se encontrará alterada **por causa** da forma como o locutor se expressou. Afinal, as regras existem para ser contraditas, como se lê em Wittgenstein. Se assim não fosse, tudo seria muito uniforme e ainda mais chato do que é. Suponhamos que as situações acima descritas fossem aulas, para dar exemplos em domínios bem conhecidos. O "normal" é que o professor utilize uma "clave" considerada normal para este caso, e ninguém achará nada estranho, exceto, eventualmente, aquilo que se vai tratar. Mas, suponhamos, que, por alguma razão, o professor fale de forma inusitada. Isso obrigará os alunos a interpretar o que está acontecendo, e

efeito estilístico e seria esse o objeto da estilística (o que implicaria uma coisa estranha: que não haveria estilo no caso de uso do padrão e do canônico...). Ora, penso que podemos aceitar, atualmente, que não há propriamente uma 'norma assente', dada a variabilidade inerente ao próprio padrão lingüístico, por um lado, que não há propriamente uma ordem canônica (teorias sintáticas como as de Fillmore suportariam relativamente bem esta hipótese). por outro, e, por último, que, dado o estado atual dos estudos da significação, fica difícil argumentar em favor da prevalência do conteúdo intelectualivo, que seria próprio da gramática da língua, ficando os demais efeitos como dependentes da associação de fatores lingüísticos com fatores externos. Quanto mais alguém se afastar, teoricamente, de qualquer teoria da ordem canônica ou da expressão padrão assente, mais difícil se torna suportar uma teoria estilística baseada no desvio. Se se considera a sintaxe como o conjunto de recursos expressivos à disposição do falante e se se aceita que ela é indeterminada, aproximamo-nos sempre mais de uma noção de estilo fundada na **escolha**, e não no desvio.

Mas, antes de defender a noção de escolha como constitutiva do estilo, gostaria de dar um tratamento alternativo à de desvio, e mostrar que, assim considerada, pode apresentar uma produtividade bem maior do que como vista tradicionalmente. Assumindo que não há construções desviantes, no sentido gramatical, nem por isso se pode dizer, parece, que todas as construções se equivalem. Utilizando um pouco metafóricamente a noção de marca, poderíamos dizer que há construções marcadas e outras não marcadas, segundo a situação em que se fala. Mas, evidentemente, o critério de marcação não é uma construção sintática padrão ou canônica, e sim uma situação social qualquer para a qual um certo tipo de linguagem é considerado adequado, com a exclusão de outros. Metodologias como as de Labov para a apreensão dos estilos contextuais, se bem que não avancem na análise dos efeitos dos jogos estilísticos, mostram resultados que nos permitem afirmar que, de certa forma, as expectativas que temos sobre "quem fala (ou escreve) que língua (ou variedade linguística) a quem, quando e para que fim?" (Fishman: 1979:35) são decorrentes de regulações sociais. Quero sugerir que é neste campo da alternativa entre um ou outro estilo para dirigir-se a alguém para falar alguma coisa em certa circunstância com um certo fim que pode dar-se o fenômeno mais geral do desvio. De fato, as opções dos falantes (desde que dominem uma variedade estilística mínima) são basicamente de dois tipos: diante de uma certa situação, ou comportam-se como é esperado, ou de forma inusitada. Se se trata de fazer um relatório, podemos comportar-nos como um burocrata comum, mas podemos também fazer como Graciliano Ramos. Se se trata de dar uma aula, podemos ser professores normais, ou podemos decidir falar como os alunos falam fora da sala de aula. "Vamos chegar o relho nesse turco" e "vamo chegá o reio nesse turco" podem funcionar aqui como exemplos. Por sua configuração sintática e fonológica, é de se espe-

rar que a primeira seja dita em situações formais, e a segunda em situações informais (não entrarei aqui em considerações sobre o léxico, que é, no entanto, um rico filão para investigações estilísticas). A estranheza que obriga o interlocutor a perguntar "o que será que ele quer falando assim?" tanto pode dar-se se a primeira for enunciada em situação informal quanto se a segunda for enunciada em situação formal. Haveria desvio nos dois casos. Concretamente: "vamos chegá o reio nesse turco" foi uma declaração de um candidato a governador imediatamente após uma reunião em que praticamente se garantiu sua escolha pela convenção do partido. Em função dessa declaração, ele foi considerado racista por referir-se a seu adversário como "turco" e foi considerado ignorante por ter dito a palavra "reio", que um jornal se ocupou de analisar da seguinte forma: é uma palavra derivada de **relho**. Aqui se tem claramente um efeito de sentido: a estranheza de se ouvir um homem público de quem se espera competência falar como um caipira, e, em consequência, ser tachado de ignorante.

Esta hipótese, a ser mais desenvolvida, implicaria em considerar como primitivo o desvio em relação às expectativas do interlocutor, considerando o desvio gramatical apenas com um sub-caso deste desvio mais geral. Inclusive porque o desvio do vernáculo, no sentido de Labov, em direção ao padrão, pode produzir efeitos do mesmo tipo: imagine-se um intelectual em férias numa fazenda dizendo aos peões: "vamos chegar o relho neste equino".

Mas, se adotamos uma caracterização basicamente indeterminada da sintaxe, com a consequência de que as diversas construções possíveis não são derivações, mas alternativas, seleções do locutor segundo o ponto de vista, o lugar de onde fala, então a noção de desvio pode ser abandonada, e substituída pela noção de **escolha**, que é outra das formas tradicionais de se definir o estilo e que é adotada, por exemplo, por Granger (1968) inclusive para análise de linguagens formais. Nesta direção, é mais óbvio o tratamento de dados como "vamos chegar o relho nesse turco" e "vamo chegá o reio nesse turco". São escolhas do locutor (embora não necessariamente consolentes, mas também sem excluir esta possibilidade).

O tratamento do exemplo machadiano analisado por Mattoso seria menos óbvio, mas nem por isso impossível. Seria apenas um caso extremo de possibilidade de escolha, mas que se pode mostrar estar de certa forma autorizado pelos mecanismos gramaticais vigentes. Em certos escritores, o uso não "normal" de mecanismos gramaticais usuais atinge graus inusitados, como, por exemplo, em Guimarães Rosa, mas sempre segundo mecanismos disponíveis. Mesmo "estremeceuzinho" pode ser assim analisado. "-zinho" não deixa de ser um sufixo só por estar acoplado de forma inusitada a um verbo e não é porque não é usual acoplar tal sufixo a um verbo que não está nas possibilidades da língua produzir esta junção.

- Foucault, M. (1969). **Arqueologia do saber**. Petrópolis, Vozes, 1971. Trad. de *L'Archéologie du savoir*.
- Franchi, C. (1975). **Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem**. Campinas, Unicamp. Tese de doutoramento, mimeo.
- Franchi, C. (1977). "Linguagem - atividade constitutiva". In: **Almanaque 5**. São Paulo, Brasiliense. pp. 9-27.
- Granger, G.G. (1968). **Filosofia do estilo**. São Paulo, Perspectiva- Edusp, 1974. Trad. de *Essai d'une philosophie du style*.
- Gumperz, J.J. (1968). "The speech community". In: Giglioli, P.P. (ed). **Language and social context**. Penguin Education. pp. 219-231.
- Gumperz, J.J. (1982). "Conversational code switching". In: **Discourse strategies**. Cambridge, Cambridge University Press. pp. 59-99.
- Joos, M. (1961). **The five clocks**. New York, Harcourt, Brace & World, Inc.
- Labov, W. (1966). "Estágios na aquisição do inglês standard". In: Fonseca, M.S.V. e Neves, M.F. (org). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro, Eldorado. pp. 49-85.
- Labov, W. (1973). **Sociolinguistique**. Paris, Editions de Minuit, 1976. Trad. de *Sociolinguistic patterns*.
- Lahud, M. (1975). "A semiologia segundo Granger". In: **Discurso 6**. São Paulo, Departamento de Filosofia da FFLCH-USP. pp. 105-131.
- Lavandera, B.R. (1984). **Variación y significado**. Buenos Aires, Hachette.
- Lyons, J. (1977). **Semantics**. vol. 2. Cambridge, Cambridge University Press.
- Osakabe, H. (1979). **Argumentação e discurso político**. São Paulo, Kayrós.
- Pêcheux, M. (1969). **Analyse automatique du discours**. Paris, Dunod.
- Saussure, F. de. (1916). **Curso de lingüística geral**. São Paulo, Cultrix, 1974. Trad. de *Cours de linguistique générale*.

DIALETOLOGIA E SOCIOLINGÜÍSTICA: o caso brasileiro

José Luiz Mercor

UFPR

Que lugar deve ocupar a Dialectologia hoje, no Brasil, no quadro dos estudos de variação da língua portuguesa? A pergunta não é nova. Em "Língua Portuguesa e Realidade Brasileira", livro que foi publicado pela primeira vez em 1968, mas que apenas ampliava o texto de um curso ministrado na Universidade de Colônia em 1966 - portanto, lá vão 20 anos -, Celso Cunha fazia perguntas muito semelhantes. Perguntava-se ele a certa altura: "Será que o método cartográfico de Gilliéron, que, aperfeiçoado com técnicas mais modernas e enriquecido com subsídios etnográficos, pôde servir também frutuosamente para o exame diacrônico de situações lingüísticas semelhantes à da França - como a da Itália, da Suíça Românica, da Valônia, da Romênia, da Espanha e de Portugal -, onde o latim foi língua geral em épocas antigas, conviria igualmente para observar a realidade lingüística da Romênia americana, onde nunca se falou latim? (...) Quais as finalidades de uma investigação dialectológica nos países americanos? Ou melhor, e restringindo a questão ao âmbito nacional: quais as informações lingüísticas que desejamos obter com tais pesquisas no território brasileiro? (...) Deveremos então desaconselhar, de plano, o emprego do método cartográfico no exame de nossa realidade lingüística? Ou haverá outras informações relevantes para o caso brasileiro, que podem ser fornecidas pela dialectologia espacial?"

A primeira resposta, pessimista, Celso Cunha obtém de Diego Catalán, no I Congresso de Instituições Hispânicas, em 1964: "A dialectologia das línguas românicas, nascida para estudar as veneráveis reliquias entesouradas no falar de comunidades rurais depositárias de uma longa tradição lingüística autóctene ameaçada de extinção, não conseguiu ainda estabelecer uma metodologia apropriada à Romênia Nova (às terras de língua românica em que nunca se falou latim). Com servil dependência em relação aos velhos modelos, os estudos dialectológicos referentes aos falares neo-românicos concedem atenção exclusiva à diferenciação espacial, deixando esquecida a importantíssima estratificação da sociedade em níveis lingüísticos vários, e consideram como depositários do falar regional merecedor de estudo os indivíduos rústicos das mais velhas negações, como se se tratasse de antigos dialetos em desintegração, cujas peculiarida-

des lingüísticas tivessem que ser reconstruídas através das ruínas subsistentes do velho edifício; ao contrário, poucas vezes se interessam pelo desenvolvimento e expansão do dialectalismo neológico, surgido geralmente em meios citadinos, e cuja complicada vida constitui um importante capítulo da história social das comunidades modernas".

Celso Cunha reconhece que, "em comunidades recentes, em contínua mudança, a dialectalização horizontal, espacial, é a de secundária importância, se comparada à dialectalização vertical, sócio-cultural". O que não importa, a seu ver, em subestimar a contribuição que pode ser dada pela dialetologia espacial para o conhecimento da realidade lingüística dos países americanos, ou em particular do Brasil, que por 400 anos constituiu um vasto país rural, cujas cidades, "quase todas costeiras, de pequena densidade demográfica e desprovidas de centros culturais importantes, pouco ou nenhuma influência exerciam nas longínquas e espaçadas povoações do interior".

Se estudos dialetológicos podem ser úteis no caso brasileiro, como faz ver Celso Cunha e mais ainda trabalhos como os realizados na Bahia e em Minas Gerais, qual deve ser sua natureza? Uma coisa é certa: o direcionamento da Dialetologia entre nós não pode deixar de levar em conta a crítica de Diego Catalán à dialetologia latino-americana, a qual tem desconsiderado a variação vertical. Crítica que, de resto, vem sendo feita à própria dialetologia clássica européia por parte de estudiosos da Sociolinguística, mais particularmente por aqueles que se dedicam à Teoria da Variação. Num artigo intitulado "Sociolinguistics and Dialectology", Peter Trudgill mostra que essa dialetologia padece de um defeito congênito de perspectiva, a que chama de "viés historicista".

Nascida ao tempo da controvérsia neogramática, a Dialetologia se constituiu antes como disciplina auxiliar da Lingüística Histórica, para a qual carrearia dados colhidos diretamente de campo, do que propriamente como estudo sistemático da variação espacial. Assim é que, como já se apontou, o dialetólogo privilegiou o informante rural e iletrado, com o intuito de recolher as formas mais antigas e mais protegidas contra as inovações irradiadas pelos centros urbanos. Em consequência, as cartas dialetológicas apresentam um quadro muito parcial, ou seja, a realidade de apenas uma capa social. Na medida em que a variação opera em direções e ritmos distintos segundo as diversas células sociais, o material coletado pelo dialetólogo se revela insuficiente para dar conta do processo variacional no próprio espaço.

Esse reparo, se não invalida a notável contribuição de sucessivas gerações de dialetólogos europeus, tem a virtude de revelar uma limitação de seus trabalhos, como ainda a de indicar o caminho para sua superação. Tanto quanto esteja empenhado em esclarecer o processo da variação espacial, o dialetólogo deve incluir também a perspectiva social, como fez o mesmo Trudgill - e com grande proveito - na sua bem conhecida pesquisa

na península de Brulanes (Noruega).

A associação dos planos horizontal e vertical acarreta, é claro, um aumento extraordinário das tarefas de campo, de tabulação e análise, determinando que o pesquisador restrinja dramaticamente a extensão da área a estudar. Em outras palavras, tal associação, na prática só é possível na forma de estudos de microdialetologia, vale dizer, operando-se em pequenas áreas e com poucos traços linguísticos. Portanto, limitações de natureza meramente operacional colocam o embaraço da escolha: ou grandes panoramas sem profundidade ou pequenas miniaturas ricas de detalhamento vertical.

A rigor, esse dilema se resolve como um falso problema, na medida em que se atribuem à macro - e à microdialetologia objetivos distintos e até certo ponto complementares. Para tanto, será preciso conduzir uma reflexão que aclare a verdadeira vocação de cada uma das abordagens. Pode-se pensar, por exemplo, em reservar à macrodialetologia a função primeira de sondagem e balizamento dos grandes traços, e à microdialetologia o objetivo de esclarecer o processo da variação espacial, considerando diversos parâmetros estratificacionais ou contextuais. Qualquer que seja a solução a dar, é de observar que, nesse sentido, pode-se tirar proveito do atraso com que iniciou entre nós a cartografia dialetal. Os esforços mais amadurecidos em favor do mapeamento linguístico antecederam de pouco o surgimento dos primeiros estudos de Sociolinguística, de sorte que poderemos "queimar" etapas, desde que especialistas de uma e de outra área se disponham a um diálogo de enriquecimento mútuo e a atividades de concertamento.

Esse concertamento é importante e oportuno, porque a constituição da Sociolinguística como disciplina determinou não só uma reordenação epistemológica como também um processo de acomodação no quadro acadêmico, que não se processa sem os atritos típicos dessas situações de mudança de programa ou modelo de estudos. E para superar o atrito, convém assumir a sua própria existência. Entre nós, a divergência parece estar orientada por duas posturas distintas em relação ao estudo da língua: por uma, o lingüista se dá por tarefa registrar, analisar e classificar os elementos que compõem o universo de uma língua na sua individualidade única, histórica, social, cultural. Por outra, o lingüista busca servir-se dos dados de uma língua historicamente determinada para produzir uma teoria da linguagem, que explique o funcionamento das línguas e interprete sua natureza. Claro está que essas duas abordagens são igualmente importantes e mutuamente dependentes: não se recolhem dados sem certa perspectiva teórica, nem se interpreta o que antes não se recolheu. Embora a descrição e a interpretação não ocorram isoladas, a ênfase maior dada a uma ou outra dessas tarefas é que parece recobrir uma disputa velada entre duas alas. De um lado ficam os que continuam a velha mas sempre boa tradição filológica, no seu trabalho de documentar a língua, mas fre-

O PIONEIRISMO LINGÜÍSTICO DE MANSUR GUÉRIOS

Aryon D. Rodrigues
IEL - UNICAMP

Quem, até recentemente, se iniciava nos estudos lingüísticos em faculdades ou institutos de Letras e quem, hoje, se inicia em programas de pós-graduação mais específicos, dificilmente pode imaginar o que seria tornar-se lingüista quando nem as faculdades de filosofia, ciências e letras ainda existiam no Brasil. A única possibilidade de estudos superiores na área de humanidades era o Direito: Direito, Medicina e Engenharia eram as únicas opções oferecidas pelas poucas escolas superiores existentes até a década de 30. A atuação em qualquer outra área do conhecimento dependia essencialmente do autodidatismo. Na maior parte dos casos, o autodidatismo produzia resultados modestos, ainda que por vezes socialmente brilhantes, de um conhecimento erudito de lugares comuns, sem condições de revisão crítica nem de criatividade significativa. Para romper esse nível de erudição brilhante mas estéril era necessário associar agudo espírito crítico com tenaz força de vontade e independência intelectual, sem o que não seria possível distinguir, na bibliografia e nos discursos imediatamente acessíveis, as doutrinas sérias e as questões relevantes. Era preciso saber farejar onde estavam as verdadeiras fontes do conhecimento e aparelhar-se para buscá-las e utilizá-las, o que importava ler a literatura científica muito além das raríssimas traduções.

Rosário Farani Mansur Guérios fez o curso de Direito e tornou-se autodidata em lingüística. Na verdade passou a dedicar-se aos estudos lingüísticos já antes de ingressar em 1931 na Faculdade de Direito: são de 1927, quando tinha de dezenove para vinte anos de idade, seus primeiros nove escritos publicados na imprensa de Curitiba, todos sobre assuntos lingüísticos. Cedô equipou-se com os conhecimentos práticos de línguas que ia usar para, pela leitura, desenvolver seus conhecimentos científicos: lia o Italiano, o francês, o Inglês, o alemão, além do óbvio espanhol.

Destacou-se de pronto pela percepção de problemas lingüísticos que até então não tinham despertado a atenção dos estudiosos da linguagem no Brasil e pela atitude cientificamente bem informada com que abordava esses problemas. Distinguiu-se assim tanto do amadorismo superficial quanto do filologismo erudito que, alhelos aos progressos da lingüística

na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, prevaleciam e prevaleceram ainda por bastante tempo neste País.

Sendo assim, nada mais natural que se viesse a interessar, além do português, pelas línguas indígenas brasileiras. E é com respeito ao estudo destas que melhor se revelou seu espírito inovador, que o levou a inaugurar, pioneiramente, diversas linhas de pesquisa e a criticar a inadequação de certos estudos tradicionais.

Criticou a preocupação exclusiva com a língua Tupi – a que se referiu como “tupinolatria” – em detrimento do reconhecimento e do estudo das outras línguas indígenas faladas no Brasil. Desde cedo dedicou sua atenção à língua Kaingang e, mais tarde, também ao Kamakã e ao Botocudo, ao Boróro, ao Canela (“Merrime”), ao Kayapó, ao Xokleng, ao Xetá. Sua primeira tomada de posição metodológica foi, entretanto, no âmbito da família lingüística Tupi-Guarani. Em seu trabalho de 1935, muito conscientemente intitulado “Novos rumos da tupinologia”, procurou demonstrar Mansur Guérios como podem e devem aplicar-se ao estudo daquela família de línguas os princípios e métodos da lingüística histórico-comparativa desenvolvidos na investigação das línguas indo-europeias. Não só argumentou, mostrando inclusive a inépcia das especulações etimológicas então vigentes – sem se impressionar com a fama dos nomes criticados: Batista Caetano, Teodoro Sampaio, Rodolfo Garcia, entre outros –, mas desenvolveu um estudo de caso para demonstrar a aplicabilidade da metodologia histórico-comparativa. É nesse trabalho que pela primeira vez se fala, e de maneira adequada, de Proto-Tupi-Guarani e se expõem, em português, uma série de princípios de método para a comparação lingüística.

Vale a pena ler a conclusão desse ensaio metodológico, que transmite nitidamente a força da convicção de que, nesta matéria, estava imbuído seu autor há cinquenta anos:

“Ficam, pois, assentados que são esses os rumos que todos os tupinólogos deverão seguir para dar cabo da vasta confusão reinante pelo que respeita principalmente à etimologia.

“Os passos que serão dados conforme os parágrafos expostos são os que levarão à reconstrução do idioma primitivo tupi-guarani, i. é, dos traços gerais, essenciais dele, e a estabelecer a gramática histórica e comparativa dos seus dialetos.

“Renuncie de antemão a toda tentativa de estudo sério e proveitoso, quem não quiser acolher os métodos modernos da Glotologia”.

(Guérios, 1935:184).

Note-se, entretanto, que essa proposta de 1935 só foi ter sua primeira resposta trinta anos mais tarde, na segunda metade da década de 60, no estudo da então minha orientanda no Museu Nacional, a hoje bem conhecida lingüista Miriam Lemle, sobre a classificação interna da família Tupi-Guarani (Lemle, 1971) e, ainda muito mais tarde, já na década de 80, na dissertação de mestrado de minha aluna Cheryl J. Jensen sobre o desen-

anteriormente pelo missionário capuchinho frei Mansueto Barcatta de Val Flórida.

Além do Kaingáng, documentou também, em 1944, duas línguas em vias de desaparecimento no sudeste do Brasil, o Botocudo de Minas Gerais e o Kamakã. Sobre este último, hoje já completamente desaparecido, publicou em 1945 os "Estudos sobre a língua Camacã". Mais tarde, em 1956, colheu dados da língua Xetá.

Com seus estudos comparativos, contribuiu ainda para esclarecer as relações genéticas da língua dos índios Xoklêng de Santa Catarina, no artigo "O Xocrên é idioma Caingangue" (Guérios, 1945b) e da dos índios da Serra dos Dourados, no noroeste do Paraná, no estudo "A posição lingüística do Xetá" (Guérios, 1959).

Quem quiser conhecer melhor as idéias e as atitudes científicas de Mansur Guérios não pode deixar de ler todas essas contribuições sobre as línguas indígenas e também a correspondência que trocou durante dois anos com Curt Nimuendajú, exemplo ainda único entre nós de diálogo entre um lingüista e um antropólogo, em que se discutem com muita franqueza e muita seriedade não só fatos e informações, mas também concepções, dúvidas, convicções e expectativas. Essa correspondência foi publicada em 1948, após a morte de Nimuendajú ocorrida em dezembro de 1945, na *Revista do Museu Paulista*, sob o título de "Cartas etnolingüísticas" (Nimuendajú e Guérios, 1948).

Espero ter mostrado que a posição de Mansur Guérios na história dos estudos lingüísticos no Brasil e, mais particularmente, dos estudos de línguas indígenas, tem sido a do inovador, do abrridor de novos caminhos, do enfrentador de novos problemas. A importância dos seus estudos que acabou de destacar independe da época e do meio em que foram eles realizados. Mas, sabendo que se desenvolveram há meio século, numa cidade então ainda muito provinciana, sem bibliotecas minimamente adequadas, pode-se avaliar ainda melhor as qualidades extraordinárias de pesquisador científico que são próprias do autor dessa obra.

Referências bibliográficas

Davis, Irvine

1968 "Some Macro-Jê relationships", *International Journal of American Linguistics*, vol. 34, nº 1, Baltimore, págs. 42-47.

Guérios, Rosário Farani Mansur

1935 "Novos ramos da tupinologia", *Revista do Círculo de Estudos "Bandeirantes"*, tomo 1º, nº 2, Curitiba, págs. 172-185. (Separata com páginas renumeradas, 16 págs.).

1937 "Estudo elementar de fonética histórica tupi-portuguesa", in: Rosário Farani Mansur Guérios, *Pontos de gramática histórica portu-*

- guesa. São Paulo, Saraiva & Cia., págs. 159-164.
- 1939 "O nexu lingüístico Bororo - Merrime-Caiapó", **Revista do Círculo de Estudos "Bandeirantes"**, tomo 2º, nº 1, Curitiba, págs. 61-74.
- 1942 "Estudos sobre a língua Caingangue: notas histórico-comparativas, dialeto de Palmas e dialeto de Tibagi, Paraná", **Arquivos do Museu Paranaense**, vol. II, Curitiba, págs. 97-178. (Separata com páginas renumeradas, 83 págs.).
- 1945a "Estudos sobre a língua Camacã: pequeno vocabulário, nótulas gramaticais, investigações etimológicas", **Arquivos do Museu Paranaense**, vol. IV, Curitiba, págs. 291-320. (Separata com páginas renumeradas, 31 págs.).
- 1945b "O Xocrén é idioma Caingangue", **Arquivos do Museu Paranaense**, vol. IV, Curitiba, págs. 321-331.
- 1959 "A posição lingüística do Xetá", **Letras**, nº 10, Curitiba, pág. 92-114.
- Jensen, Cheryl J.
- 1984 **O desenvolvimento histórico da língua Wayampi**, dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- Lemle, Miriam
- 1971 "Internal classification of the Tupi-Guarani linguistic family", **Tupi Studies I** (D. Bendor-Samuel, ed.), Norman, Summer Institute of Linguistics, págs. 107-129.
- Nímuendajú, Curt, e R. F. Mansur Guérios
- 1948 "Cartas etnolingüísticas", **Revista do Museu Paulista**, n. s., vol. 2, São Paulo, págs. 207-241.
- Rodrigues, Aryon D.
- 1958 "Contribuição para a etimologia dos brasileirismos", **Revista Portuguesa de Filologia**, vol. 9, Coimbra, págs. 1-54.
- 1984/1985 "Relações internas na família Tupi-Guarani", **Revista de Antropologia**, vols. 27/28, São Paulo, págs. 33-53.
- Val Floriana, Mansueto Barcatta de
- 1920 "Diccionários Kainjgang-Portuguez e Portuguez-Kainjgang", **Revista do Museu Paulista**, tomo 12, São Paulo, págs. 1-302.
- Wiesemann, Ursula
- 1971 **Dicionário Kaingáng-Português, Português-Kaingáng**, Rio de Janeiro, Summer Institute of Linguistics.

lê em cima, no plano comparatista. Sempre me considerej um "aprendiz" do Linguística e de Romanística e ele vive nesse mundo e no indo-europeu e vai ainda além. O Prof. Mercer insistia. Foi necessário ceder. Cedi e agradei-lhe a confiança. E pedi o **Curriculum Vitae**, que veio prontamente.

Esse **Curriculum Vitae** consta de sete seções, que aqui se examinam desigualmente: Dados Pessoais, Histórico Escolar, Atividades Didáticas e Extracurriculares, Atividades Administrativas, Títulos, Filiação a Sociedades Científicas e Trabalhos Publicados. Só nos detemos em algumas delas, e, como se costuma dizer, "em rápidas penas".

Rosário Farani Mansur Guérios - filho de Antônio Mansur Guérios, brasileiro, mas de origem libanesa, e Filomena Farani Mansur Guérios, italiana - nasceu em Curitiba em 10 de setembro de 1907. Viveu desde a infância sob a influência de três línguas: a árabe, do Pai, a italiana, da Mãe, e a portuguesa, da sua terra. A essas três, quando fazia os seus estudos preparatórios, iniciados aos 17 anos, em 1924, juntou a francesa, a inglesa e a latina, e, por insistência ou conselho do Pai, aprendeu também o alemão, creio que com professor particular. Com essa bagagem linguística, duas do grupo germânico, quatro do românico - contando o latim -, e o árabe, da família semítica, podia, já desde moço, "deslanchar" para os estudos comparativos. Voltarei ainda às línguas, com alguns acréscimos.

No seu **Curriculum** não constam estudos primários. Aos 17 anos, em 1924, começou o secundário, que funcionava na forma de cursos preparatórios, em estabelecimentos particulares, e os exames, chamados parcelados, eram feitos de uma vez, e por matéria, perante Bancas especiais, e algum tanto semelhantes aos do Madureza, instituídos na década de trinta, em que se firmou o regime seriado. Terminou esses parcelados em 1930. Entre 1931 e 1935, fez o curso de Direito na Faculdade de Direito de Curitiba. Bacharelou-se, mas não se dedicou à advocacia. Já dois anos antes, desde 1934, era professor de Português no Colégio Estadual Regente Feijó, de Ponta Grossa, onde lecionou até 1952. De 1939 a 1952, também lecionou Português no Colégio Estadual do Paraná (de Curitiba). Em 1939, iniciou também as suas atividades no ensino superior de Língua Portuguesa.

Mas convém, a esta altura, abrir um parêntese, para se compreender a evolução do ensino superior no Paraná, particularmente a do ensino superior de Letras, nas décadas de trinta e quarenta. Em 19/12/1912, Nilo Cairo fundou em Curitiba, uma "Universidade", não sei se já com esse título, constituída de três Faculdades: de Medicina, de Engenharia e de Direito. A década de trinta é a do despontar da Universidade brasileira, tendo à frente as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. A primeira a surgir foi a de São Paulo, em 25/1/1934: Universidade Estadual. Depois veio a do Rio - Universidade do Brasil, e não "Universidade Federal" - em 1939. Em 26/2/1938, foi fundada a Faculdade de Filosofia de Curitiba, que em 1945

se uniu às três precedentes, vindo assim a constituir-se a Universidade do Paraná, de propriedade particular; essa em 1950 se tornou a Universidade Federal do Paraná.

As informações referentes aos Paraná eu as devo ao Prof. Dr. Pe. Jesus Santiago Moura, CMF (=Cordis Mariae Filius), Professor de Zoologia, aposentado há dois anos, também da Universidade Federal do Paraná, e por ela homenageado com o título de Professor Emérito. Infelizmente, só falei com ele um dia depois da sessão conjunta da Associação Brasileira de Linguística e do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR. Mas, ainda vieram a tempo.

Volto à sua carreira docente. De 1939 a 1950 e de 1944 a 1950, ele foi, respectivamente, Professor Titular de Língua Portuguesa e contratado de Filologia Românica da FFCL da "Universidade" do Paraná, e, de 1950 a 1977 e de 1954 a 1958, respectivamente, Professor Catedrático de Língua Portuguesa e Contratado de Filologia Românica da FFCL da UFPR. Como o regime era de tempo parcial, acumulou, de 1945 a 1966, o cargo de Professor de Português da Escola Técnica Federal de Curitiba. Naturalmente, com a extinção da Cátedra no território nacional em 1968, e após a reforma universitária, pouco depois, passou ele a ser denominado Professor Titular e a unidade universitária a chamar-se Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.

Entre 1956 e 1976 integrou nove Comissões Examinadoras de Concursos: uma de Professor Catedrático na UFPR, em 1956; cinco de Livre Docência, sendo três na UFSC, em 1974, duas na USP, em 1973 e 1975; três de Professor Titular, sendo duas na USP, em 1973 e 1975, e uma na UFMG, em 1976. Após a sua aposentadoria, integrou uma de Livre Docência em 1978 e a outra de Professor Titular em 1984, ambas na USP. Em 10/9/1977, atingindo a idade limite, foi aposentado, e em 1979 recebeu o título de Professor Emérito, conferido pela Universidade Federal do Paraná.

Está filiado a quatorze sociedades científicas, dez nacionais e quatro estrangeiras, ligadas à Filologia, à Linguística e a campos afins das Ciências Humanas. Algumas delas já estão desativadas, o que também costuma acontecer com revistas especializadas, e por motivos semelhantes.

Passo agora à sétima e última seção do seu **currículum**: "Trabalhos Publicados". São quatorze páginas de quarenta e uma linhas em média, que enumeram, sem numerá-los, trezentos e seis artigos e estudos de extensão e interesse desigual e quase uma dezena de livros por ele publicados, didáticos alguns deles e outros de caráter lexicográfico e etnolinguístico. Entre os anos de 1956 e de 1977, manteve na **Voz do Paraná** e na **Gazeta do Povo** uma seção semanal de respostas a consultas linguísticas sob o título de "Divagações Linguísticas". A da **Gazeta do Povo**, de 1967 a 1977, foi quinzenal.

Esse trabalho contínuo de vinte e dois anos propiciou-lhe a oportuni-

4 | Além disso, a quarta é a da gestação de três dos seus quatro livros que não visam a interesses didáticos exclusivamente. São eles:

- a - **O Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes**, iniciado no fim da terceira etapa (1937), publicado no fim da quarta (1ª ed., 1949, prefácio de 1947, e a 2ª, em 1973 (prefácio de 1968); a 3ª, de 1981);
- b - Os **Tabus Lingüísticos**, que saíram em 1ª edição em 1956, são um estudo demorado, resultante de um artigo de 31 páginas, publicado em 1941 nos **Arquivos do Museu Paranaense**, e na **Revista Filológica**, do Rio. Esgotado o livro, saiu em 2ª edição em 1979, pela Companhia Editora Nacional, graças à Editora da UFPR, que a patrocinou em co-edição;
- c - **O Dicionário das Tribos e Línguas Indígenas da América Meridional**, editado pelo Museu Paranaense, em dois tomos, em 1949. Está esgotado. Só tenho notícia dele pelo **Curriculum** e pela indicação das obras principais do Autor em seus livros;
- d - **O Dicionário de Etimologias da Língua Portuguesa**, de 1979, Editora Nacional e Editora da UFPR, resulta, em boa parte, das "Divagações Lingüísticas". É um dicionário "de etimologias", e não um "dicionário etimológico". Vai do **A** ao **Z**, mas é um **corpus** aberto. Naturalmente, dada a sua origem e intenção, visa antes ao grande público que aos especialistas em lexicografia histórica. Pode ser desigual, pode provocar discussão, mas é funcional: substitui os recortes de jornal para os seus leitores. Já está pronto um segundo volume, do **A** ao **Z**.

5 - As 95 publicações na quinta etapa revelam a importância da sua passagem a Professor Catedrático da FFCL da UFPR. Lembra-se que a década de 1956 a 1966 produziu mais 572 "Divagações Lingüísticas".

6 - A redução do número das suas colaborações em revista a apenas 17 na sexta etapa, exatamente a da passagem a tempo integral, segundo creio, explica-se pelas outras "Divagações Lingüísticas" saídas na **Voz do Paraná** e pelas da **Gazeta do Povo**, num total de 858 na década 1967-1977. Excetuados esses dois jornais, o segundo apenas em parte - pois entre 1938 e 1952 já ele tinha acolhido 93 colaborações de grande variedade de assuntos lingüísticos -, as suas publicações em jornais só se estendem de 1927 a 1941. Isso é bastante sugestivo porque as décadas de quarenta e setenta são ocupadas pelas revistas, num total de 81 estudos.

Quanto à série dos cinco livros didáticos publicados pela Saraiva, de São Paulo, nos anos trinta e quarenta, não creio que deva ou possa demorar-me em seu exame. Tinham intenção bem definida, estavam limitados pelos programas oficiais: Gramática Histórica em doses homeopáticas e noções de Teoria e História Literária. Naquela época eu "mascateava" aulas de Latim e de Francês; a Língua Portuguesa estava em férias. Só recentemente pude folhear três deles por duas horas. As livrarias de livros

usados os ignoram, o que não deixa de ser um testemunho favorável.

Fica assim examinada a sua obra publicada em livro. Quanto aos 306 escritos titulados das seis etapas, seria interessante levantar-se um Quadro III a sua temática em vários grupos. Mas percorrer quatorze páginas várias vezes sucessivas, guiando-se apenas pelos títulos também seria uma tarefa insana. Alguns temas genéricos se esboçariam logo. O das línguas indígenas, por exemplo, sob a forma de classificação, de estudos toponímicos, de elicitação ou extração de informações dos naturais em trabalho de campo, destacando-se uns 30, alguns com menor evidência. Mas não me pareceu encontrar só nos títulos uma base segura de distribuição. Há caracterizações de línguas, agrupamentos em famílias, estudos etimológicos e toponímicos, problemas de fonética e de morfologia, e também de sintaxe. Mas a sintaxe não é a privilegiada. Talvez o sejam a lexicologia e a lexicografia, e o comparatismo.

É isso aí. Lexicologia e etnolingüística, lexicografia e comparatismo: estudos românicos, indo-europeus, línguas indígenas, incursões orientalistas, tentando sistemas e classificações. Mas as palavras predominam, como denunciavam três das suas obras atrás mencionadas. Adora palavras, interroga palavras, classifica, associa palavras, para, no fim de tudo, colher os dados e apresentar sistemas de línguas, ou fazer dicionários. Usa boas fontes de informação e, se não pode fazer excursões turísticas no mundo que o apasiona, faz incursões no seu escritório e em bibliotecas, anotando, colhendo, digerindo e semeando suas dúvidas e certezas.

Uma indiscrição pitoresca: ele também gosta de neologia e neologismos funcionais. Ao enviar-lhe, em setembro de 1974, alguns estudinhos meus, escrevi-lhe uma carta em que usei **xerocópia** duas vezes e, uma vez, **xerocopiar**, sem postura metalingüística. Ele ficou entusiasmado, não com os estudinhos mas com o termo **xerocópia** - **xerocopiar** lhe passou despercebido - e, ao responder-me, disse:

"Na leitura de sua carta um neologismo chamou-me a atenção - **xerocópia**. É de sua criação ou já viu alhures? É necessário e bem feito "sotto qualunque aspetto"! E daí sairá **xerocopiar**... Viva!"

Embora a pergunta já acenasse à possibilidade de criação por outrem, que não eu, vi nesse entusiasmo quase uma congratulação pela "minha" criação lexical. Espantei-me: não sou criador de nada. Se usei os dois termos, verbo e substantivo, estava repetindo palavras que a memória me sugeria displicentemente. Não aceitei os "parabéns" imerecidos, nem os devolvi. Alguns dias depois, lia um romance policial editado em Portugal em 1968, e topei com **xerocópia** e **xerocopiar** do outro lado do Atlântico.

Em São Paulo se ouve muito **xerocar**. Mas, se o radical vem do gr. **xerós**, -**ás**, -**ón**, "seco", e **A Supplement to the Oxford English Dictionary**, Vol. IV, **Se-Z**, 1986, p. 1357, já traz boa documentação sobre a história das

palavras **xerocopy**, **xerography**, **xeroradiography**, **Xerox** e **xerox** (verbo), com participios passado e presente **xe-roxed** e **xe-roxing**, com exemplos frasais de 1948 a 1985. o caso do **-x**, apesar dos dois participios ingleses que acabam de ser citados, fica esclarecido: a terminação de produtos industriais dos em **-ax**, **-ex**, **-ix**, **-ox**, **-ux**. Não há nenhuma velar no fim do tema.

Mansur Guérios imaginou que do "meu" neologismo **xerocópia** poderia vir a sair **xerocopiar**. Poderia ter sido o contrário. É o problema de quem veio primeiro: a galinha ou o ovo? As revelações do **Supplement to the OED, IV** acabam de sair e acabam de chegar: a nossa **xerocópia** já tem quase 20 anos. Ela pode ter partido de **fotocópia** ou **fotocopiar**, como é a solução francesa.

Tudo isso me faz voltar para os **Tabus Lingüísticos** do nosso homônimo. Foi ver o exemplar da 1ª edição, da Organização Simões, de 1956, em que eu tinha anotado quase toda a família "tabuística", que ele pavorosamente foi criando através do livro e que, ao lê-lo, eu vim sublinhando. Para começar, ele falou em "explicações **tabuísticas**", sem tomar consciência do seu ato criativo, e, no parágrafo seguinte procedido de uma nota metalingüística - "por não ser arrastado pelo que se poderia qualificar **tabuismo**" - criou esse substantivo (p. XII da ed. de 1979). Criou depois sete outros compostos em que **tabu** é o segundo elemento, em aposição, e, portanto, com valor de adjetivo: **objetos-tabu**, **lugares-tabu**, **ações-tabu**, **palavras-tabu**, **peessoas-tabu**, **situações-tabu** e **estados-tabu** (p. XII da ed. de 1979).

Dal para a frente, são os derivados, num rosário de sete formas - **tabuizar** e **tabuar** (verbos), **tabuismo**, **tabuagem**, **tabuização** (substantivos), **tabuístico** (adjetivo) e **tabuisticamente** (advérbio) - com maior recorrência das formas verbais, que constituem um número superior a quarenta ocorrências desses neologismos em todo o livro. O caso dos compostos impressiona menos como criação, porque, se se omitir o tema, tem-se um simples caso de aposição, que equivale a um adjetivo, ou pode redundar em uso adjetival de **tabu**. E é isso o que revelam três gralhas na revisão tipográfica da 2ª edição que deixou passar **peessoas-tabus**, **palavras-tabus** e **situações** ou **estados-tabus**.

Essa fecundidade me espantou, porque eu supunha que só inglês superava no caso as demais línguas, que só contavam com **tabu** substantivo e **tabu** adjetivo, enquanto o inglês, antepondo **the** ou outro determinante a **tabu**, teria o substantivo **tabu**, antepondo **tabu** a qualquer substantivo, como a **tabu word**, teria o adjetivo **tabu**, e flexionando **tabu** como em **to taboo**, **tabooing**, **taboed**, teria **tabu** verbo. Resolvi então fazer uma visita a alguns dicionários. Os nossos melhores - o Aulete, o Aurélio e o da Melhoramentos - só o qualificam de adj. e subst., assim também o italiano de Zingarelli; o **Dicionário de la Lengua Española** da Real Academia, o **Diccionari Català Il·lustrat** de Pallas e o **Diccionari Català-Castellà** de F. de B. Moll só o dão como substantivo, e **Dictionarul explicativ al limbii**

sua bibliografia figuram o **Dicionário de Etimologias da Língua Portuguesa** (de 1979) e "Os Empréstimos Italianos da Língua Portuguesa", de 1973, mas os **Tabus** são de 1956, pelo menos e a 2ª ed. de 1979. Quanto ao Aurélio, ele traz no fim 44 colunas de Bibliografia, mas ignora as obras lexicográficas de Mattoso Câmara, embora inclua três, não especificamente lexicográficas, também ignora totalmente os **Tabus**. E Mansur Guérios, nos oito artigos que dedicou ao exame das omissões do "Dicionário Aurélio", quanto a termos "tabuísticos" só anotou a ausência de **tabuismo**. Muitas outras sugestões que ele ali faz seriam mais cabíveis para dicionário especializado. Sílvia Elia foi a única a citar os **Tabus Lingüísticos** no verbete **Tabu** do **Dicionário Gramatical Português**, da Editora Globo, 1982, p. 186. Também o **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa** da Academia Brasileira de Letras (1981) ignora os derivados tabuísticos: só registra **Tabu**, adj. e subst.

Por que será que um trabalho de lexicologia e etnolingüística é ignorado por lexicógrafos? Sem que isto implique em reparo, creio que teria sido de boa ajuda para leitores e lexicógrafos a inclusão de um apêndice com a série de termos derivados de **tabu** com as definições correspondentes, e esclarecimentos não só sobre que diferença semântica ou de uso faz o Autor entre **tabuar** e **tabuizar**, e entre **tabuagem**, **tabuização** e **tabuismo**, mas também se um mesmo termo, nalguma das mais de quarenta ocorrências, não sofre algum deslizamento semântico determinado pelo contexto. Esse apêndice de definição bem localizadas ajudaria o lexicógrafo a fazer a descrição semântica precisa do termo por ele registrado.

Essa sugestão me ocorreu, quando fui ao Vol. IX do **Oxford English Dictionary**, de 1933 (mas o fascículo correspondente é de setembro de 1910) para ver a distribuição semântica e os exemplos devidamente datados de ocorrências com seu contexto, quanto ao uso de **taboo** e **tabu**, adjetivo, substantivo e verbo, e depois também ao Vol. IV de **A Supplement to the Oxford English Dictionary**, ambos aqui citados por OED, 1910 e SUPPL OED, 1986. Antes deles tinha consultado o Merriam-Webster, 2ª ed. de 1946, **New International Dictionary of the English Language** (NIDEL), que é muito bom mas não traz exemplos: apenas dá, em três blocos, **taboo** e **tabu** como adjetivo, como substantivo e como verbo transitivo. Nem exemplos, nem datas, nem verbos flexionados, salvo no fim de definição, uma vez: (...) **their names are strictly taboped**.

Os dois volumes do OED e do SUPPL OED dividem em cada classe gramatical em subdivisões quanto ao uso e enumeram os exemplos em data de número crescente. No OED já se tem em 1985 **tabooism** e **tabooist** e, em várias datas, formas de participio em **-ed**, em uso absoluto e em perífrases. O SUPPL OED, 1986, entra com exemplos mais recentes, de 1933 a 1980, já com **tabus** lingüísticos e criação de um substantivo abstrato **tabooness**, de 1974 e 1978: "estado ou condição de ser tabu".

Vou encerrar esta fala. Mansur Guérios entra no grupo dos Professo-

res de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, formados em cursos superiores que não eram de Letras: os formados em Direito, e Engenharia e em Teologia. São advogados, engenheiros, membros do clero e pastores. Enumeremos alguns deles: Mansur Guérios em Curitiba, Otoniel Mota e Mário Pereira de Souza Lima, e Silveira Bueno, em São Paulo; Antenor Nascente, Sousa da Silveira, Serafim da Silva Neto, Joaquim Mattoso Câmara Jr., Pe. Augusto Magne, S. J., Manuel Bandeira no Rio de Janeiro; Mário Casassanta e Aires da Mata Machado em Belo Horizonte e também outros de outras Universidades, que escapam à minha memória agora, nesta evocação final.

Ele trabalhou cinquenta anos, semeando nas salas de aulas, e, com sua pena, em jornais e revistas, estendendo o seu público, e depois em livros. Aposentado em 1977, nove anos são passados e ele continua semeando. Bem merece este preito de admiração e de gratidão.

Quadro I

NÚMERO DAS PUBLICAÇÕES SERIADAS EM SEIS ETAPAS

- I - De 1927 a 1930 - Quando fazia os estudos preparatórios
- | | |
|-------------------------|---|
| 1927 - seis publicações | |
| 1928 - sete | " |
| 1929 - seis | " |
| 1930 - sete | " |
| Total: 26 | |
- II - De 1931 a 1935 - Quando fazia o curso de Direito
- | | |
|-----------------------------|---|
| 1931 - quatorze publicações | |
| 1932 - seis | " |
| 1933 - onze | " |
| 1934 - seis | " |
| 1935 - seis | " |
| Total: 43 | |
- III - De 1936 a 1938 - Quando era apenas Professor Secundário
- | | |
|----------------------------|--|
| 1936 - cinco publicações | |
| 1937 - cinco (e um manual) | |
| 1938 - trinta e três | |
| Tota: 43 (e um manual) | |
- IV - De 1939 a 1949 - Quando Professor de Língua Portuguesa e de Filologia Românica da FFCL do Paraná
- | | |
|---------------------------|--|
| 1939 - nenhuma publicação | |
|---------------------------|--|

nalmente, sob o mesmo título, num total de 364. Somando esses dois totais ao das seis etapas, chegamos ao total final de 1814 publicações, não incluídos os livros.

Quadro II

PRINCIPAIS JORNAIS, PERIÓDICOS, AVULSOS, E TAMBÉM REVISTAS ESPECIALIZADAS, ANUÁRIOS, ANAIS, ARQUIVOS, E MISCELÂNEAS QUE PUBLICARAM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DE MANSUR GUÉRIOS DE 1927 A 1977

I - JORNAIS E OUTROS PERIÓDICOS

1 - Voz do Paraná	
Entre 1956 e 1966 (11 anos, semanalmente)	572 vezes
Entre 1967 e 1977 (11 anos, semanalmente)	572 vezes
2 - Gazeta do Povo	
Entre 1938 e 1952	93 vezes
Em 1966 e 1967 (2 anos, semanalmente)	104 vezes
Entre 1967 e 1977 (11 anos, quinzenalmente)	282 vezes
3 - Diário da Tarde	
Entre 1928 e 1930	13 vezes
4 - A Cruzada	
Entre 1927 e 1933	12 vezes
5 - O Dia	
Entre 1937 e 1941	12 vezes
6 - O Cruzeiro (Rev.?)	
Em 1931 e 1932	10 vezes
7 - Diário dos Campos	
Em 1937 e 1938	7 vezes
8 - O Luzeiro (Rev. ?)	
Em 1938	2 vezes
9 - A ilustração (")	
Em 1938 e 1941	2 vezes
10 - Vários: Imparcial (1931), Correio do Paraná (1933), Universitário (1933), Paranista (1933), Invicta (1935), A Palavra (1938), Cada um uma vez	6 vezes
Total: 1687 vezes	

LINGÜÍSTICA E REPRESSÃO GRAMATICAL*

Eunice Pontes

UEMG

A idéia desta conferência me veio de uma experiência que eu vivi no ano passado e que me fez refletir mais (ainda) sobre o problema da repressão gramatical. Todos nós, sobretudo as mulheres, sofremos na carne a repressão sexual. A minha geração é particularmente marcada por isso. No entanto, ultimamente, com todos os excessos, houve uma verdadeira revolução nesta área. Hoje, se não se pode dizer que as pessoas estão completamente liberadas, ao menos se respira um ar de descontração e se tem uma consciência bem diferente da que se tinha antigamente. Entre a maneira de pensar de nossos pais e nós, há uma diferença muito grande. É verdade que nem sempre o corpo acompanha a mente, que é mais livre, porque ele está sujeito aos condicionamentos que a educação repressiva impôs. Estou consciente, ao dizer essas coisas, de que este problema todo é muito complexo e comportaria uma reflexão muito mais detalhada, se este fosse o tema de minha palestra. O que quero fazer aqui é apenas aflo-
rar o tema, a fim de introduzir o outro, que é da outra repressão, a da gramática. Quero lembrar também, que, no caso do problema sexual, os estudiosos da área tiveram intensa participação na mudança de mentalidade e de comportamento que se deu. Logo vem à mente o quanto a obra monumental de Freud, e outros cientistas da psiquê, fizeram para mostrar à humanidade a extensão e a profundidade da repressão que a sociedade exercia sobre seus membros, em nome da moral e dos bons costumes. Não ficaram esses estudiosos apenas no estudo da questão, mas trabalharam, através de seus escritos, da vulgarização de suas idéias, do trabalho em consultórios, nas Universidades, etc. A revolução que se operou é obra de um verdadeiro exército tanto de teóricos, como de clínicos e de vulgarizadores. Hoje, temos até a TV discutindo e dando esclarecimentos sobre sexo, moldando toda uma nova maneira de encarar e de viver a sexualidade. A situação hoje chegou a se inverter: são os moralistas que são mal vistos, em grande parte, embora eu não tenha a ingenuidade de pensar que os que advogam o ponto de vista mais avançado, mais livre, mais aberto, estejam já vitoriosos. Existe, é claro, muita gente vivendo e pensando de maneira antiga, inclusive entre os jovens. Nem tudo são flores.

Comparando, porém, a mudança de mentalidade que tem acontecido na área da moral sexual com a mentalidade que predomina na nossa área,

(*) Texto da conferência realizada na 37ª Reunião Anual da SBPC (Belo Horizonte, julho de 1985).

que é a da língua, eu acho que a diferença é gritante, contra nós.

O pensamento conservador em matéria de língua no Brasil é altamente dominante. Quando eu resolvi propor esse tema para conferência, eu acabava de viver uma experiência quase traumática: eu resolvi me submeter a concurso de professor titular de Linguística na UFMG. Como continuação de um processo pessoal de busca de ser eu mesma, eu quis escrever minha tese da maneira mais simples e direta que eu pudesse, embora, é claro, sem sacrificar a profundidade da pesquisa. Na minha vida de intelectual, eu passei pelas dificuldades por que as pessoas passam, para conseguir produzir alguma coisa. umas pessoas têm mais auto-crítica, outras menos, umas são mais perfeccionistas, outras menos, mas todos nós, que somos professores universitários e pesquisadores, temos uma exigência muito grande de perfeição, que frequentemente acaba por nos impedir a criação. Eu passei por uma fase em que não escrevi quase nada, não só por causa da auto-crítica exagerada, como também porque percebia que a teoria linguística predominante na época não me satisfazia e a pressão do meio era muito grande contra qualquer mudança. Não vou descrever em detalhes esse meu problema pessoal, que aliás se confunde também com a história da Linguística recente no Brasil e fora dele, porque isso levaria muito tempo e não caberia no espaço dessa conferência. A verdade é que durante esses anos eu procurava, pessoalmente, sacudir de minhas costas o peso de tanta convenção que atrapalha a criatividade de todos nós. Eu acho que o que eu faço – e quando digo eu, eu quero dizer o pesquisador-professor que tenta dar sua contribuição para o progresso da sua ciência – o que eu faço ao tentar produzir é também uma obra de criação, tal como o poeta, ou qualquer artista em seu atelier. O que nós, linguístas (e nesse ponto eu me identifico com os outros estudiosos de todas as outras áreas do saber) – o que nós linguístas fazemos é criar – criar alguma coisa que não existia antes, na medida em que a gente pesquisa, procura descobrir, desvelar, a harmonia, a estrutura da língua que o povo fala, e procura transmitir essa descoberta a outros, através da palavra escrita ou falada. E em todos os momentos, a gente tem de lutar contra a repressão. A repressão da sociedade, que está internalizada em nós, na forma de um super-ego exigentíssimo, que no momento mesmo em que a gente começa a escrever, começa a ver furos e a imaginar como os colegas vão "cair de pau" em cima da gente. Então, se a gente quer ser fiel à voz interior e se recusa a dançar conforme a música das teorias em voga, a dificuldade é terrível. Vencida esta, e outras, em que eu vou me estender, porque senão não chego ao fim a que me propus, vem a da escrita. Existem as convenções: uma tese se escreve assim ou assado, é preciso ser impessoal, não escrever na 1ª pessoa, passiva é mais usada, deve-se enunciar uma hipótese e depois demonstrar que ela é confirmada (nunca se diz que ela foi desconfirmada) e por aí vai. A gente se sente numa fôrma. Por isso, o que que acontece? Trabalhos científicos chatos de ler, só lidos por uma minoria, etc.

Eu optei por escrever solto, por ir pondo no papel toda a minha perplexidade com o problema, examinando as possibilidades de solução, derubar o que não dava certo, enfim, escrever como eu posso, não querer me conformar a um ideal pré-fixado, a uma forma. E claro que isso cria ansiedade, porque quando a gente vai-se submeter a um concurso, com 5 professores na banca, cujas tendências a gente não conhece, é terrível. E por fim, colocaram 3 professores de Português na banca.

Depois da tese pronta, tendo eu teimado em escrever do meu jeito, mesmo porque tentei fazer de outro modo e vi que levaria o dobro de tempo, dei os originais a duas colegas para ler, ambas lingüistas, mas também formadas professoras de português. E elas começaram a corrigir todas as vírgulas e concordâncias com *se* (tipo vendem-se casas) e de, mais infinitivo (tipo Está na hora de a onça beber água) e até colocação de pronomes. Eu que pensava que sabia virgular, vi contestada a minha pontuação. E estranharam minha linguagem coloquial.

E aí? Me vi diante da repressão gramatical. Tudo aquilo que eu achava desimportante, me colocava o problema: é claro que os examinadores vão estranhar!

Mudar tudo, depois de terminado? Ou correr o risco? Fiz uma média: corriji algumas coisas, esperei pelas críticas.

O que aconteceu? O que eu esperava, em parte. Surgiram críticas a respeito de todos os pontos em que eu inovara. Mas na Universidade, sobretudo em bancas de lingüistas, já não é muito bem visto quem se detém em questões de gramática e redação, em detrimento das de conteúdo. De modo que, embora fosse criticada, isso não me prejudicou.†

Tenho de agradecer a um membro da banca, um ilustre filólogo, professor de português¹, por sinal, que disse ter gostado da minha maneira de escrever.

Mas eu quero chamar a atenção de vocês, contando uma experiência pessoal, é para o problema de como a repressão age: ela está dentro de nós, incorporou-se ao nosso super ego e tolhe a nossa liberdade. O que eu pensei é que nós todos estamos subjugados por essa força irracional.

Vejam: se nós, lingüistas, na hora de escrever, nos vemos obrigados a seguir certas regras gramaticais que todos nós sabemos que não têm a menor razão de ser, quanto mais os outros!

Esse sofrimento por que eu passei, eu não passo sozinha. Eu vejo meus filhos revoltados diante de um ensino de português que para eles não oferece a menor racionalidade. E quando eles têm de escrever na escola, o mesmo problema que eu tenho aparece; só que muito mais grave: porque eles não conhecem as regras que os gramáticos inventaram pelas razões mais idiotas e se sentem perdidos nesse cipóal. O Afonso Romano de Sant'Anna escreveu uma crônica esta semana no J.B.² em que ele diz da dificuldade de ensinar a americanos a colocação de pronomes em por-

sa sociedade é a mais elitista possível. É tão elitista que até a elite fica de fora, pois o ideal de correção que a gramática impõe não é baseado em nenhuma variedade falada em nossa sociedade. O ideal lingüístico perseguido ainda é o de Portugal. Ou seja, igualzinho como na Colônia. Não é nem neo-colonialista. É colonialista mesmo. Pois não foi lançada agora uma gramática que propõe o mesmo ideal lingüístico para Portugal, Brasil e África? Ou seja, Portugal perdeu as colônias mas mantém o domínio, porque é claro que ninguém está propondo como ideal lingüístico para Portugal a maneira de falar da África ou do Brasil.

Há muitos anos atrás, eu fiquei muito entusiasmada com a pesquisa que o Labov³ fez em Nova York, em que ele mostrava que os preconceitos que a sociedade americana tinha em relação à linguagem dos negros dos guetos daquela cidade eram completamente infundados. Era um ponto de vista estabelecido que os negros não sabiam falar, que o inglês deles era todo errado, etc. Havia mesmo pesquisas, feitas por psicólogos, que atestavam a "deficiência verbal" dos estudantes negros. Os negros eram dados como menos inteligentes, porque se saíam mal nos testes de O.I., iam mal nas escolas, etc. Labov mostrou que o inglês que os negros falavam era tão complexo e estruturado como o de qualquer branco, só era diferente. Verificou que os jovens negros líderes de grupos marginais tinham uma agilidade verbal surpreendente, e até eram escolhidos para líderes exatamente por sua habilidade verbal. Mostrou que os estudantes negros iam mal nos testes porque estes eram redigidos numa linguagem diferente da deles, e iam mal nas entrevistas, não demonstrando seu domínio da língua, porque os entrevistadores eram brancos, alheios ao seu meio, preconceituosos.

Pois, alguns anos depois disso, ainda há quem afirme, mesmo em nossa área, que os nossos jovens não sabem falar?! E não se referem a jovens pobres, não. Quantas vezes a nossa imprensa não tem veiculado este tipo de preconceito sobre a linguagem dos jovens? Acho que já é até lugar comum, dizer que os jovens não sabem falar, nem pensar por consequência, que seu vocabulário não vai a mais de algumas palavras, de gírias, etc.

Então, o nosso problema me parece pior, porque aqui nem mesmo as classes privilegiadas, que têm acesso à educação superior, são consideradas como legítimas representantes de uma língua culta.

No Brasil, eu tenho tentado fazer um trabalho semelhante ao que Labov fez com os negros em Nova York, mas estudando a linguagem falada por nós, professores universitários da área de Letras, porque cheguei à conclusão de que o preconceito contra a linguagem falada começa já pelas classes cultas, já que nosso ideal lingüístico é aquele padrão português. Ou seja, o preconceito que o português colonizador incutiu no brasileiro, de que ele fala errado a língua portuguesa continua aí incólume e inclui até as classes cultas.

mudança deste professor.

Vejam: o que ele, Afonso, e o escritor Veríssimo e ainda Machado de Assis, e tantos outros grandes escritores de língua, pensam da gramática, é a mesma coisa que os lingüistas: não é pelo estudo da gramática que se aprende a escrever. Mas eles não entendem o que a Lingüística está fazendo.

Eu queria deixar claro, para quem não entendeu, que eu acho a gramática muito importante e hoje em dia acho muito mais do que antes. Eu não faço nenhum trabalho de pesquisa sem consultar o que gramáticos como Sald Alj e Epiphânio Dias disseram a respeito daquele determinado ponto. Porque eles tiveram um conhecimento da estrutura da língua que é básica até hoje.

O que eu estou atacando é a atitude normativa, ou seja, querer manter regras obsoletas. Infelizmente, é a isto que se costuma reduzir o ensino de gramática: regras de certo ou errado. É o "errado" é sempre o que o povo inventa, esquecendo-se que a língua é patrimônio do povo, que pode e faz dela o que ele quer. A língua é seu instrumento de comunicação, e o povo tem o direito de usar esse instrumento como ele acha melhor.

O que é preciso é uma mudança de mentalidade: o dono da língua é o povo. O povo é que criou esse instrumento de comunicação extraordinário. Podem-se juntar todos os gramáticos e lingüistas, que não conseguirão nem criar um pequeno fragmento deste mecanismo tão complexo.

Não sei se vocês já tiveram a experiência de tentar convencer as pessoas do fato, aparentemente tão simples, de que a língua que nós falamos, quando conversamos informalmente, é tão complexa e rica como a que se encontra em uma obra de Carlos Drummond.

Recentemente eu orientei uma dissertação de Mestrado em Análise do Discurso. A minha orientanda é formada em Letras, das mais inteligentes e capazes professoras de Português da UFMG, tinha acabado de completar os créditos de Lingüística. Pois bem: eu a orientei para gravar conversas informais, de pessoas cultas e procurar descobrir a função que os conetivos desempenham no discurso oral.

Acontece que desde pequenos, na escola primária, as professoras procuram ensinar os alunos a evitar conetivos do tipo **ai**, **então**, que se repetem no discurso oral, e que na língua escrita padrão "devem" ser evitados. Hoje, com os estudos de análise do discurso, vê-se que estas palavrinhas que parecem inúteis, têm importante função na conexão de parágrafos, ou de períodos; alguns na mudança de tópico e mais. Senti uma resistência muito grande. Fui conversando muito com ela sobre como a conversação mais fútil tem regras que a estruturam, que tudo é altamente funcional. Até que ela, observando as conversas gravadas, ficou maravilhada de como a menor partícula, aparentemente sem importância, desempenhava uma função comunicativa no discurso. Se tirarmos os **ai**, os

então, os agora, a gente simplesmente tira aquilo que liga uma porção do discurso a outra. Eles ajudam na coesão do discurso.

Pois bem: não é isso que a escola faz? As professoras querem que os alunos desde as primeiras séries, abandonem elementos que são imprescindíveis ao discurso, porque elas acham que eles não "sabem" narrar.

Essa minha aluna hoje está convencida de como a língua oral, coloquial, usada no dia a dia, é um instrumento altamente complexo e riquíssimo de comunicação social. Mas quantos linguístas, mesmo, reconhecem isso?

Basta ver quantas pessoas no Brasil se dedicam a pesquisar a língua oral, em toda sua riqueza e complexidade. O que menos existe é pesquisa linguística de campo. Poucos acreditam que mergulhar na contemplação deste objeto de estudo maravilhoso que é a língua do povo é uma tarefa importante.

Não é preciso nem ir à favela, embora isso seja importantíssimo. Interessante: é capaz de haver hoje mais gente indo aos índios para fazer pesquisa linguística do que às favelas.

Quando não se conhece nem o que está-se passando nas nossas "barbas", como é que vamos saber como o marginalizado fala?

Para terminar, quero ressaltar que numa palestra como esta não há tempo senão para levantar o problema, que é muito complexo e daria tema para inúmeras outras palestras. Já imagino as objeções que podem surgir ao que estou dizendo, pois são sempre as mesmas, que costumam surgir quando se toca neste assunto, nos cursos de Linguística. Infelizmente, não apenas os leigos nesta ciência esposam o ponto de vista conservador. Mesmo entre os linguístas ele aparece, porque não se trata de uma postura apenas "científica": ela é ideológica, está ligada a toda uma concepção de quem deve deter o poder na sociedade: se é o povo ou se é uma elite econômica (veja que eu não falo em elite cultural).

- NOTAS -

1. Posteriormente, quando das "démarches" para publicação, as críticas reapareceram. Houve quem estranhasse a linguagem coloquial, o uso da 1ª pessoa, considerada "não científica", etc. Quem detém, ainda hoje, o poder de ser relator para editoras oficiais costuma ser "medalhão" e, via de regra, conservador em matéria de linguagem. Existem, porém, pessoas que pensam diferente. Duas pessoas que elogiaram a linguagem de minha tese e que me "deram força" e a quem agradeço, foram Akira Osakabe e Ataliba de Castilho (da UNICAMP).
2. Affonso Romano de Sant'Anna, "O gígló das palavras", *Jornal do Brasil*, 10-07-85, cad. B, p. 2.
3. Labov, William. "The logic of non-standard English" em *Language, in the Inner City*, 1972, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
4. Aires da Matta Machado Filho, *Escrever certo: Sintaxe e Estilo*. Em: *Estado de Minas*, julho de 1985.
5. Ver *Guerra ao Caipirês, Isto É*, 13-03-85, p. 50.